

Epígrafe

«Quando as oportunidades cruzam-se com as necessidades, o choque resultante cria mercados»

Amorozo Miguel¹

¹ Estudante, pensador e analista angolano (2014).

Dedicatória

À memória do meu pai *José Cama "Murtala"*, a minha mãe *Deolinda Alves!*

Agradecimentos

Venho por este meio agradecer o meu orientador e professor, Doutor Álvaro Lopes Días, pelos vastos conhecimentos que me proporcionou na realização deste trabalho. Foi um projecto que necessitou de um elevado número de horas de pesquisa, que só foi possível com a grande motivação por parte do orientador.

Agradeço a todos amigos, quer os mais chegados quer aqueles que de forma indirecta me ajudaram e incentivaram na realização desta dissertação.

Sincertos agradecimentos vão aos meus familiares que em muito me auxiliaram e incentivaram na concretização deste sonho. Em especial agradeço o meu companheiro *Miguel Nzolamesso*, que em todos os aspectos me ajudou a tornar possível a oportunidade da realização desta trabalho, com sacrifício foi possível colocar à disposição da academia este humilde produto do pensamento científico.

E por último mas não menos importantes, a todos professores e o corpo diretivo do ISG, apresento os meus sinceros agradecimentos!

Abreviações

ANIP	Agência Nacional para o Investimento Privado
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BM	Banco Mundial
CCB	China Construction Bank
CDB	China Development Bank
CEAC	Comunidade da África Central
CICM	China Infrastructure Capital Management
CIFL	China International Fund Limited
CITIC	China International Trust and Investment Company
CNPC	China National Petroleum Corporation
COCAN	Campeonato de Futebol das Nações Africanas
CRBC	China Road and Bridge Corporation
CSIH	China Sonangol International Holdings Limited
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional da Libertação de Angola
FOFAC	Forum on China-Africa Cooperation
GAT	Gabinete de Apoio Técnico
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos
GRN	Gabinete de Reconstrução Nacional
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
MINFIN	Ministério das Finanças de Angola
MOFCON	Ministry of Commerce the People's Republic of China
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RDC	República Democrática do Congo
RPC	República Popular da China
SONANGOL	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
SSI	Sonangol Sinopec International
UNITA	União para a Independência Total de Angola
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Resumo

Com o final da guerra civil em 2002 e depois de Angola ver o seu pedido nos países doadores a ser rejeitado, a política externa chinesa encontrou um parceiro em busca de socorro e será uma resposta adequada às preocupações de desenvolvimento e atração de investimentos estrangeiros em Angola.

Hoje as relações *China-Angola* representam um exemplo na propaganda económica da China no seu relacionamento com os países exportadores de recursos naturais, em especial o petróleo, como principal elemento na segurança energética e para o crescimento sustentável da sua economia, e a reconstrução e reparação das infra-estruturas como pilares de desenvolvimento da economia angolana. O modelo das relações sino-angolanas pode ser interpretada da seguinte forma, para a China, Angola oferece possibilidades de garantir fornecimento estável, em troca de ajuda para viabilizar as infra-estruturas para a extracção e a comercialização das riquezas naturais. Angola também é vista para com a China como um aliado na política externa chinesa de ascensão pacífica, na qual a China busca convencer o Mundo de que a sua geopolítica externa e fortalecimento não são ameaças a ordens internacionais e nem para os interesses do Ocidente.

A natureza do envolvimento chinês em África aglomera uma multiplicidade de interesses e interliga várias considerações tácticas e estratégicas. A coligação de investimentos em diferentes sectores permitiu o acesso a um conjunto de oportunidades, antes do conhecimento público de outros actores. Como resultado, existem países a expressar ansiedade e preocupação com a escala de actividades da China no continente africano. Esta situação torna-se mais evidente em Angola, onde existe um longo historial de interligação de redes de relacionamento. A complexidade e o crescimento acelerado da relação originaram análises muito enfatizadas em aspectos sectoriais. Uma indagação mais abrangente e profunda proporcionará a compreensão necessária para avaliar diversas abordagens.

Palavras-Chave: Angola, China, Cooperação, Desenvolvimento, Internacionalização.

Abstract

After the end of the civil war in 2002 and after Angola see your request in donor countries to be rejected , the Chinese foreign policy has found a partner for help and China so it was an appropriate response of the concerns that Angola had in your wallet which boils down to developing and attracting foreign investment to his country.

Today China's relationships with Angola represents an exemplary relationship of economic propaganda china in relations with countries that export natural resources , especially oil , with the main element in energy security and the sustainable growth of its Chinese economy , and reconstruction and repair of infrastructure and development of the Angolan economy. The model of Sino- Angolan relations can be interpreted as follows, to China, Angola offers possibilities to ensure stable supply , aid in exchange to enable the infrastructure for the extraction and sale of natural resources. Angola is also seen with China as an ally in China's foreign policy of peaceful rise, in which China seeks to convince the world that its external geopolitical and fortification are not threats to international order and not to the interests of Westerners.

The nature of Chinese involvement in Africa clusters a multiplicity of interests and interconnect various tactical and strategic considerations. The coalition of investments in different sectors has allowed access to a number of opportunities before public knowledge of other actors. As a result, there are countries to express anxiety and concern about China's activities range in Africa. This becomes more evident in Angola, where there is a long history of interconnecting social networks. The complexity and the rapid growth of the relationship originated much emphasized analysis on sectoral aspects. A more comprehensive and thorough inquiry will provide the necessary understanding to evaluate different approaches.

Keywords: Angola, China, Cooperation, Development, Internationalization.

Índice

Epigrafe.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Abreviações.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Índice de Tabelas e Figuras.....	x
1. INTRODUÇÃO.....	12
2. REVISÃO DA LITERATURA: CONCEITOS, PRÁTICAS E TEORIAS.....	16
2.1. Poder e Relações no Sistema Internacional.....	16
2.1.1. Diplomacia.....	18
2.1.2. Acção privada.....	19
2.1.3. Propaganda.....	19
2.1.4. Acção Económica.....	19
2.1.5. Crise, Coação e Conflito.....	20
2.2. A internacionalização e Investimento estrangeiro direto.....	20
2.2.1. Investimento estrangeiro direto.....	20
2.2.2. Linhas de Créditos.....	22
2.2.3. Política Económica.....	22
2.3. Política de <i>Soft Power</i> Chinesa.....	22
2.4. Enquadramento de Angola no Estudo.....	23
2.4.1. Sistema Político.....	24
2.4.2. Sistema Legal.....	25
2.4.3. População e Padrões Sociais.....	25
2.4.4. Economia.....	27
2.4.5. Comércio.....	29
2.5. Introdução à Cooperação entre Angola e a China.....	31
2.5.1. Pontos importantes da Cooperação entre Angola e China.....	33
3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO CHINÊS PARA AFRICA.....	35
3.1. A Estratégia da China.....	36
3.2. A internacionalização das Empresas e suas Bases Teóricas.....	39
3.3. Características distintivas das empresas chinesas que realizam investimentos no exterior.....	39
3.3.1. Instituições e suas responsabilidades sobre IED.....	41
3.3.2. Política “Go Global”.....	43
3.3.3. Motivações dos investimentos chineses.....	43

3.3.4.	Busca por Recursos Naturais	44
3.3.5.	Busca por Ativos Estratégicos.....	45
3.3.6.	Busca por Mercado Externo.....	45
3.3.7.	O modo de ingresso das empresas chinesas	45
3.4.	Processo de Internacionalização das Empresas Chinesas.....	46
3.5.	Regime de Investimento Estrangeiro Chinês	47
3.6.	A Implementação da Política Externa Chinesa para África.....	48
3.6.1.	Do passado à implementação da Política externa chinesa em África	51
3.6.2.	Considerações.....	53
4.	ACTUAÇÃO DA PRESENÇA DO INVESTIMENTO CHINÊS EM ANGOLA	55
4.1.	A China em Angola	55
4.2.	As Relações Sino-Angolanas no Contexto actual.....	55
4.2.1.	A Presença da China no Petróleo Angolano.....	57
4.3.	Investimento Públicos e Privado Chinês	58
4.4.	Resultados dos empréstimos e internacionalização da “Going Global” em Angola	62
4.4.1.	Dependência do Petróleo e seus impactos	62
4.4.2.	Do Investimento estrangeiro Chinês e sua aplicação em alguns Sectores.....	64
5.	METODOLOGIA	69
5.1.	Introdução	69
5.2.	Objectivos	69
5.3.	Hipóteses.....	70
5.4.	Pesquisa Empírica	70
5.5.	Recolha de Dados.....	72
5.6.	Análise de Dados e validades das hipóteses.....	73
5.6.1.	Análise de Dados.....	73
5.6.2.	Resultados e discussões analíticas sobre as hipóteses.....	74
6.	CONCLUSÃO.....	81
6.1.	Aspectos e considerações Finais	81
6.2.	Análise complementar segundo as hipóteses.....	82
6.3.	Limitações no Estado.....	85
6.4.	Recomendações gerais.....	85
	BIBLIOGRAFIA	88
	ANEXOS.....	93
	ANEXO 1: Projectos concluídos da fase 1 da linha de credito com Eximbank da China.....	93
	ANEXO 2: Relações Sin-Angolanas: Infraestruturas, 2009.	94
	ANEXO 3 : Indicadores económicos em Angola (últimos 10 anos).	95

ANEXO 4 : Evolução do Petróleo nos últimos 10 anos	96
ANEXO 5 : Investimento Directo Estrangeiro em Angola	97
ANEXO 6: Transparência Governamental dos países	97
ANEXO 7: Pib, Custis de Vida em Angola, Balança Anual.....	98
ANEXO 8: Indicadores Humanos por Sectores Regionais	98
ANEXO 9: Taxa da Mortalidade Infantil.....	99
ANEXO 10: Impacto Chinês em África.....	100
ANEXO 11: Crescimento do PIB e as taxas de Crescimento 2007-2012.....	101
ANEXO 12: O Comportamento das contas chinesas nos últimos 3 anos	101
ANEXO 13: Os impactos dos empréstimos e investimentos chineses (países africanos).....	101
ANEXO 14: O Funcionamento das Relações Sino-Angolana.....	102
ANEXO 15: As ligações da China Exibank em Angola	102

Índice de Tabelas e Figuras

Tabelas

Tabela 1: As empresas chinesas em Angola.....	33
Tabela 2: Investimentos chineses no exterior, 2005-2011 (em US\$ milhões)	43
Tabela 3: A política de empréstimos e investimentos chines em África em números.	51
Tabela 4: Composição das importações de Angola 2014.	57
Tabela 5: Linhas de créditos, suas origens e a sua aplicação (em milhões de usd).....	60
Tabela 6: Apresenta o impacto dos chineses no funcionamento de alguns sectores em Angola.	66
Tabela 7: Resultados no contexto geral nos ultimos 3anos.	68
Tabela 8: Hipóteses reformuladas	70
Tabela 9: As hipóteses da pesquisa em estudo em relação a fontes e tipos de análises.	73
Tabela 10: Indicadores sociais de Angola	75
Tabela 11: Variáveis e indicações para o Negócio.....	78
Tabela 12: Validação das hipóteses.....	80

Figuras

Figura 1 – Indícios macroeconómicos do Crescimento de Angola 2012-2016	27
Figura 2: O comportamento do PIB em Angola nos últimos 4 anos, face as quedas do preço do barril do petróleo no mercado internacional.....	29
Figura 3: As importações em 2015.....	29
Figura 4: As exportações angolanas em 2015	29
Figura 5: Indicações económicos da Republica da China	36

Figura 6: As importações e exportações chinesas em Africa	53
Figura 7: A China ultrapassou o Portugal como fornecedor de produtos em Angola.	56
Figura 8: A China é um grande líder deste Top, ultrapassando os EUA's nos anos 80 a 90 sempre eram os grandes clientes do petróleo angolano.	56
Figura 9: Indicações de Negócios em Angola.	78

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Em busca dos novos mercados e a implementação da Política Externa Chinesa (PECh) para internacionalização dos seus serviços, transformou o continente africano numa oportunidade de negócios e grande mercado para o consumo dos seus produtos, um excelente fornecedor de matérias-primas, principalmente recursos naturais e humanos, um local propício para investimentos e o oferecendo apoio a maioria dos países da região nos foros internacionais. Através da sua diplomacia económica estabeleceu a cooperação com a África, a China implementam-se e posiciona-se consideravelmente a sua área de influência e avança com a sua ofensiva diplomática económica para a obtenção de novas fontes de recursos naturais para suprir a sua imensa procura por energia, oferecendo de contrapartida muitos investimentos e oportunidades para o continente africano. Em relação à África, os países do continente beneficiam-se com os investimentos de infra-estruturas, onde Angola tornou-se um grande parceiro económico, com o perdão de dívidas e com os empréstimos sem condicionalidades. Estes financiamentos, como linhas de créditos e empréstimos chinês retirou muitos países no sono da dependência de doações das instituições internacionais e ao mesmo tempo promovendo gradualmente e com a eficiência as estruturas importantes para o desenvolvimento digno, e respondendo com as ansiedades de vários projectos em curso em África. A China com a sua presença em África, prova-se como um dos novos parceiros económicos e internacional com autonomia económica e financeira.

Ha mais de duas décadas que a China implementou uma nova politica externa chinesa , que consiti em não apenas consumir o petróleo, mas sim de diversificar as fontes energéticas e criar novas parcerias. E esta nova politica externa chinesa cruzou-se com os interesses de muitos países Africanos. Angola tornou-se no maior parceiro comercial da China na África, com comércio bilateral atingindo a soma de US\$ quase 30 000 milhões de dólares em 2008, antes da crise financeira internacional, mas actualmente já quase nos 50 000 milhões de dólares em 2014. Angola é ao lado da Arábia Saudita o maior fornecedor de petróleo da China. Entretanto, as relações sino-angolanas são partes de movimentos maior : A presença chinesa na Africa e a diversificação das relações internacionais do continente africano. Da mesma forma, os dados ilustram o crescimento das relações sino-africanas, uma vez que o comércio atingiu um valor de quase 200 000 milhões de dólares em 2015. Na realidade, o comércio sino-africano teve um crescimento de 35% desde ano 2000, quando representava

apenas 10 000 milhões de dólares (em 1996, era apenas 4000 milhões de dólares). Além disso, a África tem representado mais de 1/3 (onde Angola representa 1/5 deste valor) só no suprimento petrolífero da economia chinesa, com destaque para os países de produção recente na região subsariana do continente (África de Sul e Angola como os grandes destaques).²

Mas a presença chinesa em África não é sinónimo de nova partilha económica de África, apenas é a internacionalização dos novos mercados e novas oportunidades. As estratégias chinesa associadas à cooperação traduzidas na promoção das suas empresas geram alguma controvérsia, assim como, a construção de infra-estruturas básicas nos principais ramos de crescimento da economia em substituição do tecido empresarial angolano com recurso praticamente exclusivo a mão-de-obra importada da China. A China através das políticas de Soft power, Investimento Direito Externo (IDE) implementam em África os seus interesses estratégicos de modo a garantir o acesso as fontes de recursos naturais, matérias primas e novos mercados. A estratégia da China em Angola não difere de resto dois países africano, pois a China têm o mesmo modelo para o todo continente, a África recebe empréstimos, linhas de crédito, as vezes as infra-estruturas pela troca dos recursos naturais que são importantes para o desenvolvimento da economia chinesa, e no caso angolano o Petróleo é que responde a necessidade chinesa. E esta estratégia é denominada de “Modo Angola”.

Apesar deste sorriso chinês no eterno verão africano, os antigos colonizadores suscitam algumas críticas de modo de actuação dos investimentos chineses, muitas vezes visto como um neocolonização praticada na era da guerra fria e nas épocas das descolonizações e colonizações, onde os frutos dos investimentos apenas eram para Elites. As relações sino-angolanas criou novas elites e ricos, onde os políticos tornaram-se ricos e a China não preocupa-se com as políticas dos países por onde investem, desde os acordos entre ambas sejam respeitadas. Entretanto, ao contrário de outros doadores, a China ignora as boas práticas convencionadas pelas instituições internacionais, entre elas a “boa governação” e das “transparências”. É sabido que a África é lagoa das ditaduras, de governos totalitários e estes investimentos da China serve para proteger algumas novas monarquias, como de Angola (MPLA) que está a mais de 40 anos no poder. O outro exemplo é o caso da Nigéria onde ate houve alternância no poder, a oposição derrota o partido que mais de duas décadas sempre esteve no poder, isto prova que a China não interfere nos casos internos dos países por onde há, a sua presença económica e humana. Nesta linha, a responsabilidade social é também ela uma concepção a ter presença em qualquer relação bilateral, ou seja, prolongar o seu papel

² "Why is China investing in Africa: Evidence from the firm level" (Wenjie Chen, David Dollar, and Heiwai Tang, 2015)

para além dos objectivos puramente económicos associando questões ambientais e sociais de modo voluntário pela defesa de certos valores éticos sem sobrepor os interesses comerciais a qualquer ordem moral. No caso Chinês parece ainda não haver esta preocupação, não se sentindo na responsabilidade de intervir externamente no método e modo de governação interna dos países onde intervém.

1.2. Objecto

O objecto desta dissertação tem a ver com o investimento e a internacionalização e questiona-se: *Quais são os ganhos, impactos e tendências da presença dos investimentos chines no desenvolvimento económico de Angola?* O documento final deste estudo será um relatório em forma de dissertação e sem objectivo lucrativo.

1.3. Objectivos

Objectivos gerais, desta presente dissertação é de analisar, observar, levantar e verificar os impactos do investimento directo chinês, trazer a mesa a actuação dos investimentos e das linhas de créditos e outros financiamentos chinês no desenvolvimento socioeconómico e macroeconómico de Angola focada na entrada dos investimentos, nos impactos, e ganhos através dos resultados das relações e cooperações entre as autoridades angolanas e as autoridades chinesas até o presente momento, nomeadamente desde 1990 até 2015.

1.4. A Metodologia

A metodologia escolhida nesta dissertação consiste na *abordagem teórica-descritiva e explorativa* com suporte dos estudos existentes e recém realizados em paralelo com a realidade actual. O Capítulo 5 fornece todos elementos metodológicos mobilizados para produzir esta dissertação.

1.5. A Justificação da escolha do tema

A escolha principal deste tema baseou-se pela complexidade deste assunto carrega, pois as relações sino-angolanas têm varias interpretações, independentemente do ponto de vista de cada ângulo da pesquisa a que está relacionada. Por exemplo em Angola nota-se satisfação de algumas pessoas quanto a presença dos chineses, nomeadamente pelas autoridades angolanas, enquanto também há um lado de angolanos que estão insatisfeitos com a presença dos mesmos com a justificação alegando que os seus empregos estão sendo substituídos pela mão-

de-obra chinesa. Também os concursos públicos com a presença dos chineses passaram a levantar tantas interrogações. Na busca das respostas, das causas, das origens, das dúvidas e razões das existências destas preocupações e destas interrogações sobre o impacto dos investimentos e do modelo da cooperação entre as autoridades angolanas e a política soft chinesa. E nestas incógnitas nasceu o interesse de pesquisar e saber como é que estas variáveis estão relacionadas entre elas, sob um olhar focado por lado socioeconómico e das internacionalizações dos investimentos chineses e impactos sociais numa Angola pós- guerra.

1.6. Estrutura

Na introdução (o capítulo 1), apresenta o contexto do tema e das razões que suscitaram a escolha, formulando a questão de investigação e estabelecendo alguns objectivos com vista à respondê-las graças à algumas pistas que a literatura nos proporcionou, dando a conhecer as opções metodológicas, e finalmente a estruturação do trabalho. No capítulo 2, abordam-se as teorias que servirão de bases do estudo em pesquisa, como o poder e os sistemas internacionais, a diplomacia nas relações internacionais, acções diplomáticas, os investimentos estrangeiros directo, a internacionalização das empresas e a sua materialização, introdução as relações sino-angolanas, o enquadramento de Angola no contexto internacional, e a política soft chinesa “ go global” .

No capítulo 3, a China será o tema principal, onde a sua internacionalização da sua política comercial e económica será desenvolvida, nomeadamente em África, onde a China hoje tornou-se uma referência obrigatória na dinâmica das economias de muitas nações, apresentando modelos económicos e de desenvolvimento de curto e médio prazo. No capítulo 4, as políticas económicas e financeiras chinesa em Angola será um dos tópicos principais a serem desenvolvidos, nomeadamente as actuações dos investimentos externos chines em Angola, as relações bilaterais entre a China e Angola, o impacto económico chinês em Angola em números reais nos últimos anos, apresentando algumas dependências, apresentando a china como um dos grandes aliados de Angola no contexto actual. No capítulo 5, aparece a metodologia usada na pesquisa, para além de apresentação das definições, hipóteses e a validade das variáveis usadas nas hipóteses. A análise de dados expõe as amostras “ pré-elaboradas”, e concluindo com discussão e justificação através das revisões literárias expostas nos capítulos 2 , 3 e 4. A análise das hipóteses será feita neste capítulo, através das amostras e variáveis em estudo. Serão apresentados alguns resultados da internacionalização chinesa em Angola através da sua política soft em alguns sectores. Por fim, será feita uma conclusão, apontando os resultados principais, algumas considerações e recomendações pessoais.

2. REVISÃO DA LITERATURA: CONCEITOS, PRÁTICAS E TEORIAS

2.1. Poder e Relações no Sistema Internacional

O sistema internacional é um conjunto de relações entre unidades políticas com certo grau de interdependência entre si e submetidos a um modo de regulação. A anarquia corresponde à ausência de um governo e de leis que definem os parâmetros de comportamento e regulamento de um determinado espaço. No sistema, a ordem se origina das relações que se estabelecerão entre os actores (países, empresas e instituições) e a sua dinâmica, predominando a lógica da competição e da sobrevivência, da guerra de interesses. Assim, o poder será o definidor das relações internacionais (PECEQUILO, 2004).

Para que seja possível a determinação de um país internacionalmente, é necessário que haja projectos que definam e confirmam o posicionamento do mesmo país. O que é o PODER?

A palavra **Poder** tem várias definições e é confundida por muitos analistas e pela ciência e pelo Mundo fora e não só, todavia, apesar de ser extremamente difícil ser conceituada ou mensurada, isso não faz dela uma palavra sem significado ou definição (NYE, 2011).

Politicamente, na política internacional o poder é compreendido como um meio e um fim a partir do qual se instaura uma relação de dominação entre duas ou mais partes. O poder é exercido por meio de duas fontes possíveis, a da violência, sustentada na força física, e a da racionalidade, baseada no convencimento (ARON, 2002; PECEQUILO, 2004).

As relações humanas são diretamente relacionadas ao Poder, mais precisamente às relações políticas, enquanto o dinheiro rege as relações económicas (NYE, 2011). O dinheiro é um recurso palpável e permite a aquisição de uma gama de bens. Já os recursos que produzem o poder em uma determinada relação ou contexto podem não gerá-lo em outra. O poder é um conceito amplamente contestado. Não há uma definição universal e as pessoas que utilizam a palavra usam-na de acordo com seus valores e interesses. Alguns definem o poder como a habilidade de fazer ou resistir a alguma mudança (ARON, 2002). Já outros dizem que o poder é a habilidade de se conseguir o que se busca ou objectiva (NYE, 2011). As definições comportamentais julgam o poder pelos resultados determinados depois da acção e não antes.

E podemos formular que o PODER ECONÔMICO (PE), como o poder em termos de recursos que produzem resultados satisfatórios. Mas essa segunda definição de poder como

simples “recursos para produzir resultados”, também pode ser classificada, como elementos da potência, reconhecendo que um país poderoso, quando responde as seguintes capacidades nomeadamente, como as seguintes variáveis nomeadamente, uma grande população, território, recursos naturais, economia, poder militar e país, ser menos dependente do outro numa relação estratégica.

Por exemplo, podemos definir o Petróleo, para os angolanos como um Poder, mascarado no petróleo, e o capital chinês como Poder chinês. O petróleo não era considerado um recurso de poder no quadro internacional até a revolução industrial, nem o urânio antes do advento da era nuclear. Os recursos de poder são matérias-primas tangíveis e intangíveis que circunscrevem as relações de poder e se esses recursos produzem os objectivos buscados pelos atores. Assim, segundo Nye, muitos analistas rejeitam os “elementos do poder nacional” quando comparados à visão comportamental ou relacional do poder (NYE, 2011). Segundo Raymond Aron, convergindo com a definição de Joseph Nye, o poder de um indivíduo é a capacidade de fazer, mas, antes de tudo, é a capacidade de influir sobre a conduta ou os sentimentos dos outros indivíduos. No campo das relações internacionais, poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade aos demais. Em poucas palavras, o poder político não é um valor absoluto, mas fruto de uma relação entre os homens, como mostrado abaixo (ARON, 2002).

As relações internacionais também podem ter como objectivo procurar perspectivar uma visão global dos fenómenos políticos e das suas manifestações que acontecem de forma menos ou mais violenta no meio internacional, principalmente dos que ocorrem entre os Estados, por forma a torna-los inteligíveis e decifráveis. Tentam assim com base em factores científicos e deduzíveis de acontecimentos históricos passados de idêntica matriz, melhor compreender e prospectar os acontecimentos, as interacções e as situações internacionais de conflito actuais e futuros que poderão degenerar em crise e em Guerra.

As relações Internacionais concorrem para a compreensão da política internacional e a interpretação de uma dada conjuntura, no espaço e no tempo. Visam a análise da orientação da política externa dos estados, dos respectivos jogos de poder e sua projecção, da influência da economia a escala global nas relações clássicas estatais e privadas de cariz multinacionais, da organização do Sistema mundial, e das formas de comunicação e da informação internacional através das unidades políticas.

Devido á crescente internacionalização, interdependência, gravidade, e complexidade dos problemas, o domínio interpretativa das Relações Internacionais tem vindo a assumir

crucial importância, adquirindo um grau de ciência específica e de área especializada e consolidada.

Entretanto continua a verificar-se que o Sistema mundial tornou-se diverso e complexo, sofrendo por vezes bruscas mudanças e graves amplitudes das suas contradições.

Há vários instrumentos que são utilizados pelos Estados independentemente das suas constituições, e pelas instituições e Organizações com eles relacionadas, como forma de exercerem as suas acções de políticas externas inerentes as relações internacionais em que se encontram envolvidos com os outros actores e agentes.

Compreendem os seguintes domínios e actividades que podem ser empregues isoladamente ou em conjunto, consoante a conjuntura, o momento ou a política decidida: a diplomacia, Acção Privada, Marketing, Acção económica.

2.1.1. Diplomacia

Actualmente é impensável que os interesses económicos de um Estado possam ser melhor defendidos sem uma actuação constante e activa das suas estruturas governamentais. Destacam-se, naturalmente, os ministérios encarregados pela política externa e pela actividade económica. Poucos países não atendem a esta nova realidade.

Segundo professor Antonio Tome na sua abordagem sobre as Geópolíticas e Geoestratégias, define diplomacia, como a mais importante dos instrumentos da política externa do Estado e a sua actividade decorre e desenvolve-se em permanência. Engloba todas acções que integram a arte das negociações, integrando o conjunto de técnica e processos envolvidos na condução da PEE e respectiva actuação no ambiente das Relações Internacionais.

Constitui a única aproximação pacífica entre os Estados e materializa o veículo privilegiado da política Externa. Das funções fundamentais e práticas da diplomacia são de destacar como as mais importantes: funções de representação e negociações, acção intensiva nas várias instâncias internacionais, de mediações em ambiente de crise ou Guerra, de acção apaziguadora durante ou na resolução dos conflitos, de acção económica e Marketing através da actividade consular entre muitas outras, através das quais o Estado assegura a sua presença.

Mas nas relações sino-angolanas a diplomacia é uma das actividades mais importantes, pois ela é que vende a imagem da política externa Chinesa. Há uma variada literatura que discute os tipos das diplomacias existentes e os actores e forças prevaletentes em cada uma delas.

Nas relações sino-Angola destacam-se dois tipos de diplomacias: a diplomacia económica e a comercial. A diferença entre os dois tipos de diplomacia, o económico e o comercial, é que o primeiro tende focar sua acção mais na representação do país, actuando em foros multilaterais e agindo no seio das embaixadas e consulados, o segundo tende actuar mais na defesa dos interesses das empresas e outras organizações comerciais do país (Raymond Saner, 2001). Enquanto o diplomata económico se relaciona com as representações diplomáticas dos outros países e estrutura o processo de negociação nas organizações internacionais reguladoras, o comercial se relaciona com empresas, câmaras de comércio e associações similares, tanto do seu país de origem como do de destino em, expandir mercado e facilitar a entrada de exportações e investimentos. (Marina Sandoval de Oliveira, Jaqueline Kosilek de Paiva, Carlos Eduardo, Ana de Sousa, 2013)³

2.1.2. Acção privada

Materializa-se todas as acções que se desenvolvem paralelamente aquelas consideradas estaduais. Serão portanto todas as actividades executadas a revelia daquelas outras oficiais normalmente conduzidas pelo estado. Exerce-se através de grupos de pressão, lobbies, grupos com expressão mundial, partidos internacionalistas e outros. As ONG's constituem um exemplo típico dessa acção; também se incluem nesta categoria a actividade de ex-presidentes cumprindo especificas missões externas sob a iniciativa do respectivo País. (TOME, 2012)

2.1.3. Propaganda

Engloba acções consideradas imprescindíveis dirigidas por órgãos especiais do Estado visando a conquista das mentes e das opiniões públicas do opositor para a sua causa. Pelas influências consideradas que exerce sobre estas e as grandes "massas de opinião" internacionais é utilizada maioritariamente como crucial "arma" política. Visa a penetração no interior do Estado opositor e influenciar a respectiva comunidade, através do fomento insidioso da subversão, do corroer da legitimidade do governo ou de provocar a desobediência civil (TOME, 2012).

2.1.4. Acção Económica

Um dos instrumentos da política externa, como forte influenciadora da Geoeconomia e da Geofinança, nomeadamente quando esta acção parte de uma grande potência. Ao nível da política externa dos Estados a sua acção é mais "visível" nos consulados. A acção económica,

³ Revista Económica Ensaios (2013, pp.65-80)

devido entre outras causas a própria dinâmica, visa despersonalizar e internacionalizar, como acontece por exemplo na UE, em que em certas medidas o supranacional se sobrepõe ao nacional (TOME, 2012).

2.1.5. Crise, Coação e Conflito

Para o Antonio Tome, as Guerras assume-se como o fenómeno típico que permitiu conferir autonomia disciplinar ao estudos das R.I. A sua compreensão permite reflectir e interpretar o porque da violência física organizada, as suas origens, causas e efeitos. Relaciona-se pois com a natureza biológica e as psíquicas do homem, modulada pelas suas aquisições culturais e condicionada pelas estruturas sociais.

2.2. A internacionalização e Investimento estrangeiro direto

A Internacionalização é um conceito com aplicação em várias áreas. A internacionalização refere se em trocas económicas, políticas, culturais entre nações, e as relações que daí resultam, pacíficas ou conflituosas, de complementaridade ou de concorrência. » Segundo, Harris e Wheeler (2005), definem a internacionalização como um processo no qual a empresa comercializa os seus produtos ou serviços fora do seu mercado local ou de origem, focando assim o seu envolvimento também em mercados externos.

2.2.1. Investimento estrangeiro direto

O investimento directo externo, é a forma de internacionalização pela qual uma empresa decide “entrar” em determinado mercado por sua conta e risco. A perspectiva de obtenção de lucros maiores supera os riscos inerentes. Uma empresa que opta por abrir uma filial poderá fazê-lo adquirindo uma empresa local, ou ainda, construindo suas próprias instalações. É um grau elevado de internacionalização, uma vez que expõe a empresa a elevados custos e riscos políticos.

Também IED é definida por outros especialistas, o investimento feito para adquirir um interesse duradouro em empresas que operam fora da economia do investidor. A relação de IED compreender uma empresa matriz e uma filial estrangeira, as quais, em conjunto, formam uma empresa multinacional. Para ser considerado como IED, o investimento deve conferir à matriz o controle sobre a sua filial. As Nações Unidas definem "controle", neste caso, como a propriedade de 10% ou mais das acções ordinárias ou do direito a voto de uma empresa de

capital aberto, ou seu equivalente caso seja de capital fechado; a propriedade de menos de 10% do capital ou sem controlo chama-se investimento de portfólio.

A instalação de uma filial pode ser uma estratégia para empresas que deslumbram em determinado país, um mercado com alta potencialidade a atender. Normalmente, existem benefícios concedidos às empresas que investem no país por parte dos governos estrangeiros, ou pelo menos, supera proibições de importações ou elevadas taxas de importação.

A filial de produção pode ir desde uma simples montadora de componentes enviados pelo exportador até a fabricação total do produto, podendo haver 100% de capital do exportador (quando permitido pela legislação), ou parcerias com empresários locais (joint-ventures).

O investimento directo no estrangeiro pode assumir as seguintes formas:

1. *Deslocalização da produção*: normalmente, tem por base os aliciantes de mão-de-obra ou das matérias-primas a preços mais baixos. São muito poucas as empresas angolanas, como a Sonangol, e alguns bancos angolanas, que optam por esta forma de internacionalização, talvez pelo risco associado ou por questões de incapacidade financeira ou, simplesmente, porque Portugal se mantinha até há poucos anos como um bom local de produção.
2. *Investimento comercial*: trata-se de um importante salto qualitativo face à mera actividade exportadora. A empresa envolve os seus próprios recursos e constitui uma nova empresa no país estrangeiro, permitindo-lhe por um lado um maior controlo sobre o processo de comercialização e respectivos canais de distribuição e, por outro, a redução dos intermediários na sua relação com o mercado externo;
3. *Expansão empresarial*: neste caso, são constituídas empresas no estrangeiro, à imagem da empresa nacional, como forma de facilitar a penetração em certos mercados. Estas filiais não têm apenas funções comerciais, mas também de concepção do produto, engenharia da produção, processo produtivo, etc.

Todavia, a implementação desta estratégia de investimento directo deve ocorrer quando:

- a) Os produtos precisam estar disponíveis continuamente e em grande quantidade como, por exemplo, no caso de alimentos.
- b) Tem produtos com pouco valor agregado, por exemplo, cimento.
- c) É indispensável um excelente serviço de assistência técnica, como no caso de carros.
- d) Se confronta com países que aplicam um forte proteccionismo.

- e) Tem produtos que alcançam a maturidade do seu ciclo de vida e precisam de uma acção de venda muito controlada.
- f) Tem produtos para os quais é importante manter um elevado nível de imagem e marca, como. Por exemplo, produtos de moda.
- g) Encontra-se mercados com elevado nível de potencial com desenvolvimento e onde é indispensável em nível de serviço (países em desenvolvimento).

De facto, a escolha de uma forma de ingresso no mercado é uma importante estratégia comercial, da mesma importancia tambem que outros aspectos de marketing também serão.

2.2.2. Linhas de Créditos

As possibilidades de financiamento através de empréstimos financeiros não se esgotam no empréstimo bancário clássico. As linhas de crédito são uma forma de empréstimo bancário flexível, orientado para o curto prazo, em que a instituição credora confere à empresa o direito de, dentro de um plafond previamente acordado, retirar fundos consoante as suas necessidades de tesouraria. As linhas de crédito são especialmente indicadas para fazer face a insuficiências temporárias e previsíveis de tesouraria (frequentes, por exemplo, em negócios sazonais) ou para prevenir o aparecimento de rupturas inesperadas.

2.2.3. Política Económica

A política económica consiste no conjunto de acções governamentais que são planeadas para atingir determinadas finalidades relacionadas com a situação económica de um país, uma região ou um conjunto de países. Estas acções são executadas pelos agentes de política económica, a saber: nacionalmente, o Governo, o Banco Central e o Parlamento e internacionalmente por órgãos como, por exemplo, o FMI, o Banco Mundial e o ExImBank⁴. Cada vez mais há uma interacção com entidades multinacionais, pelo fato de a economia da maioria dos países encontrar-se globalizada.

2.3. Política de *Soft Power* Chinesa

O conceito de *Soft power* desenvolveu-se pela primeira vez em 1980. O professor Nele sustenta que o *Soft Power*⁵ envolve a capacidade de persuadir os outros países ou actores a

⁴O Eximbank da China foi fundado em 1994, em antecipação ao ingresso do país à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, e tornou-se um instrumento fundamental nas políticas de “*going global*” adoptadas pelo governo chinês. Trata-se da única agência autorizada a conceder, em nome do governo chinês, empréstimos bilaterais em condições preferenciais. Ademais, o Ministério da Fazenda da China é o único accionista do Eximbank, mas se reporta directamente ao Conselho de Estado.

⁵ A relevância de juntar os muitos chefes de Estado é mais de natureza de *soft power*. Do que se pode esperar das cimeiras, é justo supor que será mais de continuidade que de ruptura em relação às edições

acompanhar ou a querer que o país de origem pretende, neste caso, levar Angola a seguir a China. Existe 3 fontes que servem de bases para o Soft power, nomeadamente a cultura, os valores políticos e as políticas externas económicas (Do CARMO, 2013).

No caso chinês, o soft power está diretamente ligado a sua política externa e a persecução dos seus interesses económicos, e se por um lado os seus valores políticos não são facilmente exportáveis, pelo menos para a Ocidente, a sua cultura esta cada vez mais espalhada no mundo. Neste processo nota-se a diplomacia chinesa é a porta principal da saída da política externa chinesa para o mundo que tem grande missão de influenciar a opinião pública em sociedades externas.

Concluindo, o Soft power chinês aposta na qualidade e na renovação da diplomacia pública que a China complementa a sua projecção político-económico como as das mais influentes das potências emergentes. Utilizando como instrumentos de persuasão: A ajuda humanitária, cultura, diplomacia, e investimentos diretos externos (IDE). Baseando assim na sua formula de cooperação com benefícios para as ambas partes (“ A estratégia win-win”). (Do CARMO, 2013)

2.4. Enquadramento de Angola no Estudo

Angola ganhou a sua independência da dominação portuguesa em 1975, depois de 14 anos de guerra anticolonial. Pouco depois, o país entrou num período de guerra civil violenta e intermitente que se estendeu por 27 anos e causou um milhão de mortos e mais de 4 milhões de deslocados.

Em Abril de 2012 assinalou-se a primeira década de paz e de estabilidade política do país. Após a independência, o governo liderado por Agostinho Neto, o primeiro Presidente do país e líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), lutou pela supremacia contra os outros dois movimentos de libertação: a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). O conflito assumia diferentes dimensões. Opunha os camponeses rurais da UNITA às elites urbanas do MPLA; baseava-se em diferentes linhas étnicas e grupos geográficos; e era também uma guerra que envolvia potências estrangeiras – a União Soviética e Cuba apoiavam o pró-Marxista MPLA, enquanto os Estados Unidos, a África do Sul do Apartheid e a China

anteriores. Haverá anúncios de cooperação em frentes paralelas a anteriores planos de acção do FOAC. Esperando-se que seja dada uma atenção especial à cooperação em matéria de segurança e de combate ao extremismo violento (CEV).

patrocinavam a UNITA. Em Abril de 2012 assinalou-se a primeira década de paz e de estabilidade política do país.

Em 1992, uma primeira tentativa de paz foi feita com a introdução de eleições legislativas. O MPLA venceu as eleições mas os resultados foram contestados por Jonas Savimbi, líder da UNITA – apesar das eleições terem sido consideradas livres e justas pelos observadores internacionais. O país volta a mergulhar num período de intenso conflito. Em 1994, o Protocolo de Lusaka é assinado. Pretendia integrar e desarmar a UNITA e edificar a reconciliação nacional mas foi um fracasso. Só em 2002, a quando da morte de Jonas Savimbi, conhece o conflito o seu fim. O Memorando de Entendimento do Luena é celebrado e a UNITA torna-se um partido político não-armado.

2.4.1. Sistema Político

A República de Angola é um Estado unitário com um regime presidencialista multipartidário. Tem por base a Constituição adoptada a 5 de Fevereiro de 2010. Tem oficialmente três ramos independentes: executivo, legislativo e judicial. As primeiras eleições legislativas desde o fim da guerra tiveram lugar em 2008; o MPLA alcançou uma vitória esmagadora com 82% dos votos – numas eleições pacíficas consideradas justas pelos observadores – assegurando 191 dos 220 assentos na Assembleia Nacional.

O Presidente dos Santos foi subseqüentemente re - eleito como líder do partido no congresso do MPLA em Dezembro de 2009. Seguiu-se uma nova constituição, aprovada no princípio de 2010. Esta estabeleceu um sistema presidencialista parlamentar segundo o qual o Presidente angolano deixa de ser eleito pelo voto popular, passando em lugar disso a ser eleito indirectamente pela Assembleia Nacional. Foi definido um limite de dois mandatos presidenciais de cinco anos. Angola é considerada como tendo um sistema presidencialista forte. O Presidente é simultaneamente Chefe de Estado e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas.

O país está constituído por 18 governos provinciais (Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge, Zaire). Existem 163 municipalidades e 532 comunas. A Assembleia Nacional é formada por uma câmara única com 220 assentos. Os seus membros são eleitos por voto proporcional para servirem mandatos de 4 anos. À data da elaboração deste relatório, as próximas eleições legislativas estão agendadas para 31 de Agosto de 2012. O MPLA deverá assegurar outra vitória abrangente, renovando o mandato do Presidente dos Santos. A idade legal para votar é de 18 anos. O MPLA domina o Parlamento.

O principal partido da oposição é a UNITA com 16 dos 220 assentos, estando os restantes 13 assentos divididos entre três partidos mais pequenos. O veterano da UNITA, Abel Chivukuvuku, afastou-se recentemente da UNITA e formou um novo partido (Convergência Ampla de Salvação de Angola, CASA-CE).

2.4.2. Sistema Legal

O sistema legal baseia-se no direito civil e direito consuetudinário português mas carece ainda de eficiência e eficácia.

O ramo judicial é composto pelo Tribunal Constitucional; Tribunal Supremo; Tribunal de Contas; Supremo Tribunal Militar; os juizes de todos os tribunais são nomeados pelo Presidente. Os tribunais municipais e provinciais operam ao nível da primeira instância e o Tribunal Supremo ao nível da apelação. O Tribunal Constitucional lida exclusivamente com o exame de matérias de constitucionalidade. A legislação, bem como todos os Decretos Presidenciais e Despachos, são publicados no Diário Oficial (conhecido como: Diário da República).

2.4.3. População e Padrões Sociais

A população de Angola está estimada em 24.6 milhões (estimativa de 2015) com uma taxa de crescimento anual da população de 2.7%, um valor que é superior à média do subcontinente africano.

Existem três grupos etnolinguísticos principais: Ovimbundo (37%), Kimbundu (25%) e Bakongo (13%). Outros grupos incluem Chokwe, Lunda, Ganguela, Nhaneca-Humbe, Ambo, Herero e Xindunga. Além destes, existe uma população mestiça (europeia e africana) que representa cerca de 2% e uma pequena população branca (1%). A população angolana é extremamente jovem, 48% tem menos de 15 anos e apenas 2% tem 65 anos ou mais. A idade média é de 18 anos. A esperança de vida é de 51 anos. Luanda é a capital e a principal cidade do país. A sua população está estimada em 5.8 milhões pelo Instituto Nacional de Estatística angolano, cerca de 30% da população total, e está em rápida expansão. Durante a guerra, um influxo de população que fugia do conflito nas zonas rurais deslocou-se em busca de protecção para os centros urbanos. Actualmente a taxa de urbanização em Angola é de 59%. Outras cidades importantes são: Lubango, Huambo, Lobito, Benguela, Kuito-Bié e Cabinda. O português é a língua oficial de Angola. Mais de 80% dos angolanos fala português. Além de numerosos dialectos, Angola possui mais de vinte línguas nacionais. Umbundo é a segunda língua mais falada e está presente na região centro-sul do país.

Quanto a Religião, mais de 50% da população é Cristã (Católicos Romanos 38% e Protestantes 15%); as crenças locais contabilizam 47% da população.

E na Educação, a literacia da população adulta é de 70%. Os anos de escolaridade esperados são 9.1 e a média de anos de escolaridade para a população adulta é de 4.4. A educação primária estende-se por seis anos e é obrigatória para crianças entre os seis e os nove anos. O sistema de ensino secundário divide-se em dois ciclos de três anos cada, conduzindo às Habilitações Literárias. Existe um sistema educativo técnico paralelo dividido em três anos de ensino vocacional (após a instrução primária) e quatro anos de ensino médio técnico (após a nona classe). Existem 16 colégios e universidades públicas, além de um aumento das universidades privadas (actualmente 22 são oficialmente reconhecidas). Existe uma universidade estatal, a Universidade Agostinho Neto. Apesar do acesso à educação ter melhorado nos últimos anos, a qualidade permanece uma preocupação. O desenvolvimento de Angola depende fortemente de investimentos no sector da educação.

Na área da Saúde, a malária é um dos principais problemas de saúde em Angola com 3.68 milhões de casos registados em 2014. A malária é também a principal causa de morte, doença e absentismo, particularmente entre a população com menos de cinco anos no país. Angola possui também a mais elevada taxa de doença diarreica do mundo. A prevalência de HIV/SIDA em Angola é uma das mais baixas na África subsaariana, embora tenha aumentado desde o fim do conflito em consequência do regresso de refugiados, da abertura das fronteiras e do aumento do comércio e das deslocações. Por último, o Governo de Angola (GA) envidou esforços para eliminar a transmissão da poliomielite após o surgimento de novos focos nos últimos anos.

Os padrões de vida em Angola são baixos apesar de um PIB per capita de US\$ 5.146 em 2014. O país ocupa a posição 148 de um total de 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas (ONU), não obstante as melhorias constantes em termos de desenvolvimento humano; Angola permanece na categoria de baixo desenvolvimento humano com um valor de 0.486 em 2014. De acordo com o IDH, 54.3% da população ainda vive abaixo da linha de pobreza de US\$ 1.25 por dia. Mas de acordo com os cálculos do INE e recorrendo a uma mediação com uma linha de pobreza de AOA 4.793 (cerca de US\$ 50) por mês, a incidência da pobreza manteve-se em 36.6% da população em 2008. O acesso ao abastecimento de água melhorada era de 50% em 2010, desagregado em 38% no meio rural e 60% no meio urbano (BM, 2012). Angola permanece sendo uma das sociedades com maiores desigualdades, com um coeficiente de Gini de 58.6. As despesas sociais representam e continuarão a representar o principal gasto do governo com 32.9% da

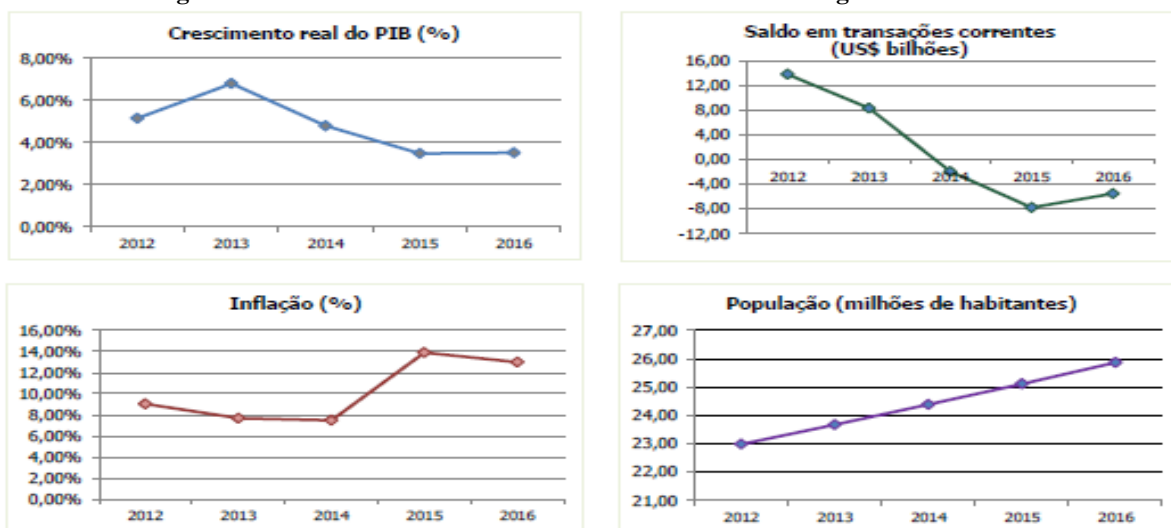
despesa total de 2011, superior ao limite de 30% imposto pelo Acordo de Crédito Contingente (ou Acordo de Stand-by, SBA) do Fundo Monetário Internacional (FMI).

2.4.4. Economia

Angola tem uma economia próspera e um dos índices de crescimento mais rápidos, com uma taxa de crescimento média do PIB⁶ real de 11.6% ao longo da última década (Figura 1). Desde o fim da guerra, a estabilidade política aliada ao aumento da produção petrolífera e das exportações e à alta dos preços internacionais do petróleo criaram as condições necessárias para um rápido crescimento económico. Uma boa gestão macroeconómica contribuiu também para reduzir consideravelmente a inflação de mais de 100% em 2002 para cerca de 13% desde 2006. A entrada massiva de receitas do petróleo financiou os ambiciosos esforços de reconstrução de Angola e estimulou o desenvolvimento de um sector privado não-petrolífero.

A *figura 1* demonstra os indícios da macroeconomia, onde em 2013 foi o ponto alto do crescimento económico.

Figura 1 – Indícios macroeconómicos do Crescimento de Angola 2012-2016



Fonte: INE, 2015: Crescimento e a queda de PIB real nos últimos 4 anos.

Apesar disso, Angola permanece altamente dependente do sector petrolífero. Perto de 80% das receitas fiscais públicas são provenientes do petróleo. Este último representa aproximadamente 98% das exportações e é a principal fonte de investimento estrangeiro directo (IED)⁷. Este contexto torna a economia angolana altamente susceptível às condições

⁶ Segundo os dados do Ministério das Finanças

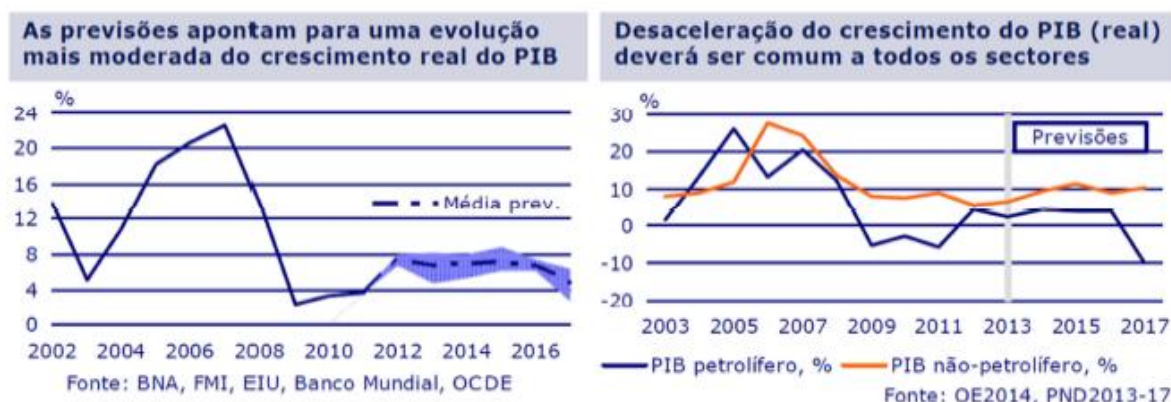
⁷ Os resultados continuam a não ser muito satisfatórios no Índice de Competitividade Global (ICG) para 2014-15, compilado pelo Fórum Económico Mundial (FEM). Apesar de ter subido dois lugares neste ranking,

comerciais e aos choques financeiros – uma situação sentida no país em virtude da crise financeira global. O colapso dos preços do petróleo na segunda metade de 2008 levou a uma descida das receitas fiscais, reduziu as reservas em moeda estrangeira e conduziu à desvalorização do Kwanza. A taxa de crescimento real do PIB passou de 13.8% em 2008 para apenas 2.4% em 2009. Disparando-se com necessidades financeiras avultadas, o governo de Angola abordou o FMI em 2009, assegurando um SBA no valor de US\$ 1.4 mil milhões que terminou em Março de 2012. A economia tem desde então recuperado positivamente das perturbações severas associadas ao colapso dos preços mundiais do petróleo no final de 2008: os pagamentos em atraso nacionais foram liquidados, a taxa de câmbio estabilizada, a inflação aproxima-se agora de um dígito e a posição orçamental melhorou significativamente, como a figura 1 demonstra.

Mas nos últimos 3 anos, com choque dos preços do petróleo está a afectar negativamente a economia. Projecta-se que o preço médio do barril de petróleo angolano se situe em USD 50 por barril em 2015, contra pouco mais de USD 100 por barril em 2014, conduzindo a uma grande diminuição da receita fiscal e das exportações. Embora a produção de petróleo tenha recuperado na sequência da conclusão das obras de manutenção, o crescimento do PIB não petrolífero deve desacelerar para 2,1% em 2015. Os sectores industrial, da construção e dos serviços estão a ajustar à queda do consumo privado e do investimento público e às dificuldades persistentes para obter moeda estrangeira. Projecta-se que a inflação ascenda a quase 14% até ao final de 2015, ultrapassando o objectivo do Banco Nacional de Angola (BNA) de 7-9%. O orçamento para 2015 prevê a descida do défice do governo central para 3,5% do PIB, face aos 6,4% registados em 2014. A projecção para a dívida pública, porém, é de um aumento expressivo, para 57,4% do PIB até ao final de 2015, dos quais 14,7% do PIB correspondem à empresa estatal de petróleo, a Sonangol. Prevê que o défice da balança corrente externa ascenda a 7,6% do PIB em 2015 e que as reservas internacionais diminuam para USD 22,3 mil milhões (cerca de sete meses das importações de 2016) até ao final de 2015. Entretanto, verificou-se um grande diferencial entre a taxa de câmbio do mercado paralelo e primário, o que indica um desequilíbrio no mercado cambial.

Angola continua a apresentar resultados muito pouco favoráveis, situando-se na posição 140°. Continua, tal como acontecia no ano anterior, a registar a última posição em vários indicadores (de um conjunto de 114 indicadores, Angola está classificada na última posição em 12 deles e em penúltimo lugar em 9). As classificações referentes ao ambiente macroeconómico, tal como acontecia o ano passado, e à dimensão do mercado escapam aos últimos lugares do ranking, registando melhores posições para estes indicadores (71° e 65°, respectivamente).

Figura 2: O comportamento do PIB em Angola nos últimos 4 anos, face as quedas do preço do barril do petróleo no mercado internacional.



Fonte: Dados encontrados no manual anual de BCI de 2015.

2.4.5. Comércio

O petróleo domina as exportações do país e é sobretudo destinado à China (40%), aos Estados Unidos (18.9%) e à Índia (9.8%). Por outro lado, 95% dos bens de consumo são importados, incluindo o petróleo⁸. As principais importações (Figura3) são maquinaria e equipamentos, petróleo e metal. Os principais parceiros de importação são Portugal (14.3%), os Países Baixos (11.3%), a China (10%) e os Estados Unidos (9.2%). Na figura 3 observa-se como que a economia actual angolana é muito dependente da China em vários pontos e variáveis económicas.

Figura 3: As importações em 2015.

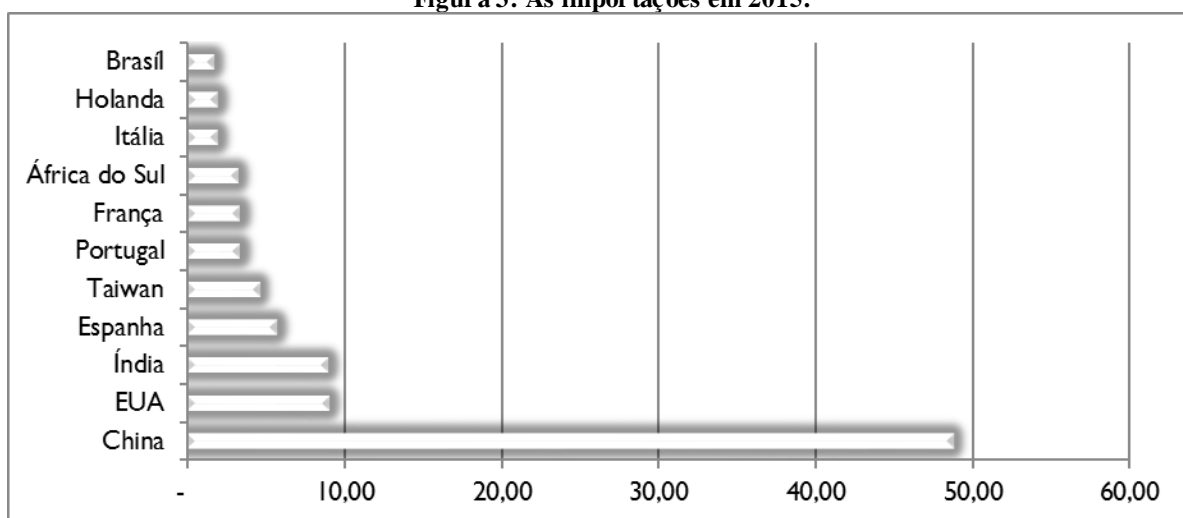
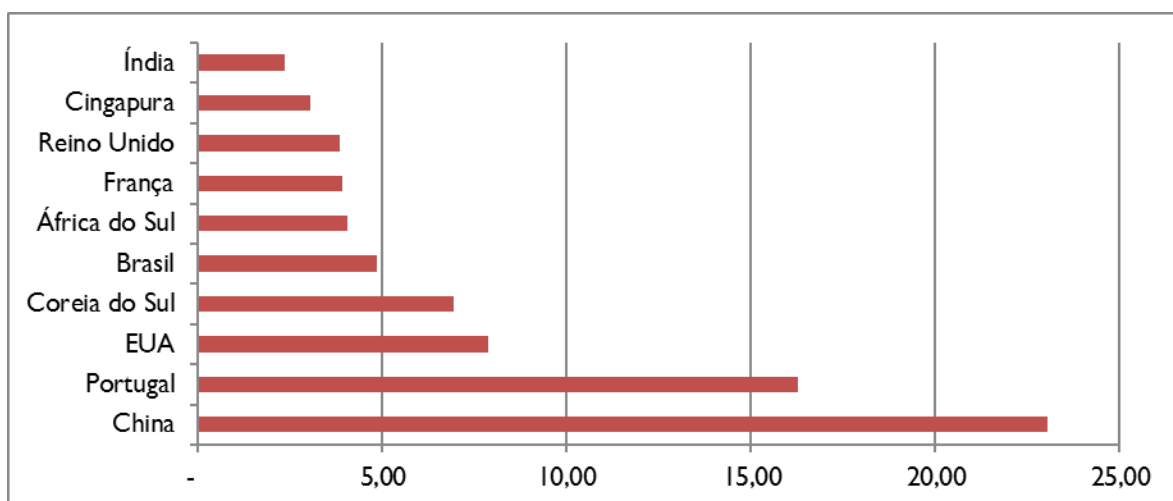


Figura 4: As exportações angolanas em 2015

⁸ A economia angolana é mui dependente do petróleo, o governo angolano lançou um programa da diversificação da economia, isto é criação de novas fontes de rendimentos, para além de petróleo.



Fonte : INE, 2015.

O gráfico acima mostra a influência China⁹ nas indicações macroeconômica de Angola.

A balança comercial angolana apresenta elevados saldos positivos, que aumentaram de forma contínua até 2008 e depois através da crise de 2012 quebrou-se, e nestes últimos dois anos com consequências graves através da dependência do petróleo. Esta situação resulta basicamente das exportações de petróleo, que representam a quase totalidade das vendas ao exterior. Por exemplo, a evolução das exportações entre 2005 e 2008 foi de 165%, enquanto as importações aumentaram 151%. O elevado crescimento das exportações até 2008, reflectiu-se o aumento da produção petrolífera, bem como a subida dos preços desta commodity. Por outro lado, a relativa estabilidade do kwanza, a disponibilidade de moeda estrangeira proveniente das exportações e o forte desenvolvimento da economia, conduziram a elevadas taxas de crescimento das importações, embora inferiores ao ritmo de crescimento das exportações. Há que ter em conta que os constrangimentos em termos de infra-estruturas portuárias e rodoviárias têm condicionado bastante o crescimento das importações. No entanto, o ano de 2009 foi marcado por uma forte quebra das exportações (-36,1% face ao ano anterior), em consequência, fundamentalmente, da descida acentuada do preço do petróleo (durante o primeiro semestre do mesmo ano) e também da diminuição da produção. No mesmo período, as importações continuaram a sua trajectória ascendente (+8%). Impulsionadas pelo aumento do preço do petróleo a nível internacional, nos últimos três anos as exportações angolanas registaram um aumento considerável (23,9% em 2010, 17,7% em 2011 e 8,3% em 2012), totalizando cerca de 71 mil milhões de USD em 2012, prevendo-se a continuação desta tendência no corrente ano.

⁹ Nos anexos 1,2 e 10 encontram-se algumas áreas destas influências chinesas.

Mas segundo os dados actuais do FMI, o choque dos preços do petróleo está a afectar negativamente a economia. Projecta-se que o preço médio do barril de petróleo angolano se situe em USD 50 por barril em 2015, contra pouco mais de USD 100 por barril em 2014, conduzindo a uma grande diminuição da receita fiscal e das exportações. Embora a produção de petróleo tenha recuperado na sequência da conclusão das obras de manutenção, o crescimento do PIB não petrolífero deve desacelerar para 2,1% em 2015. Os sectores industrial, da construção e dos serviços estão a ajustar-se à queda do consumo privado e do investimento público e às dificuldades persistentes para obter moeda estrangeira. Projecta-se que a inflação ascenda a quase 14% até ao final de 2015, ultrapassando o objectivo do Banco Nacional de Angola (BNA) de 7-9%. O orçamento para 2015 prevê a descida do défice do governo central para 3,5% do PIB, face aos 6,4% registados em 2014. A projecção para a dívida pública, porém, é de um aumento expressivo, para 57,4% do PIB até ao final de 2015, dos quais 14,7% do PIB correspondem à empresa estatal de petróleo, a Sonangol. Prevê-se que o défice da balança corrente externa ascenda a 7,6% do PIB em 2015 e que as reservas internacionais diminuam para USD 22,3 mil milhões (cerca de sete meses das importações de 2016) até ao final de 2015. Entretanto, verificou-se um grande diferencial entre as taxa de câmbio do mercado paralelo e primário, o que indica um desequilíbrio no mercado cambial. É provável que em 2016 a conjuntura económica continue a apresentar desafios, pois não se espera que os preços internacionais do petróleo recuperem e os riscos são negativos. Projecta-se que o crescimento permaneça estável em 3,5% em 2016 e que o sector do petróleo cresça cerca de 4%. A expectativa para o sector não petrolífero é de uma ligeira melhoria, com crescimento homólogo de 3,4%, impulsionado sobretudo pela recuperação mais robusta da agricultura. A inflação deverá abrandar para 13% no final de 2016, sendo de prever que o efeito da recente restritividade monetária seja sentido de forma mais clara no segundo semestre de 2016.¹⁰

2.5. Introdução à Cooperação entre Angola e a China

As relações sino-angolanas sempre existiram, desde a época colonial através dos movimentos ou guerrilhas que estavam em guerra colonial. Mas ao fim da guerra civil de Angola em 2002 coincidiu com o lançamento da política de expansão da China, quando as empresas chinesa privadas e estatais começaram a procurar novos mercados. Ao longo da última década, a China conseguiu conquistar uma posição proeminente na economia de Angola. As relações sino-angolanas caracterizam-se, por um lado, pela crescente procura

¹⁰ (FMI, 2015).

chinesa por petróleo e por recurso financeiro; e, por outro, pela necessidade de reconstrução e pela crescente produção de petróleo de Angola. Angola é actualmente o principal parceiro comercial da China em África, ao mesmo tempo que a China substituiu os Estados Unidos da América (EUA) enquanto principal parceiro comercial de Angola.

A cooperação oficial da China com Angola, e com África em geral, é dominada por empréstimos financeiros disponibilizados pelos seus principais bancos para a construção ou reabilitação de infra-estruturas. O Governo chinês estendeu oficialmente linhas de crédito à Angola através de vários dos seus bancos estatais de investimento. A primeira linha de crédito oficial chinesa para Angola foi fornecida em 2002. No entanto, o primeiro empréstimo suportado pelo petróleo foi assinado com o EximBank em 2004. Este tipo de assistência financeira, assegurada pelo acesso chinês aos recursos naturais angolanos, trás amarrada a compra de bens e a participação de empreiteiros chineses. Outras importantes linhas de crédito chines para Angola foram canalizadas através do Fundo Internacional da China (CIF). Entre outros projectos, o CIF tem estado envolvido na reabilitação das três linhas ferroviárias nacionais e do novo aeroporto de Luanda. No sector petrolífero, a participação chinesa tem sido conduzida pelo investimento directo das companhias petrolíferas nacionais chinesa. A Companhia Petroquímica da China (Sinopec) adquiriu a sua primeira participação num bloco petrolífero angolano pouco depois da assinatura da primeira linha de crédito do EximBank, em Março de 2004. Mais recentemente foram-lhe concedidas participações minoritárias em dois novos blocos de exploração petrolífera, cuja concessão foi entregue à Cobalt e à BP.

No âmbito das relações comerciais¹¹, Angola actualmente é o principal parceiro comercial da china em África ao mesmo tempo a China vem substituído os EUA como o principal parceiro comercial de Angola. Apesar da Critica ou lamentação apresentada pelo presidente de Angola José Eduardo dos Santos, que não “há grande IDE por parte das empresas chinesa”. Mas o Gigante Asiático confirmou no princípio de Dezembro na Africa do Sul em uma reunião China-Africa que é uma resposta imediata para os problemas de muitos países africanos.

¹¹ Com Angola, o segundo parceiro chinês no universo da lusofonia, as trocas comerciais caíram 46,24%, para 18,27 mil milhões de dólares (16,95 mil milhões de euros), entre Janeiro e Novembro de 2015.

Tabela 1: As empresas chinesas em Angola

Top 12 das empresas chinesas em Angola					
Rank	Name	Investment Type	Sector	Locally Registered	Head Office
1	Sinohydro	Contract	Civil Engineering	In process	Beijing
2	China National Construction and Agricultural Machinery Corporation (CAMC)	Contract, Trade	Mechanics	In process	Beijing
3	Sinomach	Contract	Civil Engineering	No	Beijing
4	China North Industries Group Corporation (NORINCO)	Contract	Technology Industry Investment	Yes	Beijing
5	ZTE	Trade, Contract	Communications Engineering	Yes	Shenzhen
6	Sinopec	Resource Exploration	Oil Exploration	In process	Beijing
7	CITIC Construction	Contract	Contract Engineering	In process	Beijing
8	China Jiangsu International	Contract	Investment, Trade	Yes	Nanjing
9	CGCOC Group	Contract	Engineering, Trade	Yes	Beijing
10	Chongqing Guangsha	Contract	Contract Engineering	Yes	Chongqing
11	Golden Nest International	Contract, Manufacturing	Engineering, Manufacturing	Yes	Xi'an
12	Highsee Iron and Steel Group Company Ltd	Contract, Manufacturing	Contract Engineering	In process	Dandong

Fonte: ANIP

2.5.1. Pontos importantes da Cooperação entre Angola e China

A República Popular da China é hoje um parceiro imprescindível para o desenvolvimento do nosso Continente. Para confirmar, basta ter em consideração que desde 2013 a China se tornou o maior parceiro comercial de África e aumentou em mais de 44 por cento o seu investimento directo em África.

Esta parceria, assente na igualdade e benefícios mutuamente vantajosos, pode também, para além de contribuir para o desenvolvimento dos nossos países, ajudar no estabelecimento de uma nova ordem política e económica internacional e promover a democratização das relações internacionais.

A cooperação entre Angola e a China resume-se no seguinte:

- No combate a erradicação da fome e da pobreza, apoiando a agricultura familiar e a comercialização da produção conseguida;
- No apoio dos programas para a instalação de pequenos sistemas de produção de água potável no meio rural e na periferia das cidades;
- No apoio à criação de centros de formação profissional, garantindo o financiamento previsível de longo prazo dos planos nacionais de educação, a fim de se ministrarem um ensino de qualidade aos jovens dos nossos países que dê acesso ao emprego;
- Na promoção de projectos de investimentos públicos e privados, que criem empregos e evitem a emigração dos africanos para outros continentes ou a fuga para outros países africanos com mais oportunidades.
- Outro domínio importante é o da produção de alimentos e da agricultura e da agro-indústria, para se garantir a segurança alimentar e o da construção de infra-estruturas, como estradas, pontes, energia eléctrica, água, telecomunicações, saúde e formação de recursos humanos que são todos elementos essenciais para a industrialização dos nossos Países.
- Finalmente, para combater a desertificação e proteger os nossos países das mudanças climáticas, temos de cuidar e de alargar as nossas florestas, bem como transformar, em vez de queimar, o gás obtido da produção de petróleo.

3. A INTERNACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO CHINÊS PARA AFRICA

O fim da Guerra Fria não representou apenas a derrota da URSS, mas o fim de um ordenamento mundial centrado nos EUA e o início de um período de transição sistémica. Esta transição tem sido marcada pela perda de vantagens competitivas dos EUA, pela intensificação das rivalidades e competições interestatais e interempresariais e pelo surgimento de novas configurações de poder (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 30-45). Se esta premissa teórica tiver um fundo de verdade, as relações sino-africanas são representativas destas transformações globais, amplificando a relevância da 4ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África, ocorrido entre 8 e 9 de Novembro de 2009 em Sharm el Sheikh, no Egipto.

Com efeito, o presente artigo relaciona a ascensão da China (e de sua política externa) com a África através do FOCAC¹², no quadro de reorganização sistémica.

O ciclo de crescimento da Nova China (1949) tem sido consistente e intensificado após a política de Reforma e Abertura de Deng Xiaoping (1978), as relações sino-africanas assumem forma estrutural, com tendência ao aprofundamento. De tal modo, o FOCAC torna-se representativo não das relações sino-africanas, mas do surgimento de novas configurações de poder e da reorganização sistémica.

Não somente os EUA e Europa têm perdido espaços comerciais e diplomáticos no continente africano, como outros países emergentes, com destaque para Brasil, Índia, Rússia e a África de Sul (BRIC's) têm visto o crescimento de sua influência.

A presença dos países emergentes, como China, Índia e Brasil em Africa, não representa uma nova partilha neocolonial, mas a possibilidade de reconstrução e inserção internacional dos países africanos. Apesar das assimetrias e contradições, a África vem construindo uma maior autonomia decisória (SARAIVA, 2008). É importante sublinhar o fortalecimento das bases da independência conquistada no Pós-Guerra, a superação de inúmeros conflitos, a construção institucional, a conformação de elites com projectos nacionais, a criação de mecanismos de integração regionais, a estabilização e a dinamização das economias, o protagonismo da União Africana na promoção da paz na região, etc.

¹² O FOCAC é a principal plataforma de cooperação da China com os Estados africanos. A sexta edição do fórum, que se tem realizado sempre a cada três anos nos últimos 15 anos e alternando o anfitrião entre a China e um país africano (2003 na Etiópia, 2006 na China, 2009 no Egipto e 2012 na China). Desta vez, mais de 50 chefes de Estado e de governo participaram em Joanesburgo.

Figura 5: Indicações económicas da Republica da China

CHINA - INDICADORES ECONÓMICOS

Visao Geral	Último	Referência	Anterior	Intervalo de tolerância	Periodicidade	
Taxa De Crescimento do PIB	1.8	2015-09	1.7	1.4 : 2.5	Trimestral	
Taxa de Desemprego	4.05	2015-09	4.04	3.9 : 4.3	Trimestral	
Taxa de Inflação	1.6	2015-12	1.5	-2.2 : 28.4	Mensal	
Taxa De Juro	4.35	2015-12	4.6	4.6 : 10.98	Diariamente	
Balança Comercial	541	2015-11	616	-320 : 616	Mensal	
Dívida Pública % PIB	41.06	2014-12	39.38	19.99 : 41.06	Anual	

Mercados	Último	Referência Anterior	Intervalo de tolerância	Periodicidade	
Moeda	6.58	2016-01 6.6	1.53 : 8.73	Diariamente	
Mercado de ações	3023 Pontos	2016-01 3017	99.98 : 6092	Diariamente	
Títulos Públicos - 10 Anos	2.86 %	2016-01 2.87	2.51 : 4.85	Diariamente	
PIB	Último	Referência Anterior	Intervalo de tolerância	Periodicidade	
Taxa De Crescimento do PIB	1.8 %	2015-09 1.7	1.4 : 2.5	Trimestral	
PIB Taxa de Crescimento Anual	6.9 %	2015-09 7	3.8 : 105	Trimestral	
PIB	10360 USD - Bilhões	2014-12 9491	46.68 :	Anual	

Fonte: CIA ,2015.

3.1. A Estratégia da China

O envolvimento da China com a África inicia-se no período posterior à Revolução Chinesa e no início da descolonização. Os vínculos iniciais consistiam em relações diplomáticas baseadas em princípios comuns de anticolonialismo, soberania nacional e não-alinhamento, os quais foram confirmados na Conferência de Bandung (1955).

No curso da Guerra Fria, a China participou activamente da libertação do continente fornecendo apoio diplomático e material para as lutas de libertação, especialmente na África Austral, cuja descolonização não seguiu as tendências do resto do continente.

Além de apoio militar e político, a contribuição mais duradoura da China foi a construção de Tazara, a estrada de ferro que liga a Zâmbia à Tanzânia, e que, à época, serviu para libertar aquela de sua dependência em rotas de comércio pelo mar, via Rodésia(actual Zâmbia, Zimbabwe), controlada então por uma minoria branca. Aparte os princípios libertários em comum, o objectivo específico da China na África era o de se opor à influência soviética após 1960 e ganhar reconhecimento oficial nas Nações Unidas (NU) contra Taiwan, alcançado em 1971. No final da década de 1970 a China se retirou do continente e adoptou um novo curso de acção baseado em reformas capitalistas e na sua reinserção na economia

mundial. Somente em 1989 a China redescobriu a importância da África, quando esta defendeu na ONU na ocasião da rebelião da Praça Tiananmen.

Para entender a estratégia da China na África devemos inquirir tanto sobre sua transformação interna quanto a sua reinserção na economia mundial. A China, indubitavelmente, tornou-se o principal centro de crescimento da economia mundial fornecendo uma saída para o capital ocidental sobre acumulado e habilitando a economia mundial a evitar uma crise. A China tem experimentado uma taxa média de crescimento anual do seu PIB de 10% no último quartel do século, ao passo que a economia mundial no mesmo período debate-se em meros 3% (BUSTELO, 2007; TRINH et al, 2006). De 1980 a 2005, a participação chinesa no produto mundial bruto (em PCP) cresceu de 3,4% para 15,4%, enquanto sua participação na importação e exportação mundiais atingiu 8% e 6,4%, respectivamente. Uma parte significativa deste crescimento se deve a investimento estrangeiro directo, do qual a China se tornou dependente. Em 2005, os Investimentos Estrangeiros Directos (IED) elevaram-se para 9,2% de capital de formação fixo (comparado a 4% nos EUA), enquanto a proporção entre fundos de IED e PIB no mesmo ano atingiu 14,3% (versus 13,0% nos EUA).

A dependência externa da China se estende ao petróleo, aos minérios e a bens agrícolas, correspondendo a 8% do consumo mundial de petróleo (6% da exportação mundial), entre 15% e 33% do consumo mundial de ferro, zinco, cobre e níquel, e mais de 20% do consumo de algodão, arroz, óleo de soja e borracha. Contudo, a China manteve um enorme saldo corrente positivo corrente, acumulando o valor de US\$1,4 trilhão de dólares de reservas em moeda estrangeira (excluindo ouro) em 2007, o equivalente a 22,5% do total mundial. Tem-se estimado que, se tudo permanecer como está, o PIB chinês (em PCP) ultrapassará o estadunidense nos próximos vinte anos.

A transformação da China se deve a combinação de vários factores que, além do investimento estrangeiro directo, incluem a reforma das relações agrárias e empresas estatais (state-owned enterprises – SOE's) (HU & KHAN, 1997). Estas políticas, juntas, constituem os elementos básicos do que se tornou conhecido, desde o início da década de 1990, como “economia socialista de mercado”. As reformas no campo acarretaram a substituição das comunas e brigadas de produção por direitos de propriedade (na forma de arrendamentos herdáveis) e contractos de produção baseados em produtividade, que em princípio mantêm o acesso igualitário à terra. As reformas foram acompanhadas pela proliferação de indústrias privadas não-agrícolas e sua integração à produção agrícola resultando, desse modo, na criação de mercados rurais dinâmicos.

A reestruturação das empresas estatais é outra importante dimensão da estratégia chinesa, servindo tanto para seu desenvolvimento interno quanto para suas ambições geopolíticas externas (NOLAN & ZHANG, 2002). A reestruturação das estatais passou por duas fases principais, a primeira referente à redistribuição dos lucros para as empresas visando melhorar o desempenho e a segunda com a reestruturação gerencial, administrativa e proprietária. Este processo permitiu às empresas responder as forças de mercado e levou ao redirecionamento da propriedade estatal, principalmente em empresas de grande-escala, para sector estratégicos, tais como armamentos, aço, energia e indústrias de tecnologia de ponta. Entretanto, as empresas de pequeno e médio porte, descartadas pelo estado, assumiram várias outras formas de propriedade não-estatais, incluindo colectiva e privada. Mas são as empresas de grande porte sob controle do estado que, desde o final dos anos 1990, passaram a ser vistas como os principais mecanismos para guiar o mercado e perseguir os objectivos internos e externos. Até o presente, cerca de 30% do PIB deriva das estatais, e estas também permanecem como a principal fonte de receita estatal. As empresas colectivas continuam a responder por outros 30% do PIB. Estas mudanças, e continuidades, provocaram um grande debate sobre a característica precisa da “economia socialista de mercado”, inclusive entre observadores africanos (Ajulu, 2004; Cronin, 2004; Turok, 2004; Amin, 2006). Nesta perspectiva, duas coisas se tornaram claras: a racionalidade do mercado tem feito incursões substanciais na estrutura das estatais, ao passo que estas, ao não ter que responder aos interesses de curto prazo de seus accionistas, estão adoptando uma visão de longo prazo em meio a esta racionalidade, de acordo com as estratégias de interesse do estado. Questionar da formação de uma burguesia “nacional” que opera através do estado, mas a situação é ainda mais complicada.

Este é, em particular, o caso das indústrias de energia e minérios, cujas estatais – CNPC, Sinopec, CNOOC e CMC – foram incumbidas da tarefa de assegurar à China as procura de recursos naturais no futuro. Foi apontado por Alden & Davies (2006) que as estatais chinesa são essencialmente similares em sua estrutura de propriedade à estatais como a francesa Elf-Aquitaine e a sul-africana Eskom, e, poderíamos adicionar, a brasileira Petrobras, a russa Rosneft e aquelas de outros países semiperiféricos (“emergentes”). Além disso, as estatais chinesas hoje, assim como suas equivalentes estrangeiras, não se restringem à estratégias voltadas para o mercado nacional, mas buscam o status de corporações multinacionais, com operações mundo a fora, objectivando produzir para o mercado mundial.

3.2. A internacionalização das Empresas e suas Bases Teóricas

Antes de começar a estudar a internacionalização das empresas chinesas é importante apresentar a definição de internacionalização, assim como as principais teorias a seu respeito.

Dunning (1971) define a internacionalização como a atuação no exterior de empresas que controlam e operam atividades geradoras de receita. Dunning (1971) apresenta três iniciativas pelas quais uma empresa pode internacionalizar. São elas: exportação de produtos, o licenciamento ou o investimento direto.

Buckley e Casson (1976), seguidos por Rugman (1981), desenvolveram a teoria de internalização com base no estudo das empresas multinacionais ocidentais e na teoria dos custos de transação de Williamson (1975). Os princípios gerais da teoria de IED, para os autores são:

(1) empresas internalizam mercados externos imperfeitos ou ausentes até que os custos de internalização superem os benefícios.

(2) as empresas escolhem locais para constituir suas atividades que minimizem os custos globais de suas operações. A expansão pela internalização dos mercados significa que as empresas usam dos investimentos para substituir as imperfeições dos mercados externos. Isso ocorre na troca de produtos e conhecimento, por meio de exportação e licenciamento. As empresas se apropriam dos lucros de fazê-lo.

Johanson e Vahlne (1977) propuseram um modelo teórico que visa descrever o processo de internacionalização das empresas. Este é baseado em observações empíricas de seus estudos em negócios internacionais na Universidade de Uppsala. O modelo posteriormente veio a ser denominado de modelo Uppsala. Os pesquisadores mostram, através deste modelo, que as empresas suecas desenvolvem suas operações internacionais em etapas incrementais, ao invés de fazer grandes investimentos produtivos no exterior em pontos isolados no tempo. Tipicamente, as empresas começam a exportar para um país através de um agente, depois estabelecem uma filial de vendas, e, eventualmente, em alguns casos, iniciam a produção nesse país.

3.3. Características distintivas das empresas chinesas que realizam investimentos no exterior

As empresas chinesas não podem ser estudadas como empresas americanas e suecas. É importante apresentar as características que distinguem essas empresas das empresas do mundo ocidental.

Buckley et al (2010) apresentam três características que diferenciam as empresas chinesas em termos de investimentos no exterior. São elas:

- As imperfeições de mercado de capitais que essas empresas encontram na China;
- A natureza de propriedade das empresas multinacionais chinesas;
- Os fatores institucionais que influenciam o IED chinês.

Buckley et al (2010) comentam que tais imperfeições podem significar que o capital está disponível em taxas abaixo de mercado por um período considerável de tempo. Isso cria um desequilíbrio no mercado de capitais no qual investidores externos podem explorar.

Os autores ainda argumentam que essas imperfeições são relacionadas as empresas chinesas, como exemplo:

- (I) Empresas de propriedade do Estado poderão ter o capital disponível em taxas abaixo do mercado;
- (II) Os sistemas bancários ineficientes podem fazer empréstimos em condições favoráveis aos potenciais investidores externos;
- (III) Empresas de um conglomerado podem operar um mercado de capitais interno ineficiente que efetivamente subsidia IED (por exemplo, Liu, de 2006, sobre o conglomerado diversificado chinês, Haier);
- (IV) Empresas familiares podem ter acesso a capital barato dos membros da família.

Buckley et al (2010) afirmam que as imperfeições do mercado de capitais favorecem as empresas chinesas a investirem na busca por recursos naturais (tipicamente em setores de energia e matérias-primas) e em ativos estratégico. E argumentam que as empresas multinacionais da China possuem uma natureza de propriedade, usualmente híbrida, que lhes permite ter vantagens ao operar no exterior.

Castro et al (2011) afirmam que a maioria das empresas chinesas que possuem investimentos no exterior são SOEs (State-Owned Enterprises), especificamente Central State-Owned Enterprises – Central SOE. As Central-SOE representam um conjunto de 120 grandes corporações que estão sob a supervisão direta do governo central. Essa supervisão é feita pela Stated-Owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), que consiste em uma instituição com status de ministério, autorizada pelo Conselho de Estado a assumir as responsabilidades de investidor do patrimônio estatal através das Central-SOE. Além disso, o governo chinês faz uma distinção dentre essas 120 empresas, selecionando um conjunto de 23 empresas por vezes referidas pelo próprio governo chinês como “a Espinha Dorsal da China”. Em levantamento feito por Deng (2009) temos que as empresas estatais figuram entre as primeiras dentre as mais internacionalizadas da China.

Como terceira característica, Buckley et al (2010) comentam que o tecido institucional de uma economia emergente pode determinar a capacidade de suas empresas nacionais para investir no exterior. Uma política clara, e, de certa forma, liberal com IED, vai incentivá-lo, enquanto uma política discricionária pode fazer o oposto.

Uma análise sobre os investimentos chineses no mundo é incompleta se não levar em consideração as principais instituições e políticas do governo que influenciam o comportamento das empresas.

3.3.1. Instituições e suas responsabilidades sobre IED

Primeiramente será apresentado o conjunto de instituições do governo chinês que compõem o corpo regulatório e aprovativo para investimentos no exterior. Voss (2011) identificou sete instituições que são relevantes para a discussão de IED na China, são elas:

O Conselho de Estado é o órgão executivo do governo chinês, liderado pelo premier. Tem como função supervisionar ministérios e organizações especiais que lidam com investimentos na China. O Conselho também formula as leis e regulamentações que devem ser aprovadas pelo congresso chinês e pelo Comitê permanente do Partido Comunista Chinês (PCC). O Conselho tem como objetivo para IED, definir as principais políticas e objetivos de longo prazo para os investimentos chineses no mundo.

O State Administration for Foreign Exchange (SAFE) foi criado e equipado com tarefas administrativas relativas ao uso e fluxo de divisas em 1979. A formação do SAFE foi uma iniciativa do governo chinês para consolidar essas funções de controle de câmbio, antes dispersas entre vários ministérios. A instituição exerce três funções relativas ao IED chinês:

- Realizar um relatório sobre o balanço de pagamentos para o Conselho de Estado e o Fundo Monetário Internacional;
- Recomendar políticas de câmbio para o People's Bank of China;
- Supervisionar a transferência de câmbio.

O Ministério do Comércio (MOFCOM) foi estabelecido em 2003 através de uma fusão entre o ministério de comércio internacional com algumas funções que estavam sobre a governança do National Development Reform Commission e do State Economic Trade Commission. As principais responsabilidades do MOFCOM sobre IED são:

- Sugerir políticas de investimentos chineses no exterior para o Conselho de Estado;
- Implementar políticas e regulamentações para os projetos de investimentos serem aprovados;
- Supervisionar os projetos de investimentos chineses no mundo;

- Representar a China na Organização Mundial do Comércio, assim como
- atuar em negociações bilaterais e multilaterais sobre comércio e investimentos.

Essas funções possibilitam ao MOFCOM influenciar direta e indiretamente os investimentos chineses no mundo.

O People's Bank of China (POBC) foi estabelecido em 1983 e está sob a supervisão direta do Conselho de Estado. O POBC é responsável pelo conjunto de políticas e regras que interagem com as organizações financeiras internacionais como o Banco Mundial. Também supervisiona e gerencia as reservas de câmbio, assim como regula os serviços financeiros na China, possibilitando o acesso a recursos financeiros para as empresas. O Banco também possui a função de aprovar os projetos de IED dos bancos chineses.

O National Development Reform Commission (NDRC) é o ator central no governo chinês para projetar, regular e coordenar o desenvolvimento econômico e industrial da China. Uma das principais funções do NDRC é desenvolver estratégias, objetivos e políticas para os investimentos chineses no mundo. Como parte de seu papel, o NDRC formula diretrizes para o acesso a crédito para empresas chinesas financiarem sua internacionalização. E em conjunto com MOFCOM, o NDRC publica um guia para investimentos chineses no exterior, classificando os países com os quais o governo forneceria apoio às empresas para internacionalizarem. O NDRC também é responsável pela aprovação dos projetos de investimentos no exterior, principalmente de grandes projetos que buscam recursos naturais.

Por fim, a já comentada State Asset Supervision Administration Commission (SASAC) é responsável por aprovar e coordenar as iniciativas de investimento no exterior de todas as 120 Central SOE's sob a sua supervisão.

Voss (2011) comenta ainda que essas responsabilidades expostas para cada um dos atores governamentais nem sempre são cumpridas. Existem conflitos de interesse entre as instituições que acabam sobrepondo as decisões que deveriam ser tomadas por outro agente governamental.

O autor ainda descreve o que seria o modelo de relacionamento entre essas instituições. Cada projeto de investimento deve passar pela aprovação de uma série de instituições. E os principais atores políticos são o Conselho de Estado, o MOFCOM, o NDRC e a SASAC. Apesar do processo ter mudado por diversas vezes nos últimos anos o procedimento básico se mantém inalterado.

Vale destacar que o SAFE possui um papel operacional, inicialmente, a empresa aplica seu projeto de investimento para o SAFE com o intuito de conseguir uso de divisas no

exterior. Esse passo é necessário porque o SAFE é responsável pela administração de conversão de remessas, e monitoramento da troca de repatriação de divisas e dos lucros de investimento.

Tabela 2: Investimentos chineses no exterior, 2005-2011 (em US\$ milhões)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	(2005-2011)
MOFCOM	12600	21160	26510	55910	56530	68810		241520
UNCTAD	12261	21160	22469	52150	56530	68500		233070
fDi	9437	16266	30515	48985	28444	29693	16673	180013
Heritage	6230	13360	30770	37500	75300	68200	31010	262370
Total	40528	71946	110264	194545	216804	235203	47683	916973

Fonte : Elaboração própria com base em MOFCOM (2011), UNCTAD(2011), Di Markets(2011)

3.3.2. Política “Go Global”

O governo chinês lançou oficialmente no décimo plano quinquenal em 2001, a política denominada de “*zou chu qu*”, que apesar de não significar a tradução, ficou conhecida como *Go Global Policy*. De acordo com Child e Rodrigues (2005), essa política tinha como objetivo encorajar as empresas chinesas a internacionalizarem, com o objetivo de fortalecerem os seus fatores de competitividade e, com esse processo, auxiliarem a reestruturação econômica e o desenvolvimento da China.

A política de *Go Global*, para o presente autor, deve ser entendida como um conjunto de reformas realizadas pelo governo central que habilitaram o arranjo de instituições a incentivarem e suportarem a internacionalização das empresas chinesas. Todos os papéis e responsabilidades exercidas pelo MOFCOM, NDRC, SASAC sobre investimentos estrangeiros no exterior, foram, de certa forma, definidos através de um conjunto de medidas tomadas pelo governo central. Voss (2011: 78-81) lista um conjunto de 25 regulamentações que conformam o que hoje temos como mecanismos característicos do arranjo institucional subjacente ao *Go Global Policy*.

3.3.3. Motivações dos investimentos chineses

O modelo teórico desenvolvido por Dunning (1977) teve como objetivo explicar as motivações pelas quais as empresas se internacionalizavam. Para tanto, o pesquisador realizou um levantamento com um conjunto de empresas americanas que haviam investido na Europa. Como resultado chegou a três grupos de motivações que explicariam o ingresso no mercado

européu: Busca por Mercados (*Market-Seeking*), Busca por Recursos (*Resource-Seeking*) e a Busca por Eficiência (*Efficiency-Seeking*).

A tipologia criada por Dunning (1977), de certa forma, é auto-explicativa, mas vale ressaltar quais seriam os principais determinantes para a decisão de investir dadas essas motivações.

Os principais determinantes para a busca de mercado são: o tamanho do mercado interno do país destino dos investimentos; o crescimento desse mercado; o acesso através desse mercado a outros mercados regionais - exemplo montar uma fábrica no Brasil com o intuito de vender para a América Latina; o nível de exigência dos consumidores do país destino dos investimentos.

A busca por recursos têm como determinantes: a existência de recursos naturais no país destino dos investimentos; a estabilidade dos preços dos recursos naturais no exterior; assegurar o fornecimento de recursos naturais; o custo da mão de obra no país destino; a infraestrutura física presente no país destino; ter acesso a recursos específicos que os competidores podem não conseguir obter.

E por fim, a busca por eficiência é movida por questões como: economias de escopo, através da presença de clusters no país destino; novamente a infraestrutura para escoar a produção; incentivos a produção local; baixo custo da mão de obra; a existência de outras empresas pertencentes à cadeia de valor, economias da integração vertical e da diversificação horizontal da cadeia; especialização regional em processos de produção.

De acordo com Dunning (1977) essas três motivações levam em consideração uma empresa multinacional possuidora de uma vantagem competitiva que será explorada no país destino do investimento. Isso significa dizer que não existe motivação para entrar em um país com o objetivo de superar uma desvantagem competitiva - caso da busca por um ativo estratégico, seja tecnologia ou capacitações específicas.

3.3.4. Busca por Recursos Naturais

Como não dispõe internamente da diversidade e do volume necessário de recursos naturais para manter suas taxas de crescimento, a China vem consolidando, há alguns anos, uma base internacional de fornecimento de matérias-primas, a partir da Austrália e de países da África. Tian e Deng (2007) realizaram um estudo empírico sobre as empresas chinesas que fazem parte das 500 maiores empresas listadas na Fortune. E verificaram que a maioria das grandes multinacionais chinesas são empresas Central-SOE que buscam por recursos naturais.

3.3.5. Busca por Ativos Estratégicos

Outro ponto bastante discutido entre os artigos consiste na busca por ativos estratégicos. Rui e Haichuan (2007) sugerem que as empresas chinesas realizam aquisições no exterior com o intuito de superar as suas desvantagens competitivas, mirando ativos estratégicos de outras empresas ou possibilidades de melhorar os seus ativos. Rui e Jiang (2010) realizaram uma *survey* com 138 empresas chinesas e chegaram empírica e estatisticamente a mesma conclusão de Rui e Haichuan (2007).

3.3.6. Busca por Mercado Externo

Essa parte tem como objetivo apresentar os pontos de vista dos autores sobre a busca por mercado externo como motivação para a internacionalização das empresas chinesas.

Na *survey* realizada por Rui e Jiang (2010) com 138 empresas chinesas um dos resultados obtidos foi que as empresas que buscam mercado no exterior costumam ingressar através de subsidiárias e possuem uma vantagem competitiva a ser explorada nesse mercado.

O que é distintivo para o caso chinês, consiste na localização dos mercados que essas empresas optam por entrar. Zeng e Williamson (2007), Mathews (2007) e Duysters (2009) comentam da internacionalização para mercados periféricos. Os autores chegam separadamente à conclusão que as empresas optam por entrar em mercados com características semelhantes às da China.

Isso está totalmente de acordo com a teoria do processo de internacionalização das empresas de Johanson e Vahlne (1977), na qual os autores, em 1977, afirmam que as empresas buscam internacionalizar primeiramente para mercados com características similares aos do país de origem.

3.3.7. O modo de ingresso das empresas chinesas

De acordo com OECD (2003), tradicionalmente distinguem-se três diferentes modos de entrada de investimentos em um país:

- a) Fusões & Aquisições – compra total ou parcial de empresas situadas no país por um investidor estrangeiro,
- b) Greenfield – construção de instalações totalmente novas no país de destino por um investidor estrangeiro, que tem o controle total da construção e operação dos ativos.
- c) Joint Ventures – parcerias estratégicas entre empresas, que envolvem participação acionária das mesmas na criação de uma nova empresa com uma finalidade específica.

O principal estudo sobre o modo de entrada das empresas chinesas consiste no artigo do Child e Rodrigues (2005). Com relação a fusões e aquisições os autores comentam que o número de aquisições por parte de empresas chinesas subiu exponencialmente nos últimos anos. Para os autores, esse é o principal modo de entrada. Child e Rodrigues (2005) afirmam que o quadro de aquisições de empresas chinesas é bastante diversificado. Existem aquisições realizadas por grandes empresas estatais que buscam recursos naturais, assim como, por empresas com capital híbrido em busca por tecnologia.

Klossek, Linke e Nipa (2010) afirmam que as empresas chinesas que optam por entrar em mercados através de aquisições conseguem mitigar as desvantagens de serem estrangeiras mais rapidamente. Nesses casos, os chineses utilizam da reputação, rede de contatos, e operação já formulada pela empresa comprada. Os autores contrastam esta com a entrada por *greenfield*, na qual a empresa ainda precisará montar toda uma rede de fornecimento, operação e marca no novo país.

Com relação à entrada por *greenfield*, Child e Rodrigues (2005) afirmam que esse tipo de escolha é feita quando a empresa pretende utilizar suas vantagens em termos de diferenciação para um novo mercado. Por exemplo, a capacidade de se adaptar às necessidades do mercado local. No entanto, a entrada via *greenfield* força a empresa a enfrentar uma séria de desvantagens por ser estrangeiro, como o acesso a canais de distribuição e o conhecimento da marca, além de diferenças culturais.

3.4. Processo de Internacionalização das Empresas Chinesas

O processo de internacionalização de empresas pode ser incremental ou acelerado. Zou e Ghauri (2009) afirmam que a pesquisa sobre o processo de internacionalização de empresas de países desenvolvidos já foi muito explorada, essas seguem uma sequência de etapas incrementais para entrar em um mercado. Recentemente, os artigos discutem um processo acelerado de internacionalização, no qual a empresa se compromete com recursos sem possuir muito conhecimento sobre o mercado. Esse grupo de estudos que trata da internacionalização de empresas de países em desenvolvimento, especificamente da China.

Processo acelerado de internacionalização das empresas – O caso das empresas chinesas

Existe um conjunto de artigos que buscam caracterizar o processo de internacionalização das empresas chinesas.

Alguns textos indicam que a empresas chinesas seguem o modelo Uppsala. Lau, Ngo e Yiu (2010) afirmam que no primeiro estágio da política *Go Global* as empresas chinesas

ainda se sentiam inseguras para se comprometer com recursos no exterior, e a exportação foi a opção escolhida por elas. Zou e Ghauri (2009) explicam

que as empresas chinesas *High-Tech* também internacionalizam de acordo com o modelo Uppsala.

No entanto, em sua maioria os textos buscam argumentar que o modelo de internacionalização das empresas chinesas segue um padrão completamente diferente do tradicional. Esses autores clamam que as empresas chinesas realizam um salto (*leapfrog*) nos estágios apresentados pelo modelo Uppsala.

O ponto central do argumento deles é que as empresas chinesas não seguem a sequência de etapas incrementais do modelo de Johanson e Vahlne (1977). As empresas chinesas mesmo não possuindo conhecimento sobre um determinado mercado se comprometem com recursos que visam mitigar as suas desvantagens competitivas.

Kan (2009) chegou à conclusão de que o processo de internacionalização das empresas chinesas segue três diferentes trajetórias. E que duas variáveis são relevantes para explicar esse fenômeno: a existência de uma vantagem competitiva de propriedade da empresa e o grau de abertura da economia chinesa no momento em que essa empresa decidiu por internacionalizar.

3.5. Regime de Investimento Estrangeiro Chinês

Voss (2011) têm como objetivo apresentar os determinantes do investimento chinês no mundo. Para tanto, o autor formulou um modelo explicativo específico para o IED chinês.

Este tem como objetivo explicar os padrões de investimento e de comportamento internacional das empresas chinesas. O modelo tem suas raízes nas teorias de negócios internacionais e possui especial ênfase na teoria institucional econômica.

Para Voss (2011) a literatura existente sobre IED geralmente reconhece as "mãos visíveis" de instituições de países emergentes, uma vez que são consideradas como restrições para os investidores estrangeiros. As mesmas instituições formais também desempenham um papel quando as empresas de seu país decidem internacionalizar.

Dependendo da configuração e da intenção das instituições, eles podem servir como uma fonte de vantagem competitiva ou retardar a internacionalização das empresas nacionais. Voss (2011) argumenta que o ambiente institucional nos níveis nacionais e subnacionais da China consistem em um fator importante no desenvolvimento do IED chinês.

Além desses elementos formais, o IED chinês também contém elementos informais. Um fator informal, como o *guanxi*, fornece acesso a uma rede de negócios internacionais. Essa rede de negócios pode ser entre:

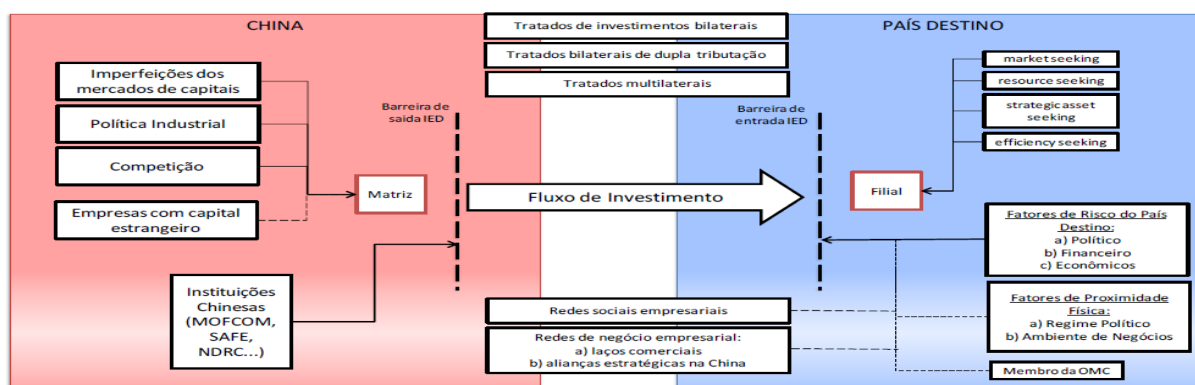
- (i) uma empresa da China continental e uma empresa chinesa no exterior;
- (ii) uma empresa nacional e os seus parceiros comerciais estrangeiros;
- (iii) ou facilitadores de negócios internacionais, como agências de promoção de investimento.

Embora as empresas chinesas sejam influenciadas pelos elementos acima discutidos é evidente que esses, por si só, não são suficientes para explicar o IED chinês.

Dessa forma, abstraindo o lado institucional deve-se também levar em consideração as teorias já estabelecidas sobre negócios internacionais. Como as motivações de investimento no exterior (*resource-seeking; market-seeking; efficiency-seeking; strategic-asset-seeking*) e os fatores de distância psíquica (riscos do país destino, regime político, ambiente de negócios, cultura).

Assim, um modelo combinado trazendo elementos institucionais e tradicionais pode se adequar melhor as características necessárias para entender o IED chinês.

Figura 6 : O Modelo chinês de investimentos e implementação com o exterior



Fonte: Modelo explicativo de Vos(2011)

3.6. A Implementação da Política Externa Chinesa para África

O impacto da economia política da China é central à análise tanto do desenvolvimento do país asiático, quanto da internacionalidade sua política externa. Isto é, a modernização chinesa tem criado condições objectivas para a inserção internacional do país, ao ampliar sua capacidade e suas necessidades económicas. Naturalmente, o ritmo de desenvolvimento económico da China tem conferido importância à Política Externa Chinesa (PECh), com evidentes consequências para a evolução do sistema internacional nestas últimas décadas. O

reconhecimento chinês dos novos países independentes da África se iniciou em 1956 (Egipto), com a visita do premier chinês Zho En-lai. A política externa maoísta, embora voluntariosa, possuía baixa capacidade de efectiva cooperação técnica e institucional ou de aumento do intercâmbio comercial e financeiro. Mesmo que Mao Tsé-tung tenha sido o fundador da Nova China (1949), a projecção crescente da China para a África liga-se à política de Reforma e Abertura desencadeada por Deng Xiaoping no final dos anos 1970. As Reformas estiveram voltadas à modernização da economia, enquanto a Abertura relacionava-se a uma inserção mais activa do país no sistema internacional. Ou seja, o governo chinês respondeu activamente à crise interna gerada pelos percalços da Revolução Cultural (1966-76) e à crise internacional decorrente do ciclo depressivo do capitalismo, associado ao esgotamento do modelo fordistakeynesiano, no contexto dos choques petrolíferos (1973 e 1979).

O ritmo de crescimento chinês¹³ impôs uma crescente participação nos negócios internacionais. Ou seja, a capacidade de exportação e o fortalecimento do mercado interno foram ampliando a necessidade de mercados, insumos, tecnologias, energias e matérias-primas, aumentando, conseqüentemente, o peso político-diplomático do país oriental no mercado mundial. Em outras palavras, o desenvolvimento e o aumento do poder relativo da China, conjugado aos eventos ligados ao final da Guerra Fria, conduziram à universalização da PECh. Assim, o final do século XX reuniu elementos de inflexão rumo à universalização da diplomacia chinesa: 1) a repressão na Praça da Paz Celestial em 1989 forçou a diversificação das relações exteriores para evitar o isolamento promovido pelos EUA; 2) o crescimento económico impulsionou a dependência crescente de importação de petróleo a partir de 1993, exigindo a ampliação e diversificação do fornecimento; 3) o fortalecimento macroeconómico gerou crescentes acúmulos de capitais ampliando a capacidade financeira do país em realizar investimentos directos e fornecer créditos internacionais. Ora, tais transformações têm criado condições objectivas ao país para reocupar seu status de potência mundial. E uma diplomacia voltada aos países periféricos (diplomacia zhoubian), com destaque ao continente africano, é parte fundamental da universalização da PECh (FERREIRA, 2010)

Não há a menor dúvida de que a China está utilizando sua capacidade económica como instrumento central da sua política externa. Tanto os planejamientos do comércio exterior quanto da política externa chinesa baseiam-se na capacidade de o país realizar grandes

¹³Entre 1981 e 2006, as importações chinesas cresceram em média 15,4% por ano, o que representa o maior aumento registado num país neste período. Tornou-se um dos três maiores importadores mundiais a partir de 2004. Entre 2000 e 2005 o investimento externo chinês cresceu em média 65,6%, prevendo-se que atinja os 60 mil milhões de dólares em 2010 (fonte: UNIDO).

investimentos, oferecer vultosas linhas de crédito, absorver produtos e insumos e mesmo suportar deficits comerciais com países periféricos. Os excedentes de capitais assentam-se no crescimento do mercado doméstico, no nível de poupança e no dinamismo do comércio exterior da China. Por exemplo, 800 bilhões de dólares dos cerca de 2,4 trilhões das reservas internacionais chinesa são destinados à compra de títulos do Tesouro dos EUA, financiando o endividamento norte-americano e a continuidade do comércio de produtos chineses.

Nesse sentido, a economia política internacional da China tem ampliado rapidamente a capacidade do país asiático de realizar investimentos no exterior, sobretudo devido à modernização do parque produtivo, aos excedentes de capitais (poupança, reservas e superávits comerciais) e aos apoios governamentais (como recentes regulamentações promulgadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Comissão de Reforma - NDRC - e do Eximbank chinês). Os Investimentos Externos Directos (IED's) da China têm crescido de forma expressiva, partindo de 100 milhões em 1980, passando para 1 bilhão em 2000 e chegando em 22,5 bilhões de dólares em 2007. São especialmente IED's de empresas de propriedade estatal e de fundos de investimento. No caso da África, o volume de IED's chineses cresceu sete vezes entre 2002 e 2006, de 74,8 milhões de dólares para 519 milhões, com cerca de 3% do total destinado a áreas cruciais como infra-estrutura, recursos naturais e bens de consumo (chegando a 25% no Zâmbia e 20% na República Democrática do Congo em 2006). Apesar de volumes pequenos em relação aos realizados por países desenvolvidos, a crescente presença da China na África é notável. (ALDEN, 2008)

Para a África, abre-se a possibilidade de utilizar os IED's para promover o desenvolvimento nacional – aliás, como a própria China tem utilizado desde as reformas (ASIAN FOREIGN DIRECT INVESTMENT IN AFRICA, 2007). No caso dos IED's, cabe destacar o papel das multinacionais chinesa, sobretudo as estatais e as de capital misto, como instrumento da Política Externa Chinesa (PAUTASSO, 2008). Além dos IED's, os créditos exercem papel crucial na inserção chinesa na África, uma vez que amplia a segurança do suprimento de recursos naturais, notadamente petróleo, minérios e alimentos. Dessa forma, a PECh tem transformado uma vulnerabilidade e a dependência crescente de recursos naturais num impulso à inserção internacional como ilustra o caso da África, especificamente de Angola.

Tabela 3: A política de empréstimos e investimentos chines em África em números.

Pays	Total (novembre)	Total (1-11)	Exports (novembre)	Exports (1-11)	Imports (octobre)	Imports (1-11)	Total	Exports	Imports
1000 dollars							Variation sur un an en %		
Afrique	14 655 865	162 014 936	8 684 439	98 315 925	5 971 427	63 699 014	-19	3	-39
Afrique du Sud	4 658 783	40 915 979	1 074 048	14 703 518	3 584 735	26 212 461	-24	2	-34
Algérie	659 774	7 535 846	585 402	840 464	74 372	695 382	-5	3	-45
Angola	1 111 957	18 309 573	220 014	3 429 091	891 943	14 880 482	-46	-34	-48
Bénin	255 909	2 802 884	251 670	2 730 108	4 239	72 776	-19	-15	-72
Botswana	29 102	341 300	19 177	208 448	9 926	132 853	9	32	-15
Burkina Faso	16 887	157 609	10 963	113 745	5 924	43 864	-31	4	-64
Burundi	2 351	42 182	2 351	39 366	0	2 816	0	2	-18
Cameroun	145 385	2 369 469	117 402	1 654 157	27 983	715 311	6	0	23
Cap Vert	2490	41 941	2489	41 918	1	22	-11	-11	687
Centrafrique	2 187	36 562	1 001	12 959	1 187	23 603	11	91	-10
Comores	4 951	37 866	4 950	37 844	1	22	2	2	161
Congo	152 059	3 428 585	89 922	948 396	62 137	2 480 190	-41	8	-50
Congo (RDC)	337 936	3 729 420	114 742	1 297 838	223 195	2 431 582	-3	5	-7
Côte d'Ivoire	140 745	1 491 278	130 378	1 355 899	10 367	135 380	16	24	-30
Djibouti	204 115	1 742 343	204 115	1 741 444	0	898	74	75	-47
Égypte	1 067 656	11 639 009	917 115	10 745 236	150 541	893 773	10	12	-7
Érythrée	6 535	297 903	6 535	127 379	0	170 524	-23	55	-44
Éthiopie	410 870	3 421 083	398 384	3 056 464	12 486	364 618	15	21	-19
Gabon	109 338	1 432 485	40 709	411 945	68 629	1 020 540	-21	7	-28
Gambie	29 325	356 559	27 283	304 696	2 042	51 864	0	-7	63
Ghana	454 185	5 973 481	440 113	4 754 691	14 072	1 218 790	20	28	-6
Guinée	106 062	1 188 547	96 448	1 169 688	9 614	18 860	18	21	-54
Guinée Bissau	2 438	34 618	2 406	16 806	33	17 812	-47	12	-64
Guinée équatoriale	140 990	1 389 988	19 466	239 084	121 524	1 150 904	-57	-26	-60
Île Maurice	96 594	789 431	95 746	775 268	849	14 163	14	15	5
Kenya	503 797	5 475 687	498 632	5 385 311	5 155	90 376	24	233	40
Lesotho	5 461	91 710	4 935	80 498	526	11 212	-4	-4	-36
Libéria	70 224	1 456 971	64 167	1 288 863	6 057	168 107	-24	-21	-40
Libye	103 286	2 692 288	103 286	1 740 740	0	951 548	-1	-12	31
Madagascar	109 267	940 344	93 574	783 411	15 693	156 933	21	16	50
Malawi	30 460	259 898	30 282	230 476	178	29 421	46	588	-11
Mali	21 774	335 241	19 577	242 763	2 198	92 477	-7	-10	-1
Maroc	275 516	395 42	240 970	2 551 265	34 546	488 277	-3	-39	2
Mauritanie	157 218	1 365 257	78 427	679 127	78 791	686 130	-24	-3	-38
Mozambique	185 972	2 199 778	150 032	1 786 539	35 940	413 239	-33	39	-74
Namibie	48 833	670 658	33 965	469 761	14 868	200 896	-12	-5	-24
Niger	11 443	292 117	8 138	166 820	3 305	125 297	3	-233	90
Nigéria	1 221 105	13 615 824	1 164 449	12 518 067	56 656	1 097 757	-17	-10	-56
Ouganda	61 449	588 912	55 306	507 033	6 143	81 879	9	16	-231

Fonte: ChinaDaily¹⁴ A china com maior impacto e presença em todos países africanos.

3.6.1. Do passado à implementação da Política externa chinesa em África

Nos finais dos anos 60, a luta contra o “social-imperialismo soviético” intensifica-se e a China aumenta as suas despesas em Africa. Termina em 1976 o símbolo de boa vontade e das suas proezas: O Tan-Zam. Esta linha de caminho-de-ferro retira a Zâmbia do isolamento, proporcionando uma saída para Dar Es Salaam, na Tanzânia: 1860 km de carris, 18 tuneis, 47 pontes. Foi necessário o trabalho de 50 000 chineses, dos quais 60 morreram nas obras. Em 1976 é também o ano da morte de Mao Zedong, do final movimentando da Revolução Cultural e do desencadeamento das alianças com alguns países africanos. Novo poço no ar: decaí o interesse da China por África.

¹⁴ No anexo 13, a tabela 5 é contínua, incluindo o resto dos países que não estão nela.

A relação é retomada em meados dos anos 80, sob o efeito das reformas económicas implementadas por Deng Xiaoping. África passa então a ser sobretudo vista como um Mercado e um meio de acesso aos matérias-primas, que também é denominado pelos chineses do período de reajustamento e de desenvolvimento saudável das relações económicas e comerciais com a África.

Há duas datas chaves que delimitam esse período a rapidez da convergência chinesa em África. A primeira é uma consequência da repressão de Tiananmen (04 de Julho de 1989):- Condenado pela a comunidade internacional, o poder chinês vai procurar sair do isolamento através da mobilização de recursos diplomáticos latentes. A África é um bom começo: representa mais de um ¼ dos votos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Além disso, as elites africanas são trabalhadoras, pois elas próprias pretendem prevenir-se dos movimentos democráticos quem então irrompem no continente. Reagiram á condenação ocidental de uma forma tal que os dirigentes chineses compreenderam o interesse de voltar a cortejá-los, acrescenta Roland Marchal (Serge MICHEL, 2009).

A segunda data flecha lançada a África surge em 1995. Nessa época, o presidente Jiang Zemin, que pouco e pouco concentra todos poderes e que se apoia num forte crescimento económico, lança esta palavra de ordem as grandes empresas chinesas: “ *Saiam! [das fronteiras]*”, *tornem-se actores mundiais*. Qual é o ponto de partida? Por África, interessou em certos padrões, vendo ai uma boa oportunidade para o dragão aguçar as garras antes de desafiar a concorrência global na Europa ou na América (EUA, Brasil, Canada, etc). Desde finais dos anos 90 que cada projecto de infra-estrutura em África recebe apoio pleno do governo. Conjugando com um financiamento do EximBank da China, o cocktail proporciona as empresas chinesa a garantia de vencer os concursos públicos que, por vezes, coincide com projectos de ajuda ao desenvolvimento.

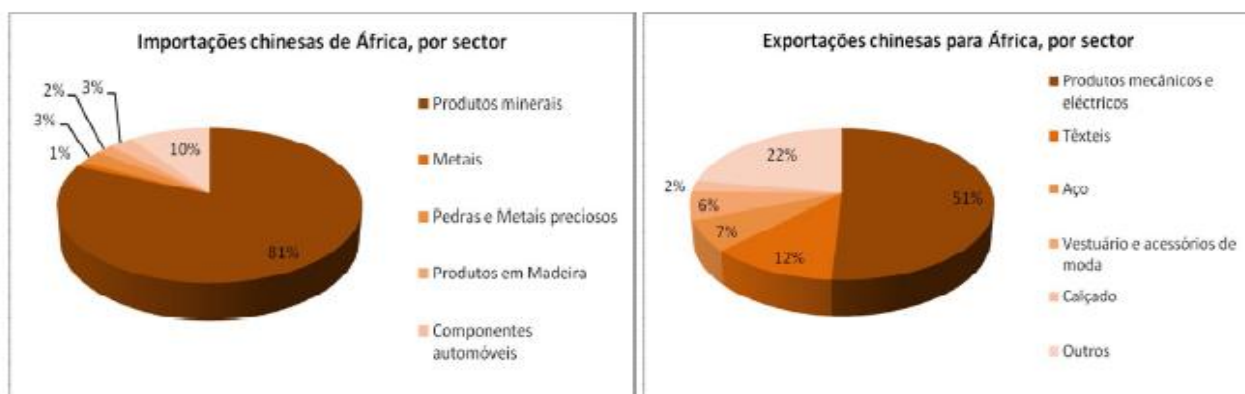
Ajuda ocidental, em contrapartida , é sempre criticada na história oficial distribuída na cimeira de Pequim. Sobretudo após 1991, período em que os EUA e o Reino Unido condicionaram o auxilio financeiro a progressos em matéria de democracia, uma política que é considerada “ *de ingerência em África e na China, a pretexto de problemas relativos aos direitos humanos* “. De facto, a obra apresentada a democracia como um verdadeiro flagelo, a causa da “ *exacerbação* “de todas as tensões no seio dos países africanos (Serge MICHEL, 2009).

Escrever a história sempre foi uma jogada política, o privilégio de quem domina ou do vendedor. Foram os ocidentais a escreverem a história dos povos que colonizaram. Não existem porém, até agora, nenhuma história verdadeira das relações entre a China e África¹⁵

A aposta é clara: *demonstrar que descobriu África antes dos ocidentais, que as suas intenções foram sempre benévolas e que possui toda a legitimidade para intervir em África..*

Como nos tempos dos Ming, são organizadas em Pequim cimeiras de grande dimensão. Como outrora, a China escoia os seus produtos para a África. A imagem do imperador Yongle, que enviou a luz dos Ming para África¹⁶; a China propõe a África um verdadeiro pacto para que estes se liberte das suas trevas (Serge MICHEL, 2009).

Figura 7: As importações e exportações chinesas em África



Fonte: Relatório da FOFAC (2015).

3.6.2. Considerações.

Actualmente, cerca de 30% das importações petrolíferas chinesa provêm de África, em resultado do reconhecimento da instabilidade das fontes energéticas do Médio Oriente e de uma política de obtenção de recursos dos países em desenvolvimento através de acordos governamentais. Na verdade, o aumento da importância da China em África é parte integrante de um fenómeno mais global, de abertura e crescimento económico chinês, que se manifesta

¹⁵ Os países africanos têm, no geral, conseguido manter uma taxa média de crescimento significativa nos últimos cinco anos, acima da média mundial, calculando-se que entre 1% a 2% desse crescimento seja devido ao comércio e investimentos chineses no continente. Quando se questiona a eficácia da ajuda chinesa em África, as autoridades chinesas respondem com pragmatismo: é eficaz porque tem resultados concretos e fornece rapidamente aos países africanos ferramentas importantes para o seu desenvolvimento.

¹⁶ Segundo o portal de notícia Club-k, as trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa caíram 25,84% até Novembro de 2015, fixando em 90,90 milhões de dólares. Os serviços de Alfandegas da China, através de uma publicação de Fórum Macau indicam que nos últimos 11 meses de ano de 2015, a China comprou aos países de língua portuguesa bens avaliados em 57,50 mil milhões de dólares e vendeu o produto no valor de 33,39 mil milhões, uma perda notável.

no aparecimento deste país como um investidor importante à escala mundial e como o mercado de maior crescimento ao nível planetário, através de um aumento exponencial das importações e das exportações. A última cimeira China-África¹⁷ confirmou a presença da política soft chinesa em África, onde prometeu investir mais de 60.000 milhões de dólares nos próximos anos.

A controvérsia sobre o envolvimento chinês em África tem fundamentos reais, nomeadamente no que respeita a alguns impactos sociais e ambientais menos positivos. Importa, por isso, analisar alguns dos efeitos, positivos e negativos do aumento da cooperação, do comércio e dos investimentos chineses em África nos últimos anos.

Na prática, o investimento chinês¹⁸ podem ter efeitos positivos de redução dos custos de transacção, de aumento do comércio interno e intra-regional, ou de apoio indirecto aos governos africanos para se tornarem mais eficazes no fornecimento de serviços sociais básicos à população (como energia, saúde ou educação).

¹⁷ Esta cimeira de FOFAc teve lugar na África do Sul no princípio de Dezembro de 2015.

¹⁸ O caso de Angola é paradigmático, uma vez que as linhas de crédito chinesas permitiram ao governo angolano prosseguir no caminho da reconstrução pós-conflito e recusar, em 2004, um acordo com o FMI, que significaria a imposição de um modelo de gestão macroeconómica diferente do que era pretendido internamente.

4. ACTUAÇÃO DA PRESENÇA DO INVESTIMENTO CHINÊS EM ANGOLA

4.1. A China em Angola

A presença da China em Angola remonta aos primeiros anos da luta anticolonial, através do apoio aos três movimentos de libertação, em diferentes momentos. Estava-se em plena Guerra Fria, com a preocupação de demarcação da URSS (forte apoiante do MPLA) a ditar o apoio chinês à FNLA e, em menor escala, à UNITA.

Após a independência de Angola em 1975, e a assunção do poder pelo MPLA, a China apenas viria a estabelecer relações diplomáticas com Angola em 1983. O relacionamento entre os dois países foi-se intensificando progressivamente ao longo dos anos 90, constituindo-se Angola, no final dessa década, como um importante parceiro da China em África, em especial devido à cooperação em matéria de defesa.

Com o término da guerra civil em Angola, os contactos oficiais e empresariais aumentaram substancialmente, tendo a vertente económica passado a assumir clara predominância nas relações bilaterais sino-angolanas¹⁹.

4.2. As Relações Sino-Angolanas no Contexto actual

O comércio bilateral situou-se entre os 150 milhões de dólares e os 700 milhões de dólares ao longo dos anos 90. Em 2000, elevou-se a 1,8 mil milhões e, no final de 2005, havia crescido quatro vezes, totalizando 6,9 mil milhões de dólares. Em 2008, as trocas comerciais, que se apresentam fortemente deficitárias para a China em face da crescente importação de petróleo por parte das autoridades angolanas, atingiram o valor recorde de 25,3 mil milhões.

Em face da baixa de preços do petróleo e do abrandamento da procura resultante da crise económica internacional, o comércio sino-angolano registou um decréscimo de 35% em 2009, não ultrapassando os 17 mil milhões de dólares. No entanto, segundo dados das alfândegas chinesas, assistiu-se a uma recuperação dos fluxos comerciais em 2010, totalizando 24,8 mil milhões de dólares, deixando antever que os próximos anos continuarão a pautar-se pela expansão do comércio bilateral, na perspectiva da manutenção das importações chinesas de petróleo angolano. Como sustenta a jornalista Mary Fitzgerald²⁰, *na actual fase*

¹⁹ Os investimentos chineses, que muitas vezes se apresentam fundidos numa perspectiva abrangente da cooperação para o desenvolvimento, têm reflexos importantes no desenvolvimento, particularmente na construção de infra-estruturas de transporte (estradas e caminhos-de-ferro), de energia (barragens) e infra-estruturas sociais básicas (escolas e centros de saúde), como demonstra o caso de Angola.

²⁰ Irish Times, 26 de Agosto de 2008

de envolvimento chinês em África, Angola é o país mais importante para Pequim, constituindo-se já como o seu principal parceiro comercial no continente africano.

As importações chinesas (figura 7) são constituídas à base de produtos energéticos, com destaque para o petróleo (cerca de 95% do total).

Figura 8: A China ultrapassou o Portugal como fornecedor de produtos em Angola.

TOP 5 Fornecedores				
Importações	2011	2012	2013	Quota %
Portugal	3.455	5.398	4.567	16,5%
China	1.837	3.527	3.065	11,1%
Estados Unidos da América	1.748	2.067	1.663	6,0%
Brasil	940	1.480	1.261	4,8%
África do Sul	950	1.543	1.247	4,5%

Fontes: S.N.A, Minist. dos petróleos, geologia e minas, pescas e do Inst. do café
Milhões de dólares norte-americanos

As exportações chinesas (figura 8) apresentam-se mais diversificadas, assentando em produtos de baixo preço/qualidade, como os têxteis, vestuário, calçado, material escolar, ou mesmo medicamentos. Nos últimos anos, produtos como as barras de ferro e aço, baterias, cimento e automóveis têm vindo a adquirir maior preponderância.

Figura 9: A China é um grande líder deste Top, ultrapassando os EUA's nos anos 80 a 90 sempre eram os grandes clientes do petróleo angolano.

TOP 5 Clientes				
Exportações	2011	2012	2013	Quota %
China	24.361	33.710	31.970	48,6%
Índia	6.842	6.932	5.526	8,4%
Estados Unidos da América	10.625	6.595	5.021	7,6%
Taiwan	5.386	4.700	4.338	6,6%
Canadá	5.850	3.520	3.305	5,0%

Fontes: S.N.A, Minist. dos petróleos, geologia e minas, pescas e do Inst. do café
Milhões de dólares norte-americanos

A exemplo da vertente comercial, também em matéria de Investimento Directo Estrangeiro (IDE)²¹ a China tem vindo a intensificar a sua presença em Angola. Não obstante as principais operações se encontrarem concentradas no sector petrolífero e na construção, tem-se assistido a um crescimento exponencial do IDE chinês noutros sectores. Segundo o embaixador chinês em Angola, cerca de 85 empresas chinesas de grande dimensão estão

²¹ O último relatório da Agência Nacional para o Investimento Privado do terceiro trimestre de 2014 refere que foram aprovados 59 projectos, mais 16 do que no período homólogo. Estes projectos aprovados criarão 9,519 novos postos de trabalho directos, dos quais 8,793 serão destinados a cidadãos angolanos. O rácio de mão-de-obra estrangeira no total de postos de trabalho é, no 3T 2014, de 7.63%, inferior ao verificado para o período homólogo(16.44%).

presentes no país, envolvendo mais de 70.000 trabalhadores chineses, mas alguns a viver por conta própria e este numero pode chegar as 120.000 chineses.²²

Tabela 4: Composição das importações de Angola 2014.

**Composição das importações da Angola
US\$ bilhões**

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾⁽²⁾	Part.º% no total
Máquinas mecânicas	3,97	15,3%
Máquinas elétricas	2,07	8,0%
Automóveis	2,04	7,9%
Embarcações flutuantes	1,95	7,5%
Obras de ferro ou aço	1,69	6,5%
Móveis	1,16	4,5%
Combustíveis	1,07	4,1%
Carnes	0,94	3,6%
Plásticos	0,74	2,8%
Instrumentos de precisão	0,62	2,4%
Subtotal	16,25	62,6%
Outros	9,70	37,4%
Total	25,95	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, November 2015.
(1) A Angola não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.
(2) Última posição disponível em 10/11/2015.

Fonte: Ministério das Relações Exterior, divisão da inteligência comercial de Angola.

4.2.1. A Presença da China no Petróleo Angolano

Após o acordo do China Eximbank com governo angolano, discutindo mais a frente, a Sinopec (China Petroleum & Chemical Corp) tentou adquirir o bloco petrolífero 18 para entrar no mercado. Apesar da grande mandante da Shell, antes de decidir retirar-se, o acordou a venda de sua parte para a empresa estatal indiana. A Sonangol Sinopec Internacional (SSI) criada pelas empresas Dayuan (31,5%), CSIH(13,5%), e Sinopec (55%), acabou por ficar com o bloco. Esta compra do bloco 18 faz a Sinopec23 de uma das poucas empresas pública

²² A chegada de trabalhadores chineses é um acontecimento social importante num continente com altas taxas de desemprego. A distorção do mercado de trabalho, com baixos salários e baixo nível profissional da mão-de-obra constituem impedimentos ao desenvolvimento, a aumentos da produtividade e dos rendimentos das famílias. Parece que as empresas chinesas apresentam piores condições de trabalho. O facto das empresas chinesas não respeitarem a cláusula de subcontratarem no mercado local 30% dos serviços cria um escasso impacto na criação de emprego local dos investimentos chineses.

²³ A Sinopec é uma empresa chinesa de energia e fornecedora de produtos químicos e derivados de petróleo, com experiência em exploração onshore e offshore de óleo cru e gás natural, processamento, refino,

chinesa que conseguiu ser incluída nesta rede de negócios. Actualmente, o grupo Sinopec controla mais de 5 milhões de toneladas de petróleo em Angola.

4.3. Investimento Públicos e Privado Chinês

Uma instituição sediada em Hong Kong (China), o Fundo Internacional da China, ofereceu em 2008, um crédito de 2,9 mil milhões de dólares com vista a ajudar aos esforços de reconstrução de infra-estruturas em Angola no período pós-guerra civil.²⁴

Como sustenta Serge Michel (2009, p. 262), o CIF é, indubitavelmente, o órgão mais misterioso de todo o dispositivo chinês em África. Em parte alguma para além de Angola foi criada uma holding semelhante, por um lado encarregada de controlar todas as empresas chinesa que actuam no país com dinheiro das linhas de crédito de Pequim e, por outro, de receber o petróleo que Angola entrega para reembolso dos créditos. (Serge MICHEL, 2009)

A linha de crédito do CIF, ao contrário do que sucede com os apoios do ExImBank, é gerida pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) angolano, que reporta directamente à Presidência. O GRN foi criado em 2005, com vista a gerir projectos de investimento de grande dimensão e assegurar a rápida reconstrução de infra-estruturas em Angola.

De acordo com a Presidência angolana, os projectos do GRN eram avaliados em cerca de 10 mil milhões de dólares, sendo que grande parte deveria ser proveniente do CIF (entre 2,9 e 9 mil milhões), o que se afigura difícil de confirmar. (Serge MICHEL, 2009)

Na altura, o GRN deveria dar andamento a projectos de grande dimensão e prestígio, nomeadamente três caminhos de ferro, incluindo o de Luanda e o de Benguela, estudos sobre uma nova cidade perto de Luanda, habitação social, e a construção de um novo Aeroporto Internacional de Luanda, no Bom Jesus. (Angonotícias, 2015)

No entanto, durante o ano de 2007, muitos dos projectos de GRN foram interrompidos ou cancelados, suscitando especulação na imprensa e deixando transparecer que o elevado número e volume de contractos terá excedido a capacidade do CIF, fazendo com que não os conseguisse concluir nos prazos acordados. Em resultado, alguns dos fundos da segunda linha de crédito do ExImBank foram “desviados” com vista à prossecução dos principais projectos do GRN, sendo que o Ministério das Finanças angolano foi também forçado a reunir 3,5 mil milhões de dólares em financiamento interno, através da emissão de títulos do tesouro (Serge MICHEL, 2009).

distribuição, transporte e comercialização. Em 2009, a Sinopec passou a ocupar o nono lugar na lista das 500 maiores empresas do mundo, segundo Forbes.

²⁴ No anexo 14 vê-se como essas linhas de créditos e empréstimos onde o petróleo é a troca das relações.

Os fracos resultados apresentados pelo CIF acabaram por suscitar importantes questões sobre a transparência e qualidade dos seus projectos, bem como a sustentabilidade, a longo prazo, deste modelo de negócios.

É também sintomático constatar que a embaixada chinesa em Angola, pelo menos oficialmente, parece não estar familiarizada com o CIF, tendo o Conselheiro Económico e Comercial declarado que “we never saw CIF merge in any of the public exercises and meetings between the Chinese and the Angolan government” (First Finance Daily Newspaper, 29 de Março de 2007), enfatizando que o CIF é um fundo privado e não tem nada que ver com o governo chinês. Alguns sectores da sociedade civil angolana e ONG’s, bem como doadores internacionais, veicularam alguma preocupação a propósito de uma alegada falta de transparência na utilização das linhas de crédito chinesa. Em consequência, e também, de alguma forma, reflectindo as tensões existentes entre os departamentos governamentais mais tecnocráticos e os procedimentos de gestão opacos da Presidência, o Ministério das Finanças emitiu, em Outubro de 2007, um Comunicado a negar qualquer má utilização dos fundos chineses, demarcando-se da má gestão do CIF. A partir desta data, passou também a ser disponibilizada informação no sítio oficial do Ministério sobre as linhas de crédito do ExImBank.²⁵ Entretanto, culminando rumores que davam conta de um crescente malestar entre o Presidente Eduardo dos Santos e o seu antigo “braço direito” General Kopelipa²⁶, em Outubro de 2010 foi anunciada a extinção do GRN e a transferência dos seus projectos para outras entidades, entre as quais se destaca a Sonangol Imobiliária. Uma das questões em aberto diz respeito ao futuro do relacionamento económico sino-angolano num contexto pós-linhas de crédito²⁷, na medida em que parece existir uma dependência excessiva, de parte a parte, relativamente a este instrumento, pelo que não se afigura fácil perspectivar como irão evoluir as relações bilaterais sem um enquadramento deste tipo.

Parecia mais ou menos claro, na altura, que, em linha com a alteração das prioridades de Angola em torno do desenvolvimento dos sectores não ligados ao petróleo, o país tinha que mudar a forma de negociar financiamento em novos moldes no futuro, o que não será, certamente, do agrado do governo chinês, o qual considera que os empréstimos garantidos por petróleo continuam a ser a melhor opção de actuação em Angola, uma vez que oferecem maior segurança.

²⁵Na prática, os investimentos chineses podem ter efeitos positivos de redução dos custos de transacção, de aumento do comércio interno e intra-regional, ou de apoio indirecto aos governos africanos para se tornarem mais eficazes no fornecimento de serviços sociais básicos à população (como energia, saúde ou educação).

²⁶Actual Ministro da Casa Civil da Presidência da Republica de Angola

²⁷ O caso de Angola é paradigmático, uma vez que as linhas de crédito chinesas permitiram ao governo angolano prosseguir no caminho da reconstrução pós-conflito e recusar, em 2004, um acordo com o FMI, que significaria a imposição de um modelo de gestão macroeconómica diferente do que era pretendido internamente.

Em todo o caso, pelo menos enquanto o governo chinês se mantiver interessado em apoiar financeiramente Angola (sobretudo com a contrapartida de acesso seguro e privilegiado a recursos energéticos), e esta continuar a necessitar do apoio da China para o seu Programa de Investimentos Públicos e para a estratégia de diversificação económica, é de esperar que as trocas comerciais e o investimento continuem a evoluir favoravelmente²⁸. Acresce que, como já foi referido, a aparente a versão das empresas chinesa (estatais e privadas) à criação de parcerias com empresas locais não deixará de ter repercussões negativas junto das autoridades angolanas, dado o seu forte interesse em desenvolver o sector privado angolano nos mais variados sectores de actividade.

Do lado angolano, houve toda a conveniência em melhorar a capacidade de absorver os investimentos chines de maior dimensão. Para tal, o governo deveria apostar seriamente no reforço da capacitação institucional, das competências locais (através de uma forte aposta em programas de formação) e da rede logística e de transportes.

Tabela 5: Linhas de créditos, suas origens e a sua aplicação (em milhões de usd)

Ano	Valor de empréstimo	A origem de empréstimo	Garantia em Petróleo	Área de Aplicação
2002	145	Construction Bank	Nao	Infraestrutura
2004	2000	China Eximbank	Sim	Infraestrutura
2007	2000	China Eximbank	Sim	Infraestrutura
2007	500	China Eximbank	sim	Infraestrutura
2008	1000	China Development Bank	Nao	Agricultura
2010	6000	China Eximbank	Nao	Desconhecido
2010	2500	China Industrial and Commercial Bank	Nao	Infraestrutura
2010	1700	China Eximbank	Desconhecido	Desconhecido
2015	25000	Governo Chines	Desconhecido	Desconhecido
2015	6000	Governo Chines	Desconhecido	Desconhecido

Fonte: Elaborado pela autora, com apoio dos dados de MINFIN.

A primeira linha de crédito da China a Angola, no valor de 2 mil milhões USD, foi aberta em 2004. Diz que os valores actuais dos financiamentos rondará os 15 mil milhões USD, número de que se fala há uns bons cinco anos. As relações entre Angola e a China juntaram-se a fome com a vontade de comer. Saído da guerra, em 2002, o Governo de Luanda precisava urgentemente de dinheiro para a reconstruir o País, mas encontrou os canais tradicionais fechados.²⁹

²⁸ “Contraíram-se também créditos à China no valor de aproximadamente seis mil milhões de dólares norte-americanos, destinados a investimento público nos domínios da educação, saúde, água, energia eléctrica e estradas, tendo sido já aprovado pelo executivo o plano operacional para assegurar a execução de projectos identificados em 2016 e em 2017”, disse Manuel Vicente.

²⁹ O problema é que o Executivo angolano não conseguiu satisfazer as exigências dos credores do Cube de Paris e do FMI, designadamente em matéria de direitos humanos e transparência. Virou-se para a China, que

Os analistas e pesquisadores da matéria falavam-se de outros valores, e nos relatórios governamental também de outros valores. Na verdade as relações entre Angola-China são menos transparentes. Por exemplo quando o presidente de Angola visitou a China e foi assinar alguns contratou, notou-se esta dualidade, o Ministro dos Negócios Estrangeiros chineses foi questionado sobre valores envolvidos nesta cooperação.

O observador económico Carlos Rosado de Carvalho lamentou, e questionando que o público não sabe e não tem acesso sobre os valores envolvidos nos negócios entre Angola e a China. O actual embaixador da China comprovou a tal realidade, quando foi questionado sobre o assunto, respondendo “ Por enquanto, vamos tratar isso como uma questão confidencial.” (CARVALHO, 2015)” A China é o principal destino do petróleo de Angola, país que no espaço de uma década disputa com a Arábia Saudita a posição de principal abastecedor do país. O peso da China na aquisição de petróleo angolano ainda não tem paralelo na produção dominada por petrolíferas norte-americanas como a Chevron, a britânica BP ou a francesa Total. A petrolífera chinesa Sinopec anunciou que tenciona investir nos próximos cinco anos USD vinte mil milhões em África, incluindo Angola e São Tomé e Príncipe. A Sinopec investiu até agora em Angola USD seis mil milhões, mas *“tem reforçado a cooperação estratégica com a petrolífera nacional de Angola, Sonangol”*, noticiou o China Daily.

A Sinopec, por intermédio de uma parceria com o grupo português Galp Energia, está também presente no outros países como Brasil. Em 2014, a Sinopec chegou a um acordo para a compra de uma participação num bloco petrolífero no mar de Angola do grupo norte-americano Marathon Oil Corp por USD 1,52 mil milhões.

A Sonangol Sinopec Internacional, uma parceria entre a Sonangol e o grupo chinês Sinopec, adquiriu a participação de dez por cento detida no Bloco 31 pelo grupo norte-americano. A China tem vindo a aumentar as compras petrolíferas em Angola, país que no primeiro semestre de 2013 foi o principal fornecedor de Pequim, mas são modestos os activos detidos pelas petrolíferas chinesa no país. Depois do abandono do “Projecto Sonaref”, que juntava as petrolíferas de ambos os países na construção de uma refinaria de grandes dimensões, a Sinopec passou a adoptar estratégias “mais orientadas para o mercado” na expansão dos seus activos no país.

não só não fez este tipo de exigências como tinha os cofres cheios de liquidez e estava sequiosa de matérias-primas, entre as quais petróleo.

4.4. Resultados dos empréstimos e internacionalização da “Going Global” em Angola

4.4.1. Dependência do Petróleo e seus impactos

Angola tornou-se demasiado dependente deste recurso « Petróleo », ficando perigosamente exposta as fontes flutuações de preços que afectam o mercado petrolífero. Nas duas últimas, o sector petrolífero tornou-se no único sector dinâmica da economia angolana, ao mesmo tempo que a estagnação ou a decadência do resto da economia foram ampliando a dependência do país em relação ao petróleo.

No sector petrolífero, nota-se que Angola tem diversificado as empresas parceiras, de modo evitar excessiva dependência³⁰, diminuindo a vulnerabilidade no suprimentos e comercialização de insumos. Cabe destacar o caso das construções da refinaria Sonaref em 2007, em parceria da Sonangol com a Sinopec, na cidade de Lobito (Benguela). Esta refinaria seria um investimento sino-angolano, mas o governo de Angola interrompeu as negociações porque a Sinopec(China) tentou impor a condicionalidade de exportação dos insumos para a economia chinesa. Segundo a Sonangol (Angola) « não podemos fazer uma refinaria só para os produtos chineses », mas sim uma que abasteça o mercado interno e o africano. No final do governo de Angola financiou os 3500 milhões referentes ao projecto da Sonaref para refinar 200 mil barris/dia e ainda assumiu o controle accionário da refinaria Fina Petróleo de Luanda, que pertencia a francesa Total.

O sector petrolífero tem sido responsável por mais de 80% do valor das exportações desde o início dos anos 80, tendo contribuído em alguns anos para mais de 90% das exportações. As exportações do sector petrolífero diz quase exclusivamente respeitam ao petróleo bruto, com a contribuição muito pouco significativa do petróleo refinado e do gás. Em nítido contraste com a situação verificada antes da independência, os diamantes são hoje, além do petróleo, o único produto de exportação com alguma relevância.

Embora o aumento da produção tenha compensado largamente a descida dos preços verificadas desde início dos anos 80, garantindo assim que tanto o valor das exportações de petróleo como as receitas governamentais aumentassem consideravelmente nas duas últimas décadas, as flutuações dos preços tornaram mais difíceis a gestão macroeconómica. Quando

³⁰ Os preços das commodities estão fortemente influenciados pelas condições da procura e o forte crescimento da China foi um importante factor por trás dos ganhos de preço até 2012. Mas o abrandamento da recuperação global, incluindo a China, que sustentaram preços mais baixos para as commodities no princípio de 2012. Em particular, os preços do petróleo também suavizaram em 2012 e o preço da cesta do FMI está projectada para aumentar de US\$104 em 2011 para 106 dólares em 2012, em seguida, caindo para US\$105 em 2013. No médio prazo, os preços devem cair novamente abaixo de US \$ 50.

os preços do petróleo sobem ou descem, as receitas governamentais geridas pelo o petróleo são afectadas de forma desproporcionada, dado que o regime fiscal, tanto para os contractos de partilha de produção como para os de associação em participação, tende a exagerar os efeitos fiscais das oscilações dos preços³¹.

Com efeito, Angola tem estado a consumir um recurso não renovável, o petróleo sem o utilizar para promover o desenvolvimento de uma economia mais diversificada. O País corre risco de esgotar esses recursos e não extrair deles nenhum benefício ao longo prazo. As receitas governamentais têm sido destinada em primeiro lugar, a despesa do partido no poder para o próprio enriquecimento, isto é transformando politico em empresários através do nepotismo, as despesas de funcionamento da Administração Publica e a transferências para subsidiar destinados a manter as moribundas empresas estatais ou subsidiar os preços oficiais, especialmente de produtos petrolíferos, água e electricidade.

A concessão de credito subsidiado pelo os bancos estatais e « fundos autónomos » resultou, de igual modo, numa transferência de recursos governamentais a favor de membros da elite. No entanto, os beneficiários raramente utilizaram ou utilizam os fundos para fazer investimentos de longo prazo, preferindo ,em vez disso, obter um lucro fácil e rápido com operações de importação e as oportunidades de arbitragem entre câmbios oficiais e paralelo e das associadas. Governo nunca empreendeu uma estratégia de desenvolvimento económico e social ao longo a longo prazo que permitisse identificar as prioridades-chaves nas despesas públicas, não basta investir nas infra-estruturas ou no betão é preciso transformar a própria população em recursos e recursos humanos. Em alguns sectores foram delineadas estratégias sectoriais, mas raramente tiveram aprovação e aplicação em prática. (Angonotícias, 2009)

A China é actualmente o principal destino do petróleo de Angola, país que no espaço de uma década disputa com a Arábia Saudita a posição de principal abastecedor do país. O peso da China na aquisição de petróleo angolano ainda não tem paralelo na produção dominada por petrolíferas norte-americanas como a Chevron, a britânica BP ou a francesa Total.

³¹ As receitas fiscais diminuem quando os preços descem, em primeiro lugar devido ao impacto das receitas das empresas. Em segundo lugar, nos contractos de partilhas de produção, a percentagem de petróleo retida pelas as empresas em sob forma de « petróleo de recuperação dos custos » sobe quando os preços descem, embora não possa exceder os 50% do petróleo produzido.

O impacto dos preços do petróleo nas receitas da Sonangol(e, em ultima analise, do Governo, na sua qualidade de detentor de 90% do petróleo nas receitas da Sonangol proveniente dos contractos de partilha de produção acentuar-se-á ainda mais a medida que a produção for aumentando ao nível dos blocos de águas profundas, uma vez que , nesses blocos, a partilha do « petróleo-lucro »entre a Sonangol e o grupo de empreiteiro é determinada por uma escala variável de acordo com a taxa de rentabilidade, mais baixa sera a percentagem de « petróleo-lucro »devida a Sonangol.

4.4.2. Do Investimento estrangeiro Chinês e sua aplicação em alguns Sectores.

Os investimentos chineses oriundos do Eximbank integram o Programa de Investimento Público do Ministério das Finanças de Angola. São três acordos de crédito assinados nos dias 2 de Março de 2004, 19 de Julho de 2007 e 28 de Setembro de 2007, nos valores de 2 bilhões, 500 milhões e 2 bilhões de dólares, respectivamente. Considerando os três acordos, são mais de uma centena de projectos, em sectores como saúde, educação, energia, águas, pesca, correios e telecomunicações, obras públicas e agricultura³² Os projectos são apresentados pelo governo angolano e encaminhados através do Grupo de Trabalho Conjunto, formado pelo Ministério das Finanças de Angola e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e Assuntos Comerciais da China (MOFCOM). Um Gabinete de Apoio Técnico de Gestão da Linha de Crédito da China acompanha a execução de projectos financiados. Somente após a conclusão da obra, o Eximbank³³ realiza o pagamento às empresas contratadas (geralmente, as empreiteiras chinesa) pelo débito da importação de petróleo angolano (com taxas de juros baixas e prazos alongados de pagamento sem mobilização de moeda forte – dólar). Além disso, há também o financiamento à Angola através de fundos de investimento, como é o caso da China International Fund, de Hong Kong, que já emprestou cerca de 2,9 bilhões de dólares (CAMPOS; VINES, 2008, p. 9-10), mais os adicionais de 1 bilhão de dólares em créditos ao governo angolano oferecidos em fins de 2008, decorrentes da redução dos preços do petróleo e da crise financeira internacional. (Governo de Angola, 2013) (Angola, Governo investe em 27 km de estradas Ondjiva/Xangongo, 2012) (Angola, Empresas China reconstrói trecho ferroviário Lobito/Lau, 2012) (Angola, Conselho do Ministros aprova a quarta fase de expansão da rede eléctrica de Luanda, 2013)

Os projectos do governo chinês para Angola – e para a África em geral – estão voltados à infra-estrutura. Nesse campo, destacam-se o sector de transportes, energia e comunicação, bem como aparelho urbano. Nesse sentido, cabe destacar a reabilitação do sector ferroviário que, em 1975 tinha mais de 3.000 km (1.471 km dos quais eram geridos pela Companhia de Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e os restantes 1.581 km explorados pelo Estado), foi praticamente desactivado pelos conflitos decorrentes da guerra civil. No sector ferroviário, destaca-se a recuperação da ferrovia Lobito (Benguela) - Luau (Moxico), com mais de 1.300 km ligando a costa Atlântica à fronteira com a Zâmbia e à República Democrática do Congo,

³²Os preços ao consumidor também foram afectados pelas condições globais. Inflação global pegou junto com a recuperação global e os ganhos de preços de alimentos e combustível. Mas a recuperação global mais lenta e os preços das commodities mais reduzidos levarão a redução global em 2012 e 2013. Os preços dos alimentos a partir do aumento moderado em 2011, mas foram afectados em 2012 por choques de oferta na Rússia, nos EUA e América Latina

³³Anexo 15

ao custo de 1,8 bilhões de dólares e utilizando 3 mil trabalhadores angolanos e 1,5 mil chineses; a reabilitação da ferrovia Namibe-Menongue, com mais de 900 km, no valor de 2 bilhões de dólares; e a ferrovia Luanda, com 444 km, no valor de 90 milhões de dólares. Além disso, há a construção do novo aeroporto de Luanda, no valor de 450 milhões de dólares.

No sector rodoviário, os 107 km da rodovia Ondjiva/Xangongo (na província do Cunene, que liga o país à Namíbia) foram asfaltados e sinalizados pela empresa China Road and Bridge Corporation (CRBC). Também cabe citar as obras de construção da auto-estrada Luanda-Soyo no norte do país, com 500 km e seis faixas de rodagem (três em cada sentido) realizadas pelas empresas Sinohydro da China e a CMC di Ravenna da Itália. O sector de energia tem recebido grande atenção, como atestam as obras de construção e reabilitação das redes eléctricas de Luanda, Benguela, Huambo, Bié, Lubango e Namibe. Por exemplo, a expansão da rede eléctrica de Luanda foi contratada junto à China National Machinery & Export Corporation, com a obrigatoriedade de subcontratação de 30% do valor do contrato para empresas angolanas. Além da construção de infra-estrutura, há também a actuação na prestação de serviços, como é o caso da empresa chinesa de telecomunicação ZTE, que assumiu a direcção da operadora de telefonia móvel angolana Movitel em 2008 (AngoPress, 2010)

Na infra-estrutura urbana, a actuação das empreiteiras chinesa é também muito expressiva. Como exemplo, destacam-se as obras na cidade do Dundo, província da Lunda Norte, realizadas pela empresa chinesa Pan-China Construction Group, que vai construir 20 mil apartamentos, além dos aparelhos e serviços urbanos. (AngoPress, 2012) No mesmo sentido, há a reabilitação dos sistemas de abastecimento de água das cidades do Dundo e Saurimo, celebrado entre o Ministério da Energia e Águas de Angola e a China National Electronics Import e Export Corporation no valor de 35 milhões de dólares (Governo de Angola, 2013). Há ainda os investimentos em transportes colectivos urbanos de cerca de 500 milhões de dólares para as províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Uíge e Malange, com a aquisição de 5.500 veículos – e a exigência do governo angolano de que parte dos veículos seja montada no país. (Governo de Angola, 2013)

Há também muitas obras infra-estruturais para a melhoria dos serviços públicos nos sectores da saúde, educação e ciência e tecnologia. Em 2008, foi inaugurado o Hospital Central de Lubango que custou 48 milhões de dólares, com 520 leitos, 27 especialidades e capacidade de 68 mil operações cirúrgicas/ ano (Governo de Angola). Já em 2006 havia sido construído o Hospital Geral de Luanda (em 15 meses) com custo total de 8 milhões de dólares, dos quais 6 milhões disponibilizados pela China e os outros 2 milhões financiados

por Angola. A China ofereceu ainda suporte técnico, com o envio de médicos chineses e o treinamento dos colegas angolanos. É evidente que tais políticas públicas criam um substrato para o desenvolvimento e a melhora dos indicadores sociais.

No campo educacional também nota-se a evolução das relações sino-angolanas, segundo o Ministério de Educação de Angola, a cooperação com a China esta na construção, aparelhamentos e transferências de conhecimentos em 53 institutos de ensino tecnológico. Dentre as quais foram construídas 13 institutos politécnicos de ensino médio em 2010 e mais 21 em 2011, cuja actuação técnico-profissional passou por diversos ramos, desde a gestão até administração (Governo de Angola, 2013). Da mesma forma, os estádios do futebol para o Campeonato Africano das Nações (CAN), que realizou-se em Angola, que teve apoio técnico-financeiro chinês.

Tabela 6: Apresenta o impacto dos chineses no funcionamento de alguns sectores em Angola.

Financiado por:	Publico	Privado		
Nacionalidade	Eximbank	(CIF,Sonep)	Total	
Chineses	1264	509	1773	33,7
Angolanos	1872	1580	3452	65,6
Outros	0	36	36	0,7
Total	3136	2125	5261	

Fonte: Elaborada pela própria autora.

Como ja foi vista ao longo desta dissertação, nota-se uma vontade e ansiedade da parte angolana em resolver os seus problemas, mas estes esforços parece serem incapazes de responder as necessidades das populações, acesso a água potável continua um problema, a situação contínua crítica. Os investimentos directos externo³⁴ são bem vindos, mas não são suficientes. “As ligações económicas de Angola a Pequim ilustram um problema mais amplo em África; as nações que ligaram as suas fortunas à China encontram-se agora reféns da turbulência económica no país”, escrevem os jornalistas do WSJ, lembrando, a este propósito, a visita do Presidente José Eduardo dos Santos à China, em Junho, refere o Económico. Novos empréstimos e investimentos da China, o maior parceiro comercial de Angola, conseguissem ajudar a conduzir a economia dependente do petróleo por

³⁴ A ANIP destaca que os cidadãos estrangeiros ocupam, principalmente, lugares de direcção e cargos técnicos, reflexo da falta de mão-de-obra nacional qualificada capaz de fazer face à procura exigida. É o sector da construção civil que lidera o número de postos de trabalho criados, com 3,703, seguindo-se a indústria transformadora (3,112) e transportes e telecomunicações (1,068). Relativamente à proveniência do investimento externo destaca-se Portugal (17% do total dos projectos aprovados), seguido da China (cerca de 12%), Turquia e Holanda (cerca de 5% cada uma). Os projectos continuam a concentrar-se, principalmente, em Luanda, opção explicada pelo ambiente de negócios e existência de infra-estruturas adequadas. A maioria dos projectos aprovados tem como objectivo sectores não prioritários (33 projectos), com destaque para a prestação de serviços (14 projectos aprovados), enquanto ao nível dos sectores prioritários, o destaque vai para a indústria transformadora, com um total de 18 projectos

entre as águas revoltas, de acordo com fontes financeiras não identificadas, mas que fazem negócios com o Governo angolano”, continua o artigo do jornal norte-americano.

Lembrando projectos como a construção de uma barragem hidroeléctrica de USD 4,5 mil milhões, liderado pelo grupo Gezhouba, ou a declaração de “irmãos e parceiros estratégicos de longo prazo” com que o primeiro-ministro chinês saudou o presidente angolano, o Wall Street Journal refere que *“os importadores angolanos estão agora em dificuldades para pagar artigos básicos como medicamentos ou cereais”*.

Os ventos fortes apanharam o país num cenário de grande dependência da China. Por dois motivos bastante simples: a queda do preço do petróleo nos mercados internacionais é resultado de um excesso de oferta e de menos procura. Significa que quem compra petróleo está a comprar menos e que os países produtores não conseguiram chegar a um acordo para equilibrar a balança. Por outro lado, uma desaceleração ou uma mudança de estratégia da China vai reduzir a capacidade de investimento no estrangeiro, nomeadamente em África.

Neste momento, o comércio entre Angola e China está a valer metade do que valia há um ano. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o encaixe global com as exportações caiu quase para metade no primeiro trimestre de 2015, para USD 7,4 mil milhões, enquanto as importações dispararam 65 por cento.

Olhando para o futuro, o principal desafio de política económica de Angola é manter a estabilidade económica, essencial para o crescimento sustentável, diversificação económica e redução da pobreza. Para tal, Angola terá que manter uma política macroeconómica prudente e, que implementou nos últimos anos, reconstruir os estabilizadores automáticos da economia para ajudar a estabilização da mesma. Isto implica reforçar o crescimento das reservas internacionais líquidas, pressão para a redução contínua da inflação e melhorar os saldos fiscais. Mas, ao mesmo tempo, existem grandes necessidades, provenientes do processo de desenvolvimento, para despesas em infra-estruturas e despesas sociais prioritárias. Atingir estas necessidades num contexto em que os preços são mais baixos implica escolhas muito complicadas.

De acordo com o relatório do INE, relativo ao comércio externo do primeiro trimestre do ano, a balança comercial registou um saldo positivo superior a Kz 237.425 milhões (USD 1,9 mil milhões), uma quebra homóloga de 78 por cento. Os resultados do relatório, reconhece o documento, são influenciados pela crise da cotação internacional do barril de crude, principal produto das exportações de Angola, que desceram neste período 41,9 por cento, para Kz 878.483 milhões (USD 7,4 mil milhões). No sentido contrário, as importações

dispararam entre Janeiro e Março para Kz 641.059 milhões (USD 5,4 mil milhões), indicam os dados do INE.

Segundo o INE, o petróleo representa 96,5 por cento das exportações no primeiro trimestre, com Kz 848.152 milhões (USD 7 mil milhões), encaixe financeiro que se reduziu em 42,7 por cento face a 2014, apesar de a quantidade até ter aumentado (maior produção). Os dados são claros e representam bem o que aconteceu nos mercados internacionais, e a forma como se relacionam com Angola, durante os últimos doze meses.”³⁵

Tabela 7: Resultados no contexto geral nos últimos 3anos.³⁶

INDICADORES	VARIAVEIS	2013	2014	2015	REFERENCIAS	SITUAÇÃO
Indicadores económicos	Produto Interno bruto (PIB)	baixo	baixo	baixo		
	PIB per Capita	baixo	baixo	baixo		
	Densidade economico	baixo	baixo	baixo		CRISE
	Taxa Crescimento da PIB	baixo	baixo	baixo		
Indicadores sociais	Índice de desenvolvimento humano (IDH)	baixa	baixa	baixa		
	Índice de Mortalidade Infantil (IMI)	elevada	elevada	elevada	167/1000	CRÍTICA
	Taxa de desemprego (TD)	elevada	elevada	elevada		
	Medico por habitante	baixa	baixa	baixa	4000/24000000	

Fonte: A própria autora

A China começa também a enfrentar desafios de vária ordem neste relacionamento. Como exemplos, refira-se a necessidade de construir uma imagem mais favorável relativamente aos impactos sociais e ambientais dos seus projectos, ou a dificuldade crescente de controlar a actuação chinesa no seu todo, uma vez que o fluxo de pequenos empresários, comerciantes e migrantes chineses em África é cada vez mais significativo e ultrapassa o relacionamento forjado pelas elites até ao presente.

³⁵ Neste contexto, as projecções sobre o nível em que os preços deverão estabilizar têm sido alvo de constantes alterações nos últimos meses, mas parece ser consensual que se entrou numa “nova era” no sector petrolífero, e é provável que o novo preço de equilíbrio do mercado se encontre em patamares abaixo dos níveis registados no passado. Várias estimativas apontam que o excedente de oferta se mantenha durante o primeiro semestre em cerca de 1 mb/d, sendo que as últimas projecções do FMI sugerem que o preço deverá subir para os USD 60, isto até ao final de 2015, atingindo os USD 70 em 2018, da mesma forma que os contractos de futuros do Brent apontam para uma recuperação dos preços para os USD 70, até 2018. No entanto, estas perspectivas (principalmente as dos mercados financeiros, onde os preços podem estar distorcidos) devem ser encaradas com algum conservadorismo, dado que poderá levar algum tempo para que oferta e procura respondam à queda dos preços, não esquecendo também que tensões geopolíticas podem também alterar este cenário

³⁶ Angola foi fortemente afectada pela crise financeira recente, devido, principalmente, a sua dependência do petróleo e também pela inexistência de estabilizadores macroeconómicos adequados, para a implementação de políticas contra – cíclicas, que aliviarão o impacto doméstico da crise.

5. METODOLOGIA

5.1. Introdução

O capítulo presente apresenta os objectivos da investigação, as hipóteses reformuladas para a investigação, tipos de pesquisa, bem como as diferentes etapas usadas no estudo. Também descreve a análise de dados e como ela relaciona-se entre as hipóteses.

5.2. Objectivos

As relações sino-angolanas são complexas e oferecem muitas oportunidades para estudos e pesquisas. Nota-se o poder chinês em Angola, principalmente a sua presença na macroeconomia angolana. E a marca chinesa através das suas empresas vai internacionalizando-se e ganhando muito espaço no mercado angolano. A China tornou-se o maior parceiro comercial de Angola, o maior mercado de exportação de petróleo angolano, principal país-origem de financiamento e o maior país-origem das mercadorias importadas de Angola. Ao mesmo tempo, Angola tornou-se o segundo maior fornecedor de petróleo da China no mundo, segundo maior parceiro comercial e o terceiro maior mercado de contratação de engenharia na África. Centenas de empresas chinesas e mais de 260 mil chineses que estão trabalhando em Angola se tornaram em laços de ligação para a cooperação entre os dois países e fizeram os dois países uma verdadeira comunidade de interesses. Com os esforços conjuntos, as relações sino-angolanas desenvolvem-se rapidamente, escrevendo capítulos maravilhosos na história. As relações sino-angolanas é um microcosmo do rápido desenvolvimento das relações China-África.

Observando a crescente presença das empresas, a mão-de-obra, e os investimentos chineses, nasceu uma curiosidade de olhar para os impactos destes investimentos no dia-dia do angolano, se com antes e depois da vinda dos investimentos chineses quais foram as mudanças, para além de nascimento das infra-estruturas.

O objectivo central desta investigação é de analisar, observar, levantar e verificar os impactos do investimento directo chinês, a actuação dos investimentos e das linhas de créditos e outros financiamentos chineses no desenvolvimento socioeconómico e macroeconómico de Angola sob olhar quanto aos resultados das relações sino-angolanas até ao presente momento.

5.3. Hipóteses

Entende-se a hipótese como uma orientação construída ou formulada, pela qual busca-se uma explicação, justificação a suposta resposta.

Para o Prodanov e Freitas, a hipótese pode ser definida como uma suposição que antecede a constatação dos fatos. Sua função é proporcionar explicações para certos fatos e, ao mesmo tempo, orientar a busca de outras informações em relação à área temática estudada. Além de fornecer explicações provisórias, as hipóteses elaboradas funcionam como indicadores de um caminho a seguir, isto é, como guia para os procedimentos em busca da “verdadeira” solução. Tal como o problema, a formulação de hipóteses prioriza a clareza e a distinção. É preciso não confundir hipótese com pressuposto, com evidência prévia. (Prodanov & Cesar Freitas, 2013)

Também Cléber Cristiano Prodanov acha, a formulação de hipóteses é quase inevitável para quem é estudioso da área que pesquisa. Geralmente, com base em análises do conhecimento disponível, o pesquisador acaba “apostando” naquilo que pode surgir como resultado de sua pesquisa. Uma vez formulado o problema, é proposta uma resposta suposta, provável e provisória (hipótese), que seria o que o pesquisador entende ser plausível como solução do problema.

“[...] rigorosamente, todo procedimento de colecta de dados depende da formulação prévia de uma hipótese. Ocorre que em muitas pesquisas as hipóteses não são explícitas. Todavia, nesses casos, é possível determinar as hipóteses subjacentes, mediante a análise dos instrumentos adoptados para a colecta de dados”. (GIL, 2010, p. 23)

Quanto à investigação, foram formuladas as seguintes hipóteses para que a investigação tenha a mesma linha da pesquisa, como apresenta a tabela abaixo.

Tabela 8: Hipóteses reformuladas

Hipoteses	Hipóteses formuladas
Hipótese 1	A presença chinesa em Angola é um sinonimo de <u>do desenvolvimento socio-económico</u> das populações.
Hipótese 2	A <u>política externa chinesa</u> influencia a <u>macroeconomia</u> angolana.
Hipótese 3	O “ <u>modo Angola</u> ” é a chave de alguns sucessos no desenvolvimento de Angola.
Hipótese 4	O <u>investimento chinês</u> fortalece os laços da amizade entre Angola e a China
Hipótese 5	O <u>petróleo</u> angolano é o valor de trunfo do desenvolvimento, tendo a China como o maior aliado nesta mudança.

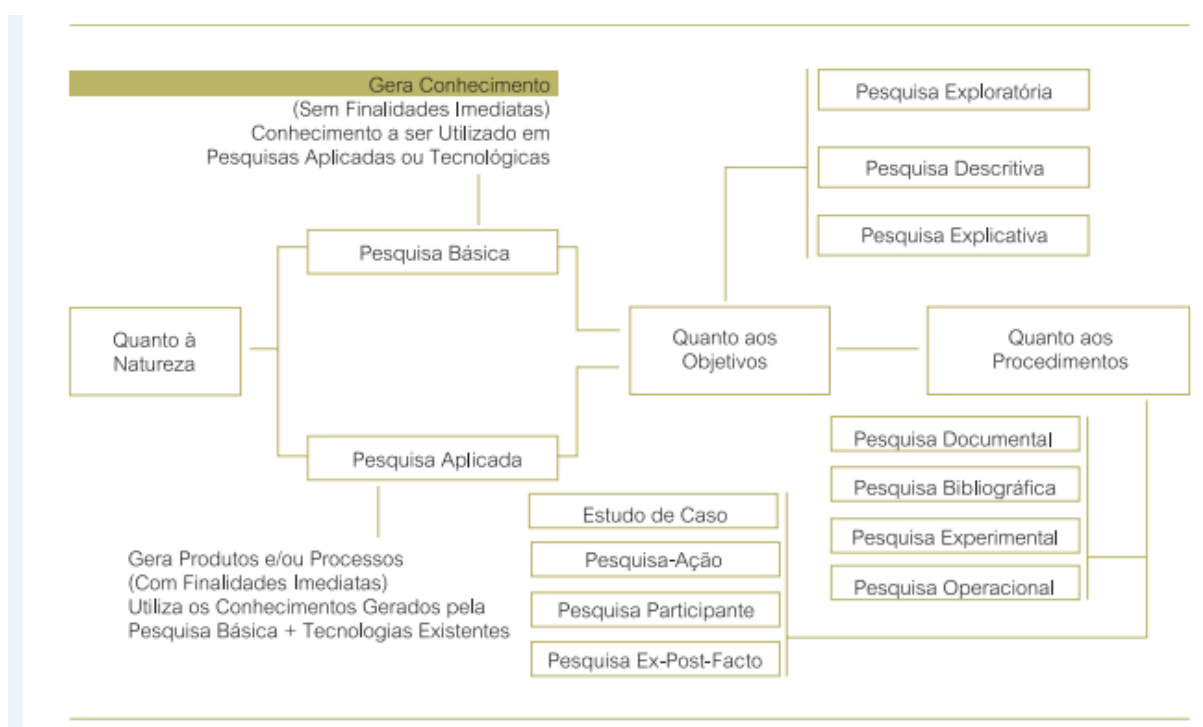
Fonte: Própria autoria

5.4. Pesquisa Teórica-descritiva

De acordo com Silva Menezes (2001), a abordagem de uma pesquisa pode ser tanto qualitativa, quanto quantitativa. A quantitativa representaria uma tradução de opiniões e

informações em número para classificá-las e analisá-las e a abordagem qualitativa consistiria na interpretação de fenômenos e atribuição de significados diretamente do ambiente natural, tendo como instrumento-chave o pesquisador. Assim sendo, a abordagem desta dissertação possui aspectos de uma pesquisa quantitativa e também qualitativa. Quantitativa pois utiliza-se dos dados – volume de investimento – das empresas para chegarmos às características do fenômeno. No entanto, deve ser observado que a pesquisa possui uma outra parte que é predominantemente qualitativa: ao estudarmos as empresas, teremos o pesquisador como instrumento-chave para a interpretação das entrevistas feitas.

Figura 10 : Tipos de pesquisas



Fonte: Silva (2004).

De acordo com Gil (1999), os objetivos de uma pesquisa podem ser classificados em três categorias: Pesquisa exploratória; Pesquisa Descritiva e Pesquisa Explicativa. Por pesquisa exploratória, o autor refere-se a uma pesquisa que visa proporcionar maior familiaridade com o problema. Já a pesquisa descritiva tem como o objetivo descrever, através de técnicas padronizadas, determinada população ou fenômeno. E, por fim, a pesquisa explicativa consiste em identificar os fatores que causam determinado fenômeno.

De acordo com os objetivos expostos por Gil (1999), podemos enquadrar a presente pesquisa como uma pesquisa exploratória - descritiva, pois visa proporcionar maior familiaridade com

o assunto e, pela descrição do espaço económico angolano, captar algumas tendências em matérias de investimentos graças aos dados secundários.

Uma explicação do porque cada uma dessas empresas optou por ingressar no país será apresentada, mas o pesquisador não possui, e nem busca, condições para explicar o fenómeno como um todo.

Com relação às fontes de informação, temos as fontes primárias, secundárias e terciárias (Booth *et all*, 2008):

Fontes Primárias – É uma fonte que “provê a matéria-prima que você precisa para testar as suas hipóteses, como documentos, entrevistas”.

Abordar as relações entre a China e Angola é complexa e vasta e qualquer investigação ou estudo terá sempre uma conclusão longe ou próxima da outra. Por ser complexa, este estudo tentará responder a questão no ângulo socioeconómico. A aplicação do funcionamento político, económico e social de Angola, através da sua burocracia foge muito dos padrões ocidentais. Por exemplo Angola optou por ter a China como o grande parceiro económico, quando ela foi rejeitada pelo doadores ocidentais, por não acharem credibilidade nas políticas económicas apresentadas pelo Governo Angolano, também por não conseguir justificar alguns dos seus métodos tangente ao investimento direito estrangeiro e a aplicação de alguns empréstimos.

Para responder a esta questão central e diversificada pela as hipóteses reformuladas, recorrer-se-á estudos, pesquisas, notícias e dados estatísticos (fontes secundárias) provenientes das organizações como a FMI, BCI, INE, jornais locais e internacionais, revistas económicas, revistas comerciais, anúncios das embaixadas de Angola e da China, planos de desenvolvimento, Orçamento do Estado Angolano (OGE) de 2014 e 2015, e alguns trabalhos científicos que possam responder a questão em pesquisa. Angola é um dos países que através do seu regime , nem sempre o que é escrito , nem estudos apresentados respondem a prática vivida, razão pela qual deve ser levada em conta que analise através de dados estatísticos não podem ser levada em conta como uma prova irrefutável, estudos estatísticos exigem um contacto com o campo e trabalhando com amostras reais próximas da realidade.

5.5. Recolha de Dados

Para chegar aos dados foram utilizados livros, estudos científicos, manuais das agências, consultores internacionais, relatórios de pesquisas e estudos dos bancários e agencias monetários a FMI, BM e outros. A internet é uma ferramenta suporte neste estudo através dos jornais e diários de notícias.

5.6. Análise de Dados e validades das hipóteses

Como foi referido acima, análises das variáveis que constituem a pesquisa em estudo são analisadas segundo as fontes bibliográficas, artigos, livros, publicações, estudos, noticiários, entrevistas sobre a matéria, relatórios do INE, Banco Mundial, FMI, UE, e outros.

Segundo o pesquisador português Ricardo Soares afirmou numa entrevista a Jornal Público, que todas informações vindo de Angola são propagandeada, Em geral é uma herança do controle português, é uma herança do regime socialista até 1991, é uma herança da guerra civil. O modo de ser de qualquer ministério ou organização burocrática em Angola é não aportar informação. Mesmo se essa informação for uma informação sem quaisquer riscos, as pessoas não gostam de tomar a iniciativa de partilhar.

Tabela 9: As hipóteses da pesquisa em estudo em relação a fontes e tipos de análises.

Hipoteses	Hipóteses formuladas	Fontes	Tipo de Analise
Hipótese 1	A presença chinesa em Angola é um sinonimo de <u>do desenvolvimento socio-económico</u> das populações.	Publicações	Estatísticas,
Hipótese 2	A <u>política externa chinesa</u> influencia a <u>macroeconomia</u> angolana.	Estudos	Estatísticas
Hipótese 3	O " <u>modo Angola</u> " é a chave de alguns sucessos no desenvolvimento de Angola.	Bibliografias	Estatísticas
Hipótese 4	O <u>investimento chinês</u> fortalece os laços da amizade entre Angola e a China	Acordos	Estatísticas
Hipótese 5	O <u>petróleo</u> angolano é o valor de triunfo do desenvolvimento, tendo a China como o maior aliado nesta mudança.	acordos	Praticos

Fonte: Própria autoria

5.6.1. Análise de Dados

Para a elaboração desta pesquisa recorreu-se a vários resultados dos estudos realizados nas áreas socioeconómicos. Foram usadas vários sítios das instituições internacionais como da FMI, BM, relatórios dos Ministérios Finanças, Planeamento da Angola, diários noticiosos nas áreas económicas e sociais.

Para alguns estudiosos, a análise criteriosa de dados, tanto internos como externos a uma organização (informações normalmente públicas), torna-se cada vez mais necessária (Freitas & Lesca, 1992) em virtude da escassez de tempo e da cobrança de agilidade e flexibilidade impostas pelo mercado -um mercado que, sabe-se bem, ganha a cada momento possibilidades maiores através da abertura que actualmente ocorre em quase todos os sectores (Porter, 1992). Já não existe mais o problema de acesso aos dados (vide a internet que representa, por si só, uma fonte inesgotável): o grande desafio que hoje se enfrenta é a tomada do conhecimento por meio dos dados, tarefa que exige o domínio de técnicas de análise.

Nesta dissertação, foram usadas várias técnicas de análise de dados, desde estatísticas até teóricas, nas tabelas e gráficos abaixo são amostras disponíveis possíveis para as indicações que foram baseadas nas hipóteses acima.

5.6.2. Resultados e discussões analíticas sobre as hipóteses

Hipótese 1: A presença chinesa em Angola é sinónima de desenvolvimento socioeconómica das populações

Para validar a hipótese 1, foram usadas as seguintes variáveis e dados: Indicadores económicos e sociais em Angola do ano de 2015. No *Capítulo 2.4.3* aborda-se os movimentações sociais e económicos em Angola nos últimos 10 anos. Cresce o número das infra-estruturas, cresce o número dos investimentos e da entrada do Investimento Direito Estrangeiro nas áreas da Indústria de Petróleo, da Construção Civil, como é confirmada no capítulo 4 desta dissertação.

Tabela 10: Funcionários segundo as suas nacionalidades no IDE

Financiado por	Chineses	Angolanos	Outros	Total	Maos de obra local(%)
Eximbank	1264	1872	0	3136	59,7
Empresas privadas	509	1580	36	2089	75,6
Total	3353	5482	36	8835	62,0

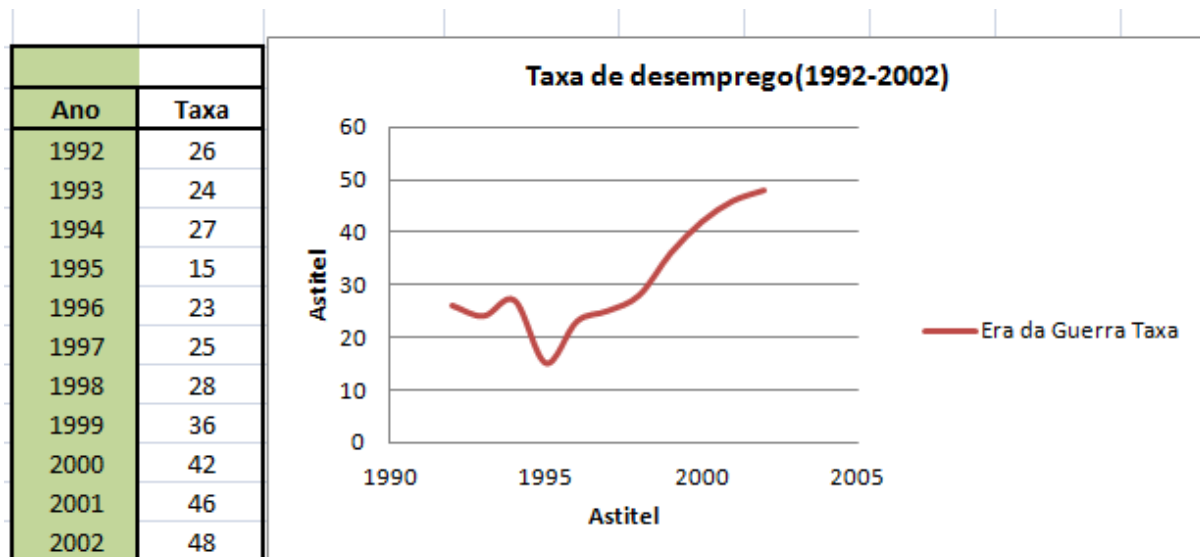
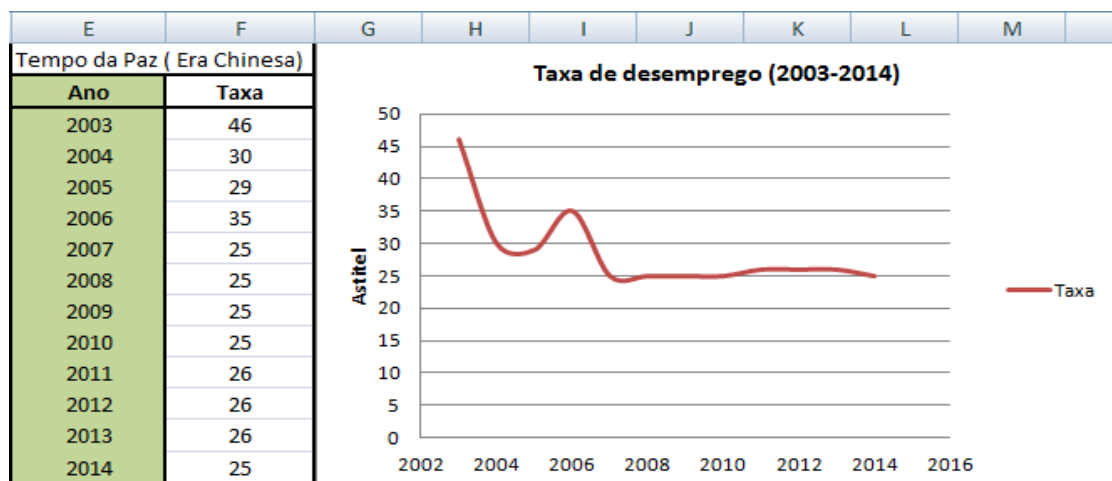
Financiado por	Chineses	Angolanos	Outros	Total	
Eximbank	1190,15	1945,85	8,51	3136	0,620486701
Empresas privadas	792,80	1296,20	8,51	2089	0,620486701
Total	3353	5482	36	8835	0,620486701

Fonte: Dados da INE, com a elaboração da própria autora

Com ajuda de uma pesquisa estatístico através do Chi Quadrado, provou-se a existência evidências de impacto socioeconómico em algumas áreas da sociedade. Segundo uma amostra de quase 9000 pessoas ligadas as empresas e investimentos chineses de Sinopec e da Eximbank, 62% das pessoas ligadas a estas empresas chineses são de origem angolana.

No que concerne a hipótese 1, concluiu-se que há um impacto nas preocupações das populações, nomeadamente no acesso a vias das comunicações, no acesso a habitação, educação e saúde. E estes ganhos são confrontados com a falta de quadros para a saúde, educação, também levantam-se dúvidas quanto a qualidade das obras.

Figura 11: Taxa de desemprego em Angola (2003-2014)



Fonte: Dados do INE, com a elaboração da própria autora

Os indicadores sociais continuam preocupantes, a esperança de vida continua a rondar os 40 anos, o número de pobres continua diminuindo e a população abaixo da linha pobreza aumenta, com a presença de volume de investimentos, empréstimos vindo da china, o custo de vida em Angola aumenta a cada dia, por isso conclui-se que a hipótese 1 é rejeitada.

Tabela 11: Indicadores sociais de Angola

Indicadores economicos e sociais em Angola	
PIB per Capita	4227 milhões de Usd
População abaixo da pobreza	71%
Esperança de Vida a nascer	41
Taxa de mortalidade infantil-crianças com menos de 5 anos	167/1000 (167 crianças dos 1000 morrem antes dos 5 anos)
População com acesso a fonte de Agua apropriada	69,30%

Fonte: INE adaptada pela a autora.

Hipótese 2: A Política externa chinesa influência a macroeconomia angolana

Segundo as publicações da FMI, BM e INE, apresentam o papel importante que a política económica externa chinesa na macroeconomia angolana. A china actualmente é o maior comprador do petróleo e lidera as importações e exportações em Angola. Quanto às importações acabou por ultrapassar Portugal. Ao longo da abordagem do *Capítulo 2.4.5*, e nas tabelas 3 e 4 verifica-se o impacto dos Investimentos, e da internacionalização da prestação de serviços e do produto chinês. E a análise concluiu que a hipótese 2 é aceite nesta pesquisa.

Tabela 12 : Top3 dos maiores parceiros macroeconomicos de Angola

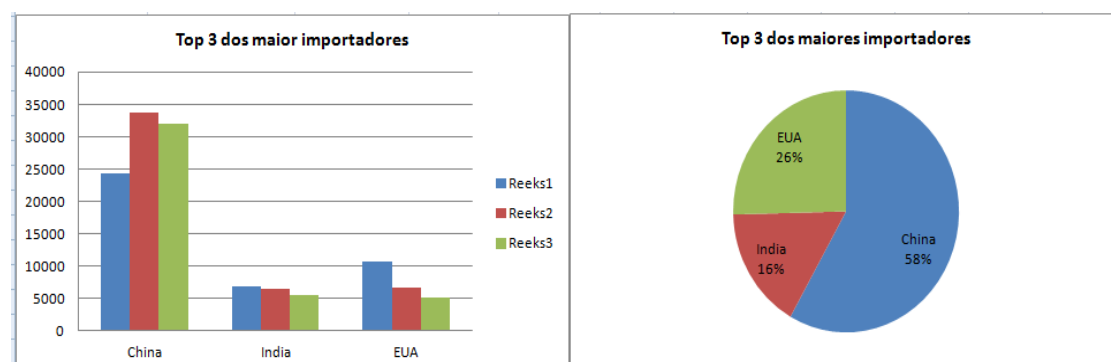
Observado				
Ano/Paises	China	India	EUA	Total
2011	24361	6842	10625	41828
2012	33710	6532	6595	46837
2013	31970	5526	5021	42517
Total	90041	18900	22241	131182

Esperado				
Ano/Paises	China	India	EUA	Total
2011	28710,00	6026,35	7091,65	41828
2012	32148,09	6748,02	7940,89	46837
2013	29182,92	6125,62	7208,46	42517
Total	90041	18900	22241	131182

Fonte: INE, 2014.

Através deste teste científico, concluiu-se que há uma certa influência dos investimentos chineses no mercado de emprego em Angola.

Figura 12: Top3 dos maior parceiros economicos de Angola



Fonte: INE, 2014.

Hipótese 3: O “Modo Angola” é a chave de alguns sucessos e desenvolvimento de Angola.

Abordar o sucesso do modelo das relações sino-angolanas em alguns aspectos é aceite, mas em outros aspectos deixa muito a desejar. É verdade que o desempenho chinês movimentou o mercado e também retira a concorrência de outros investidores de entrarem no mercado, onde já haja chinês. A China empresta e obriga que Angola aceite os seus aliados, ou seja entra com a mão da obra, esta chantagem abre a porta para o endividamento, para o desemprego. São empresas angolanas que são substituídas pelas empresas chinesas. Para além do encerramento das empresas angolanas, os empréstimos concedidos à Angola são pagas pelo petróleo, ou seja as riquezas do futuro estão ser usadas agora. Segundo alguns analistas, acham que os acordos entre Angola e a China deveriam ser bem analisados, não é normal que nem todos acordos são publicados. Por exemplo desde 2008 que o Ministério das Finanças de Angola já não publica o que é feito com o empréstimo vindo da China.

Rejeitar este “O Modo Angola” é negar as mudanças actuais que Angola vive, mas de um outro lado lança Angola para a lanterna vermelha das tabelas de “Ranking” sobre os negócios. Segundo o Banco Mundial publicou que Angola encontra-se em 142 lugar dos países onde oferece confiança para o negócio, apresentando assim maiores riscos para a implementação ou a internacionalização de produtos ou serviços que não seja de acordo a este modelo.

Uma das desvantagens deste modelo é a falta da transparência para o lado angolano, onde a China sai a ganhar com a sua política de rigor. Enquanto Angola saí a perder, invés de Angola desenvolver, são pessoas que desenvolvem as suas fortunas. Uma das limitações por exemplo o papel dos filhos dos dirigentes angolanos como o filho do presidente José Eduardo dos Santos nos investimentos chineses em Angola³⁷, não foi possível encontrar algo escrito ou uma matéria sobre tal.

O estudo concluiu que a hipótese 3 é rejeitada, embora que comparando com Angola de 2002 e de 2015 haja algumas melhorias, mas continuam ser insuficientes.

³⁷ O *Maka Angola*, um jornal angolano suspeita “A ligação de José Filomeno dos Santos com a The 88 Queensway Group periga gravemente a transparência de toda nossa política económica e monetária ...a título de exemplo ... não se duvida que Manuel Vicente, Zenú e seu próprio pai beneficiem grandemente com a presença de companhias pertencentes `a Queensway Group operante em Angola, tais como China Sonangol Internacional, Guangxi Hydroelectric Construction Bureau, Sinopec, etc., e como conseguiram entrar no mercado de negócios?”

Figura 6: Indicações de Negócios em Angola.

Doing Business 2015

(posição de Angola num total de 189 economias)



Fonte: Banco Mundial

Fonte: Banco Mundial

Tabela 13: Variáveis e indicações para o Negócio

Angola Negócio	Último	Anterior	Maior	Menor	Unidade
Confiança do Empresário	2.00	11.00	31.00	2.00	
Produção industrial	19.40	2.30	8.80	-9.00	Porcentagem
Produção Industrial (Mensal)	0.30	6.30	7.40	-3.70	Porcentagem
Produção Manufatura	31.40	2.30	31.40	-5.40	Porcentagem
Índice de Competitividade	3.03	3.14	3.14	2.93	Pontos
Ranking de Competitividade	140.00	142.00	142.00	138.00	
Índice de Corrupção	19.00	23.00	23.00	17.00	Pontos
Ranking de Corrupção	161.00	153.00	168.00	85.00	
Facilidade em Fazer Negócios	181.00	183.00	183.00	169.00	
Produção Mineiral	13.20	-2.87	13.20	-10.11	Porcentagem

Fonte: CIA

Hipótese 4 : O Investimento chinês fortalece os laço de amizade entre Angola e a China

As visitas da presidência angolana e o seu governo nos últimos anos é a confirmação desta amizade. No Capítulo 4, abordou e mostrou alguns resultados destas relações que é o crescimento dos empréstimos, o crescimento das exportações e importações. Na conferência

continental China-Africa³⁸, Angola apresentou a sua satisfação através do José Eduardo dos Santos em nome do governo de Angola, a sua felicidade. Em 2015 recebeu mais 6.000 de milhões de dólares para recapitalizar a economia e tapar alguns buracos no OGE. Em 2016 recebeu mais uma linha de crédito de 6.000 milhões destinado para a resolução dos problemas básicos.

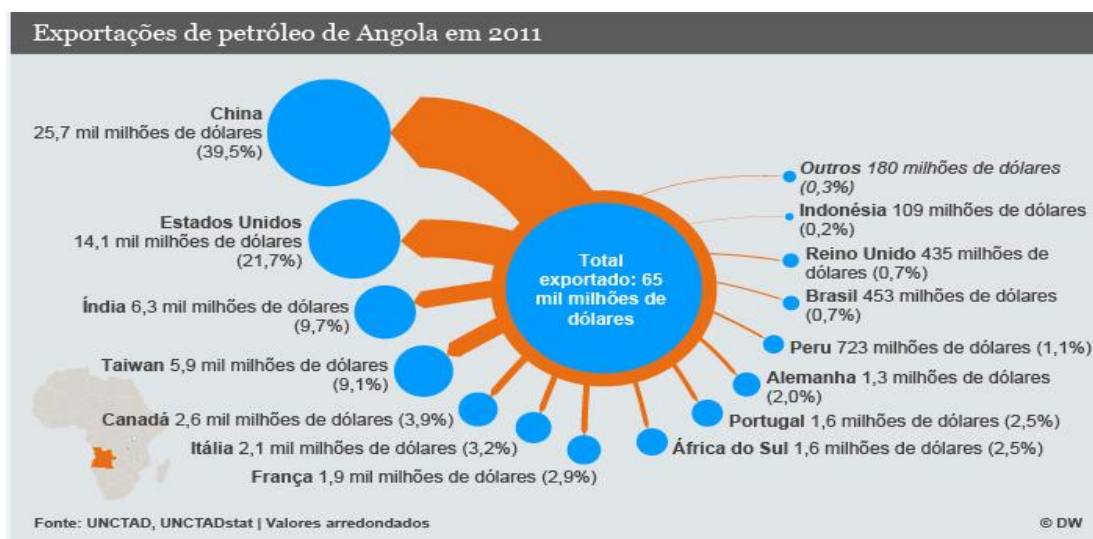
Pode concluir-se, que a hipótese 4 é aceite, realmente nota-se esta amizade entre os 2 países. No ponto 2.5.2 apresenta todos pontos importantes da cooperação entre Angola e a China.

Hipótese 5: O petróleo angolano é o valor do desenvolvimento, tendo a China como o grande aliado nesta mudança positiva.

Esta hipótese deixa algumas dúvidas, quanto aos benefícios reais para com a população angolana. Mas o petróleo angolano é a grande moeda da actual política económica externa para com Angola, e o petróleo é o recurso que Angola colocou na garantia das relações. Hoje, a china já é um dos maiores consumidores do petróleo de Angola, quase 50 % do petróleo angolano é destinada para a China.

A hipótese 5 é aceite, como é confirmada ao longo de abordagem desta pesquisa.

Figura 13: Exportações de petróleo



Fonte: DW, 2011.

Numa conclusão geral, chegou-se a conclusão que há certos avanços e melhorias, e estas melhorias acentuam-se mais na área económica. Os números são agradáveis, apesar da

³⁸ Nos anexos 1,2 e 10 encontram-se algumas áreas destas influências chinesas.

crise de 2012 e de 2014. Esta presença chinesa ainda continua longe de resolver as preocupações básicas da população. Angola hoje preocupa-se com a diversificação da sua economia, em poucas palavras esta abrir-se para os novos mercados e investidores. Para os investidores é uma boa notícia, mas a implementação no terreno pode ser um factor de preocupação quanto à confiança e competitividade.

Tabela 14: Validação das hipóteses

Hipóteses	Hipóteses formuladas	Conclusões	Hipótese	Impactos
Hipótese 1	A presença chinesa em Angola é um sinónimo <u>de desenvolvimento socio-económico</u> da população.	X	Rejeitada	sim/não
Hipótese 2	A <u>política externa chinesa</u> influencia a <u>macroeconomia</u> angolana.	√	Aceite	sim/não
Hipótese 3	O " <u>modo Angola</u> " é a chave de alguns sucessos no desenvolvimento de Angola.	X	Rejeitada	sim
Hipótese 4	O <u>investimento chinês</u> fortalece os laços de amizade entre Angola e a China	√	Aceite	sim
Hipótese 5	O <u>petróleo</u> angolano é o valor de trunfo de desenvolvimento, tendo a China como o maior aliado nesta mudança.	√	Aceite	sim

Fonte: Da própria autoria

6. CONCLUSÃO

As relações entre Angola e a China não são recentes como se vê ao longo da dissertação. Para além dos laços políticos e ideológicos decorrentes dos movimentos das descolonizações e mais tarde no período da Guerra Fria, a China desenvolveu ao longo das últimas décadas uma cooperação “Sul-Sul” que se traduz, na sua face mais visível, na concessão de bolsas de estudos e na construção e na reconstrução de vários edifícios públicos, a construção das estradas, a construção do novo aeroporto de Luanda em Bom Jesus, as novas instalações da TPA, as novas centralidades em todas as cidades de Angola.

Sente-se a satisfação destas relações por parte de Angola, como o Ministro das Relações Exteriores³⁹ afirmou que,

“Nunca teríamos alcançado o que construímos até hoje se não tivéssemos tido, não só a participação da China, mas também alguns dos créditos importantes para que Angola pudesse obter recursos financeiros para financiar a sua reconstrução”, destacou o chefe da diplomacia angolana. (LUSA, 2015)

Também de facto notou-se o crescimento acelerado da presença chinesa em Angola com um aumento exponencial das trocas comerciais e do investimento direto chinês, tem suscitado um renovado interesse neste relacionamento.

6.1. Aspectos e considerações finais

Depois de 2002 com o fim da guerra civil, Angola tem-se assumido como uma potência regional no contexto de África Subsariana, convergindo para uma economia de mercado com um rendimento anual per capita da ordem de 6.000 USD. O país é rico em recursos naturais, com destaque para o petróleo; não obstante, a agricultura de subsistência constitui o principal recurso para a maioria da população, ocupando cerca de 85% da força laboral, embora represente menos de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) total. Em contrapartida, a indústria e os serviços, que têm um peso no PIB de, respectivamente, 65,8% e 24,6%, empregam apenas 15% do total da força laboral.

Também ao longo desta dissertação abordou-se a questão do soft power chinês que combina a não interferência política e a utilização de incentivos económicos com uma retórica que enfatiza a existência de uma cooperação com benefícios mútuos, de uma amizade histórica e de igualdade entre as partes, a China têm sido capaz de impor como um parceiro de

³⁹ O ministro Georges Chikoti frisa que ainda mais emblemática, sobretudo com o fim da guerra civil, em 2002, é a relação Angola/China, que ganhou importância no plano diplomático.

desenvolvimento alternativo para Angola, para além de Portugal um aliado estratégico. A presença da China em Angola apresenta um conjunto diversificado de motivações que reflecte na política estratégica (nos assuntos internacionais e entre as organizações, isto notou-se na última cimeira China-Africa na Africa do Sul), nas cooperações económicas (explorações dos recursos mineiros ou naturais e acordos financeiros, como no caso dos empréstimos e linhas de créditos através de EximBank) e a sectores da educação, recursos humanos, ciência, cultura, saúde, paz e segurança.

Quanto à dependência do petróleo, actualmente, cerca de 30% das importações petrolíferas chinesa provêm de Africa, incluindo Angola, em resultado do reconhecimento da instabilidade das fontes energéticas do Médio Oriente e de uma política de obtenção de recursos dos países de acordo governamentais. Na realidade, o aumento da importância da China em Africa é parte integrante de um fenómeno mais global, de abertura e crescimento económico chinês, que se manifesta no aparecimento deste país como um investidor importante e mundial e como o mercado de maior crescimento ao nível planetário, através de um aumento exponencial das importações e das exportações⁴⁰.

A participação ao investimento externo (IDE) por parte de instituições financeiras chinesa e uma série de incentivos às empresas chinesas por parte de Pequim (deduções fiscais, por exemplo) faz com que estas tenham muitas vezes vantagens comparativas relativamente aos concorrentes dos países ocidentais como se verifica no caso da construção e reabilitação de infra-estruturas, nomeadamente como no caso de Portugal que continua a perder o terreno na área da construção civil, onde o mercado hoje é dominado pelo os chineses, emprestam para Angola, mas com garantias que será a sua própria mão de obra que fará a execução.

6.2. Análise complementar segundo as hipóteses

O estudo com a base as hipóteses, concluiu que é verdade há um certo impacto da presença dos volumes dos investimentos. De um lado há sorrisos, e de outro lado ha lamentos, mas também Angola não pode apenas depender do gigante asiático e mundial.

A presença chinesa em Angola é e continua ser positiva e nota-se sorrisos por parte dos políticos angolanos. Os benefícios dos empréstimos chines no dia-a-dia dos angolanos são bem visíveis um pouco por todo o País, com a construção e/ou reabilitação de estradas, caminhos-de-ferro, redes eléctricas, de água e de saneamento, hospitais e escolas.

⁴⁰ Segundo a SIC, em 16-12-2015, os lucros das importações chinesas em Novembro cresceu em 12,8%.

Os objectivos dos governos dos dois países foram atingidos: As autoridades angolanas obtiveram os financiamentos necessários à sua reconstrução, e as autoridades de Pequim garantiram uma parte do petróleo para suportar as elevadas taxas de crescimento da sua economia. O facto dos objectivos dos governos terem sido atingidos não quer dizer que a parceria seja um bom negócio, sobretudo para Angola.

Um dado que o Governo e o partido no poder têm explorado até à exaustão, apesar da manifesta falta de qualidade de muitas obras chinesas. Se os benefícios estão à vista de toda a gente, já o mesmo não se poder dizer dos custos. O custo de um empréstimo tem dois componentes: o preço, traduzido numa determinada taxa de juro, e as condições contratuais. Nem uma nem outra são conhecidas como um grau de detalhe suficiente para fazer uma análise custo-benefício sério, por exemplo resta duvidosas sobre o papel dos investimentos das empresas chinesas em Angola, onde os filhos dos dirigentes angolanos são accionistas⁴¹.

A presença chinesa em Angola é motivada de facto pela qual China pretende aumentar a sua influência internacional, assumir-se como uma grande potência a tomar em consideração no novo contexto internacional, e neste quadro como a voz do desenvolvimento de Angola após guerra civil, junto das instâncias de governação mundial e dos vários multilaterais.

“As ligações económicas de Angola a Pequim ilustram um problema mais amplo em África; as nações que ligaram as suas fortunas à China encontram-se agora reféns da turbulência económica no país” (BENABDALLAH).

Também levantou-se críticas como verificou-se ao longo desta dissertação, por exemplo na área de ajuda ao desenvolvimento, o apoio chinês (que na realidade é interpretada por interesse) é criticado em várias instâncias internacionais como a UE, a FMI e o BM, pelo o facto de não incluir critérios de condicionalidade no que respeita a democracia e aos direitos humanos em Angola e também por utilizar os fundos de desenvolvimento para ajudar empresas chinesa em Angola, em vez de fornecer ajuda não ligada, assim gerindo contradições. Se por um lado a ajuda chinesa é menos burocrática, mais flexível e acompanhada de um dialogo de igual para igual, por outro lado tem-se verificado que os actores chineses são surpreendidos por realidades domésticas, pelo que a experiência da antiga colonia Portugal pode ser uma mais valia importante num triângulo cooperativa.

⁴¹Resta-se saber as percentagem expressas em valores monetários dos investimentos das autoridades angolanas nas seguintes empresas: China Sonangol Finance International, Ltd., China Sonangol Gas International Ltd., China Sonangol International Ltd., China Sonangol International Holding Ltd., China Sonangol Natural Resources International Ltd., China Sonangol International Investment Ltd., China Sonangol Natural Resources International Ltd., Sonangol Sinopec International Ltd, China Endiama International Limited, China sonangol singapore, China sonangol shanghai petroleum co ltd, China Sonangol Wall street, China Sonangol international airlines, Endiama, China International Holding Ltd,etc

Portanto, a lógica de não interferência nos assuntos internos de Angola parece ser cada vez mais difícil de conciliar com as ambições da China ser considerada uma imagem de projecção, responsabilidade e de influências globais.

Quanto aos impactos, os investimentos chineses são fundidos numa perspectiva abrangente da cooperação para o desenvolvimento, tem reflexos importantes no desenvolvimento de Angola, particularmente na construção de infra-estruturas de transporte, estradas e caminhos de ferros, de energias (barragens de Catumbela e Cambambe) e infra-estruturas sociais básicas (escolas e centros de saúde). Ao nível das matérias-primas, o processo da industrialização chinês tem contribuído para aumento de preços mundiais, como no caso de Angola, quanto maior são investimentos externos, maior é o custo de vida, com maiores consequências para populares com baixa renda de sobrevivência. Mesmo quando o crescimento na importação de certos produtos nacionais ou seja angolanos tem pouco significado para a China, pode ter uma importância elevada para a economia angolana, como acontece actualmente nas províncias de Cuando Cubango (arroz e cana de açúcar) e Malange (algodão) grandes apostas nas relações chinesas com estas províncias angolanas.⁴²

Uma das constatações é que, as políticas e as medidas não têm sido tomadas com uma visão estratégica e numa base sustentável, mas sim numa base pontual tendo em conta as visões político-partidárias simplesmente visando a manutenção do poder. O dinheiro que vem das receitas do petróleo deveria ser usado em políticas de investimento, de modo a que a economia do país se diversifique e produza o suficiente, mas não é isso que tem acontecido. Acredita-se, que haja esta vontade em desenvolver Angola, mas há umas falhas nas tais intenções. Os ganhos apenas são físicos, isto é, cresce números de edifícios, centralidades e infra-estruturas, mas a classe media angolana continua a perder o seu poder de compra. Um dos impactos também dos investimentos chineses é que esta diminuindo emprego aos nacionais, o índice de desemprego continua crescente e a tendência é mesmo recorrer aos novos empréstimos para diversificação da economia nacional nas outras áreas onde não haja maior impacto chinês, abrindo assim novas oportunidades para classe nacional. Verifica-se que ,o investimento chinês em Angola é interpretado como uma forma de hipotecar os recursos minerais, naturais e humanos sob a dependência chinesa. Na abordagem desta dissertação conclui-se nestes últimos 10 anos que as estratégias traçadas na cooperação Angola-China, está a beneficiar o lado chinês , graças a sua capacidade de eficácia quanto a fiscalização dos

⁴² Os dados divulgados pelo INE do 3T 2014, os principais parceiros do comércio internacional de Angola continuam a ser a China, o principal destino das exportações angolanas com 49.5% do total exportado, e Portugal, o principal parceiro das importações com cerca de 14.7% do total importado. No entanto, os EUA começam a assumir um papel mais preponderante e, de acordo com os dados do INE, as importações provenientes desta região aumentaram 126.8% , no seguimento da aquisição de novos aparelhos aéreos.

acordos em detrimento do lado angolano que continua carregando um dos cancros para além do seu sistema político que é a corrupção e por falta de quadros capazes de apresentar resultados satisfatórios.

Verificou-se que, a saúde, na educação as situações de exclusão social são alguns desequilíbrios. Existem graves carências em termos de assistência na saúde no ponto de vista dos recursos existentes e disponíveis para a população em geral. Os filhos dos ricos e pobres continuam frequentando hospitais e escolas diferentes. A situação é de grande vulnerabilidade e fragilidade, o que se traduz em taxas de mortalidade infantil que são muito elevadas e uma taxa de mortalidade materna que também é mais elevada do que deveria acontecer.

De qualquer modo o país fez mudanças substanciais melhorando os seus indicadores macroeconómicos. É justo dizer que a estabilidade macroeconómica foi restaurada e que a economia angolana está mais bem preparada agora para enfrentar novos choques: As reservas internacionais são mais elevadas, a inflação está baixa, e os saldos fiscais estão mais saudáveis. Mas, ainda assim, Angola, continua muito exposto a volatilidade dos preços do petróleo.

6.3. Limitações no Estudo

Uma das limitações neste estudo foi a recolha de dados, geralmente os dados estatísticos nem sempre responde as realidades práticas, mas com os estudos realizados pela INE, FMI e outras instituições credíveis foram patentes para a realização desta pesquisa.

A crise actual que afecta Angola desde 2014 também condicionou a pesquisa de algumas variáveis no estudo. Mas de uma forma geral, conseguiu-se os objectivos desejados.

6.4. Recomendações gerais

- Para os estudantes, pesquisadores e especialistas, o estudo mostra, que em Angola há muito por se fazer. Angola precisa de identificação dos problemas realistas e solução destes problemas, nomeadamente no ângulo económico. E os estudos e pesquisas devem focar mais na busca das oportunidades e soluções. Infelizmente, esta dissertação provou que as autoridades angolanas vivem mais de elógios menos realistas e mitos dos números.
- Para as empresas que pretende investir em Angola, há tantas oportunidades, mas os projectos não podem ser de longo prazo, pois a economia angolana não é estável, não é apenas instável por causa das oportunidades ou produtos a serem investidos, mas por

causa dos problemas burocráticos. O tráfico de influência continua ser um dos males piores, por exemplo as empresas chinesas não passam pelos concursos públicos. Retirando assim a credibilidade, a competitividade, e a confiança nos investimentos em termos de negócios de longo prazo.

- Para a recolha de dados recomenda-se que seja feita fontes seguras, isto é através das amostras vindo do seio da própria população, pois as instituições públicas angolanas não conseguem oferecer dados credíveis, acredita-se que seja por falta de tecnologia ou interesse em pesquisas.
- A actual crise económica de Angola reduziu a presença de investimento direito estrangeiro, numa altura que uma das formulas para a ultrapassagem da crise, é a diversificação de economia, ou seja, a descentralização da economia em outros sectores⁴³, deixando a dependência pelos recursos nacionais. E encontrar uma estratégia para o aumento de volumes de exportações, e a desvalorização da moeda angolana pode ser uma das resposta, pois o plano “ desdolarização do mercado angolano” não resultou em resultados positivos. O poder de compra continua no negativo. Os dados que as autoridades angolanas publicam e nem sempre coincidem com a prática vivida, a crise actual é um dos exemplos. Pelos vistos o mundo está em transição, com a crise da dolarização no mercado do petróleo, abre-se oportunidade e chega-se algumas portas. O dólar está lentamente a perder o seu lugar privilegiado nas transacções internacionais. Um gestor poderia bem usar esta oportunidade, investindo em bens da primeira necessidade, usando a Namíbia como o seu depósito, e Angola como o seu mercado, isto é, a internacionalização dos seus produtos.
- Os chineses não dominam o mercado em absoluto, por exemplo na distribuição e a produção da luz eléctrica continua ser um problema sério em Angola, um investimento neste sector seria de muita valia para os investidores e para consumidores.
- A pesquisa identificou problemas sociais, o modo Angola (o modelo usado nas relações sino-angolanas), não consegue respondê-los. Qualquer investimento que responde-se as necessidades sociais da primeira necessidade da população teria o sucesso. Angola continua tendo problemas sérios de quadros capazes. Alguns cidadãos da classe media fazem as suas consultas no estrangeiro, por exemplo um bom investidor poderia criar uma consultoria part-time, isto é, uma clinica móvel que

⁴³ Sobre as discussões em matérias da descentralização no âmbito politico-administrativo, Cf. (MANGOVO, 2012).

funcionária apenas por marcação. Usando as técnicas da internacionalização das prestações dos serviços, o investidor teria um bom mercado.

- Apesar de pouca confiança de negócio, as oportunidades para o negócio são inegastável. É preciso que uma empresa que pretende internacionalizar-se e implementar-se em Angola, que invista mais nas pesquisas internacionais (isto é, as oportunidades identificadas de dentro para fora) e das pesquisas domésticas (ou seja, que é feita no terreno, segundo as necessidades recolhidas no mercado e respondida pela as oportunidades). Explorar os 8 P's do Marketing tendo em conta a avaliação do poder de compra e da procura do alvo.
- Continua a existência das áreas intocáveis em termos de “fazer negócios” nomeadamente nas áreas onde os governantes- empresários são também investidores, por exemplo, havia um espaço no mercado onde os cidadãos comuns poderiam exercer a actividade económico, como no mercado paralelo “zungas” e na importação das viaturas usadas, que movimentava o mercado e aumentava o volume das importações na balança marcoeconómica. Mas bastou a entrada dos políticos-empresários neste mercado, a primeira medida tomada foi a proibição da entrada destas viaturas, retirando assim a concorrência, para estes empresários ganharam o mercado, mas na realidade reduziram o mercado, e esquecendo que o poder de compra no mercado angolano depende muito da saúde económica do país. Por isso que esta pesquisa recomenda, primeiramente em localizar as zonas vermelhas e zonas verdes. E é nas zonas verdes, segundo as políticas do mercado angolano, que mais oportunidades oferecem para os investimentos estrangeiros.

BIBLIOGRAFIAS

ACIOLY, Luciana, ALVES, Maria, LEÃO, Rodrigo (2007), “A Internacionalização das Empresas Chinesas”, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada, pp. 2- 23.

ADAMS, F. Gerard (2009), “Will Economic Recovery Drive up World Oil Prices?”, *World Economics*, Vol. 10, Nº 2, April – Jun.

ALDEN, Chris, (2007), *China in Africa*, International African Institute, Zed Books, Ltd., London.

ALDEN, Chris (2008). *China and Africa*. In *A New Development Partnership* (pp. 299-305).

ALDEN, Chris e ALVES, Ana (2009), “China and Africa’s Natural Resources: *The challenges and implications for development and governance*”, Governance of Africa’s Resource Programmer, Nº 41.

ALVES, André (2010), “Os interesses económicos da China em África”, *Boletim de Economia e Política Internacional*, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, Nº 1, Janeiro – Março, pp. 25 – 32.

ALVES, D. (2007). *A presença chinesa em África: o caso de Angola*.

BUCKLEY, P. *Foreign Direct Investment, China and the World Economy*. Palgrave Macmillan, 2010.

CUNHA, L. (2002). A hora do Dragão. In *A Política Externa da China*. Lisboa: Zebra publicações.

CASTRO, A. “No Espelho da China”. *Revista Custo Brasil – Soluções para o Desenvolvimento*. Ano 3: Nº 13, 2008.

CARMO, Catarina Raminhos do (2013). *O impacto da Intervenção Chinesa no Desenvolvimento socioeconomico de Angola*. Lisboa: ISEG.

DENG, P. “Outward investment by Chinese MNCs: motivations and implications”, *Business Horizon*, 47 (3) 8-16, 2004.

DENG, P. “Why do Chinese firms tend to acquire strategic assets in international expansion?”. *Journal of World Business*, 44(1): 74–84, 2009.

DENG, X. „*Building Socialism with a Specifically Chinese Character*.” in *The People’s Daily*. Beijing, 1984.

DUNNING, J. *Multinational Enterprises and the Global Economy*, Addison-Wesley, New York, NY, 1993.

DUNNING, J. "Reappraising the eclectic paradigm in an age of alliance capitalism". *Journal of International Business Studies*, 26 (3): 461–89, 1995.

DUNNING, J. "The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity", *International Business Review*, 9: 163-90, 2000.

DUNNING, J. "Towards a new paradigm of development: implications for the determinants of international business activity". *Transnational Corporations* 15 (1): 173-228, 2006.

FERREIRA, Patrícia Magalhães (2010). *Cooperação Sul-Sul: a China em África*. Anuario de Relações Exterior , 175-178.

FERREIRA, Patricia Magalhães (2008). *Motivações e impactos da China em África*. Lisboa: lumiar briefs.

FMI. (2015). *Indicadores Macroeconmicos de Angola*.

GOVERNO DE ANGOLA (2013). *Mais de 1600 milhões de dolares ja aprovados*.

GIL, A. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2005.

HODGES, Tony. (2001). *ANGOLA: From Afro-Stalinism To Petro-Diamond Capitalism*. Principia.

ILHEU, F. (2010). "The Role of China in the portuguese Speaking African Countries". CESA-ISEG.

ILHEU, F., & PERREIRA, S. (2012). "The chineses " Go Global" Policy and the portuguese Kinship". CESA-ISEG.

ISSUFO, N. (10 de Novembro de 2014). *Investimentos mal feitos impedem fim da dependência do petróleo em Angola*. DW .

JOHANSON, J; VAHLNE, J. "The internationalization process of the firm – a model of knowledge development and increasing foreign market commitments", *Journal of International Business Studies*, 8(1): 25-34, 1977.

JOHANSON, J; VAHLNE, J. "Commitment and opportunity development - a note on the internationalization process (IP) model", *Management International Review*, 46(2) 165-178, 2006.

KAN, R. "The Internalization Process of Chinese Multinationals". In: LARÇON, J.; *Chinese Multinationals*, London, World Scientific Publishing, 2009.

KIALA, C. (2010). *China-Angola aid relations*. *South African Journal of International Affairs* , 313-331.

LIU, X; XIAO, W; HUANG, X. "Bounded entrepreneurship and internationalisation of indigenous Chinese private-owned firms". *International Business Review*, 17 (4) 488-508, 2008.

LIN, X. "State versus private MNCs from China: initial conceptualizations". *International Market Review*. 27(3) 366-380, 2010.

MICHEL, Serge e BEURET, Michel (2009). *A presença chinesa em África: o Safari chinês*. Lisboa: Don Quixote.

NYE, J. jr. (2004). *The decline of America's Soft Power*, pp. 16-20.

NOLAN, P.; ZHANG, J. "The Challenge of Globalization for Large Chinese Firms". *World Development*, 30 (12) 2089-2107, 2002.

NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, Marina Sandoval de, PAIVA, Jaqueline Kosilek de, EDUARDO, Carlos e SOUSA, Ana de (26 de Junho de 2013). *Diplomacia Economica Chinesa*. In *Revista Economica Ensaios* , pp. 65-80.

PAUTASSO, D. (2009). *As relações econômicas internacionais entre China e Angola*.

PAUTASSO, D. (2008). Diplomacia e negócios internacionais: o caso das multinacionais chinesas. *Think-ESPM* , pp. 43-53.

PELLISSIER, René e WEELER, Douglas (2013). *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China.

RUI, H; YIP, G. "Foreign acquisitions by Chinese firms: A strategic intent perspective". *Journal of World Business*. 43 (2) 213-226, 2008.

SANER, Raymond e YUI, Lichia (2001). *International Economic Diplomacy. Mutations in post-modern*

STADEN, Cobus Van. (2015). *FOCAC 6: China at a crossroads in Africa*, disponível no sitio <http://www.chinaafricaproject.com/focac-6-china-at-a-crossroads-in-africa/>, visto a 2 de Março de 2015

SILVA, E.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 3. ed., Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

TAYLOR, Ian (2007) "Unpacking China's resource diplomacy in Africa", *Centre on China's transnational relations*, The Hong Kong University of Science and Technology, N° 19, working paper.

THE CHINA MONITOR (2006), "China's interest and activity in Africa's construction and infrastructure sectors", Centre for Chinese Studies, November, pp. 9 – 31.

THE CHINA MONITOR (2007), “*China’s Engagement of Africa: Preliminary Scoping of African Case Studies*”, Centre for Chinese Studies, November, pp. 17 – 46.

THE CHINA MONITOR (2009B), “*China & Africa: Weathering the Global Financial Crisis*”, Centre for Chinese Studies, Vol. 41, June.

THE CHINA MONITOR (2009C), “*FOCAC IV: New Directions in China-Africa relations*”, Centre for Chinese Studies, Vol. 46, November.

TOME, António Almeida (2012). *Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

TULL, Denis M. (2008) “*China in Africa: European perceptions and responses to the Chinese challenge*”, SAIS, working paper in African Studies Program, Washington, DC

VOSS, H. *The Determinants of Chinese Outward Direct Investment*. Edward Elgar Pub, 2011.

UNICEF. (16 de Junho de 2015). *Mortalidade infantil permanece elevada em Angola* - Unicef. LUSA .

ZHANG, Y; FILIPPOV, S. “*Internationalization strategy of chineses companies in Europe*”. University of Technology, Netherland, 2010.

ZHU, B. “*Internationalization of Chinese MNEs and Dunning’s Eclectic (OLI) Paradigm: A Case study of Huawei Technologies Corporation’s Internationalization Strategy*”. Master Dissertation. Lund University. Inglaterra, 2008.

ZOU, H; GHOURI, P. “*Internationalizing by learning: the case of Chinese high-tech new ventures*”. *International Marketing Review*, 27 (2) 223-224, 2010.

WEBGRAFÍA

Angola, G. d. (2012). *Empresas China reconstrói troço ferroviário lobito/Lau*.

Angola, G. d. (2012). *Governo investe em 27 km de estradas Ondjiva/Xangongo*.

Angola, G. d. (2012). *Mais de 21 institutos médios entram em funcionamento*. *Jornal de Angola* . Acesso a 11 de Janeiro de 2015.

Angola, G. d. (2013). *Conselho do Ministros aprova a quarta fase de expansão da rede eléctrica de Luanda*.

Angola, G. d. (2013). *Mais de 32 institutos médios entram em funcionamento*. Acesso a 11 de Janeiro de 2015.

ANGOLA, M. D. (2008). “*Projectos concluídos*”. Investimentos Eximbank, site do Governo de Angola, Ministerio das Finanças, acesso a 18 de Janeiro de 2015.

Angonotícias. (2009). Sonangol incompatibiliza-se com chineses e franceses. Disponível: www.angonoticias.com, acesso a 18 de Janeiro de 2015.

Angonotícias. (2015). Aeroporto de LUANDA BOM JESUS na fase Final. *Angonoticias* . acesso a 18 de Janeiro de 2015.

AngoPress. (2010). Empresas ZTE assume gestão operacional da Movicel. *Portal Angop* .

Benabdallah, L. (s.d.). Is one continent, one country a viable strategy for Africa-China relations? <http://africasacountry.com/> Acesso a 18 de novembro de 2015.

CARVALHO, C. R. (25 de junho de 2015). Modo-Angola. *Expansão* . (Jornal Expansão) acesso a 10 de janeiro de 2015.

DW, V. d. (2014). As duvidas sobre as relações sino-angolanas. (Diario a Voz de Alemanha) acesso a 11 de junho de 2015

INE (2015). Dados economicos de Angola. *Balanço Anual* . (Instituto Nacional de Estatística)

LUSA. (2015). 40 anos das relações entre Angola e Cuba, Russia e a China. (Agência LUSA) acesso a 10 de junho de 2015.

MANGOVO, Patrício Munengo (2012). *ANGOLA: Governação local e estatuto especial da província de Cabinda.*, Dissertação de Mestrado apresentado na Universidade Lusófona, disponível no sítio <http://hdl.handle.net/10437/2803>, visto a 23 de Março de 2015.

Report, T. A. (25 de Novembro de 2015). Angola Country Profile 2015: The oil-barrel blues. *The Africa Report* , pp. <http://www.theafricareport.com/South/angola-country-profile-2015-the-oil-barrel-blues.html>. Acesso a 17 de junho de 2015

RODRIGUES, J. (1 de Junho de 2015). Em Angola só há 4 mil médicos para 24 milhões de habitantes. *DW* . (Diario a Voz de Alemanha), acesso a 16 de junho de 2015)

RODRIGUES, J. (18 de juni de 2015). Situação infantil em Angola melhorou, mas ainda há trabalho por fazer. *DW* . (Diario Voz de Alemanha), acesso a 16 de junho de 2015

ROGÉRIO, A. (25 de 2 de 2014). Leilão de blocos petrolíferos. *REDE ANGOLA* . (Diario Rede Angola), acesso a 16 de junho de 2015

TPA. *Malange passará a ser o segundo maior destino dos investidores chineses. Malange em busca dos investimentos.* Malange, Angola. (Televisão Publica de Angola

ANEXOS

ANEXO 1: Projectos concluídos da fase 1 da linha de crédito com Eximbank da China

PROJECTOS CONCLUÍDOS DA I FASE DO FINANCIAMENTO DA LINHA DE CRÉDITO COM O EXIMBANK DA CHINA (30/06/08)

SECTOR	PROJECTO/CONTRATO	INICIO DO PROJECTO	PRAZO DE CONCLUSÃO	FIM DO CONTRATO	Situação
MOTRANS	Apoio no transporte rodoviário	Dez-04	5 meses	Mai-05	Concluído
MECADER	Aquisição equip. máquinas e alfinas agrícolas	Jan-05	6 meses	Jun-05	Concluído
	Aquisição de Equip. Agrícolas para a MECANAGRO	Ser-05	8 meses	Mai-06	Concluído
	Irrigação Cozato	Jul-05	19 meses	Jan-07	Concluído
	Irrigação Gungelaz	Jul-05	20 meses	Jan-07	Concluído
	Irrigação Waco-Kunjo	Jul-05	21 meses	Jan-07	Concluído
	Irrigação Luena	Ago-05	22 meses	Fev-07	Concluído
MEGTA	Reconstrução da LT de 60 KV e Subestação de Quifangondo - Mabuba	Dez-05	17 Meses	Mai-07	Concluído
	Construção da L.T. 220 KV Copenda - Luena - Ndalatando	Nov-05	18 Meses	Mai-07	Concluído
	Reabilitação e Expansão da Rede Eléctrica de LDA - fase II	Jun-05	24 Meses	Jun-07	Concluído
	Reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água de Cozato, Cotete e Uija	Nov-05	17 Meses	Abr-07	Concluído
	Construção de Subestações e LT 220 Viana - Luanda Sul - Casanga	Nov-05	17 Meses	Abr-07	Concluído
	Reforço do Sistema de Abastecimento de Água - Huambo	Nov-05	15 Meses	Fev-07	Concluído
	Construção da 3ª L.T. 220 K.V Cambambe -Luanda	Nov-05	17 Meses	Abr-07	Concluído
	Reabilitação do Sistema de Água de Luanda	Nov-05	15 Meses	Fev-07	Concluído
MEGND	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Huambo	Out-05	15 meses	Jan-07	Concluído
	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Bié	Out-05	15 meses	Jan-07	Concluído
	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Kátzua	Mar-06	12 meses	Mar-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Sumba	Jun-07	16 meses	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Médio Agrário no K.N	Jun-07	16 meses	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Médio Agrário no K.S	Jun-07	16 meses	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Sambizanga	Abr-05	14 meses	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Cacuaco	Abr-05	15 meses	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Cazanga	Abr-05	16 meses	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico em Viana	Abr-05	17 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e Apetrec. de 1 Inst. Politécnico em Benguela (Bairro da Graça)	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e Apetrec. de 1 Inst. Politécnico no Lobito (Bairro 27 de Março)	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 escola sec. em Viana-Luanda	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 escola sec. em Cacuaco-Luanda	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 escola sec. no Nova Vida-Luanda	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 escola sec. em HLA	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 esc. secundárias do I nível em Malange no Bairro Vila Matilde	Jul-06	14 meses	Ago-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 esc. secundárias do II nível em Malange, no Bairro Cangambo	Jul-06	15 meses	Ago-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 Inst. Politécnico na Huíla	Ser-06	13 meses	Out-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 Escola Secundária na Huíla	Ser-06	14 meses	Out-07	Concluído
	Const. e apetr. de 2 CB no Camujanda e Carreira de Tiros-Malange	Ago-06	12 Meses	Jun-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 HM em Caxilamba-Malange	Ago-06	15 Meses	Ago-07	Concluído
SAÚDE	Construção e Apetrechamento 1 Centro de Saúde em Cascaes II no Huambo	Ago-06	12 Meses	Ago-07	Concluído
	Recub. e Apetr. de 1 Centro de Saúde no Kwanza Norte (Dondo)	Ser-06	12 Meses	Ser-07	Concluído
	Recub. e Apetr. de 1 Centro de Saúde no Kwanza Norte (Ndalatando)	Out-06	12 meses	Out-07	Concluído
	Aquisição de 86 ambulâncias	Ago-06			Concluído
	Reabilitação e Apetrechamento de 1 Hospital Municipal (Kwanza Sul)	Nov-06	15 Meses	Fev-08	Concluído
	Construção e Apetrechamento 1 HM no NBE	Nov-06	15 Meses	Fev-08	Concluído
	Reabilitação e Apetrechamento de 1 Hospital Municipal (Kwanza Norte)	Nov-06	15 Meses	Fev-08	Concluído

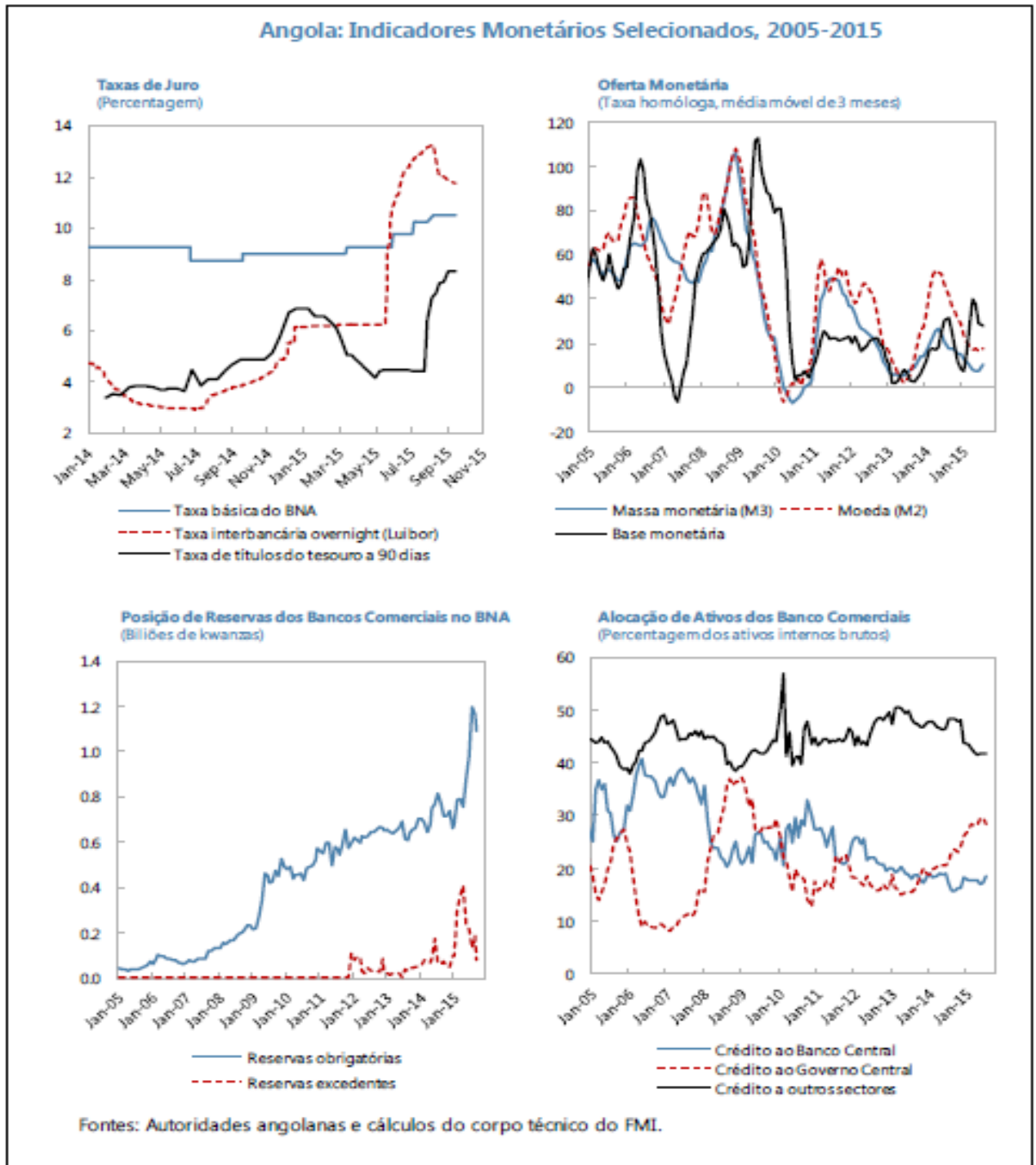
Fonte: Ministério das Finanças

ANEXO 2: Relações Sin-Angolanas: Infraestruturas, 2009.

SEC.	PROJECTO/CONTRATO	INICIO DO PROJECTO	PRAZO DE CONCLUSÃO	FIM DO CONTRATO	DATA PREVISTA ENTREGA PROVISÓRIA
MENRAM	Apoio no transporte rodoviário	Dez-04	5 meses	Mai-05	Concluído
AGRIC.	Aquisição equip. máquinas e colheitas agrícolas	Jan-05	6 meses	Jun-05	Concluído
	Aquisição de Equip. Agrícolas para a MECANAGRO	Set-05	8 meses	Mai-06	Concluído
	Irrigação Cuito	Jul-05	19 meses	Jan-07	Concluído
	Irrigação Gangelas	Jul-05	20 meses	Jan-07	Concluído
	Irrigação Waco-Kungo	Jul-05	21 meses	Jan-07	Concluído
C. S	Irrigação Luana	Ago-05	22 meses	Fev-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento do Centro de Produção da TPA - Camama	Out-05	18 meses	Mai-07	Ago-08
EA	Reabilitação e Expansão da Rede Eléctrica de LDA - fase II	Jun-05	24 Meses	05-06-2007	Concluído
	Reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água de Cuito, Cotele e Uige	Nov-05	17 Meses	08-04-2007	Concluído
	Reconstrução da LT de 60 KV e Subestação de Quijingondo - Makubas	Dez-05	17 Meses	06-05-2007	Concluído
	Construção de Subestações e LT 220 KViana - Luanda Sul - Cazanga	Nov-05	17 Meses	08-04-2007	Concluído
	Construção da L.T. 220 KV Copenda - Lucala - Ndalatando	Nov-05	18 Meses	08-05-2007	Concluído
	Reforço do Sistema de Abastecimento de Água - Huambo	Nov-05	15 Meses	08-02-2007	Concluído
	Construção da 3ª. L.T. 220 KV Combombo -Luanda	Nov-05	17 Meses	08-04-2007	Concluído
ED	Reabilitação do Sistema de Água de Luanda	Nov-05	15 Meses	08-02-2007	Concluído
	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Huambo	Out-05	15 meses	Jan-07	Concluído
	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Huá	Out-05	15 meses	Jan-07	Concluído
	Reconstrução e Apetrechamento do Instituto Médio Agrário do Kaxuan	Mar-06	12 meses	Mar-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Sumbe	Jun-07	16 meses	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Médio Agrário no K.N	Jun-07	16 meses	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Médio Agrário no K.S	Jun-07	16 meses	Out-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Sombizanga	Abr-05	14 meses	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Cacuaço	Abr-05	15 meses	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico no Cazanga	Abr-05	16 meses	Abr-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento de 1 Inst. Politécnico em Viana	Abr-05	17 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e Apetrec. de 1 Inst. Politécnico em Benguela (Bairro da Graça)	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e Apetrec. de 1 Inst. Politécnico no Lobito (Bairro 27 de Março)	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 escola sec. em Viana-Luanda	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 escola sec. em Cacuaço-Luanda	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 escola sec. no Nova Vida-Luanda	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 escola sec. em HLA	Abr-05	13 meses	Abr-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 esc. secundárias do I nível em Malange no Bairro Vila Matilde	Jul-06	14 meses	Ago-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 esc. secundárias do II nível em Malange, no Bairro Cangambo	Jul-06	15 meses	Ago-07	Concluído
	Const. e apetr. de 1 Inst. Politécnico na Huíla	Set-06	13 meses	Out-07	Concluído
Const. e apetr. de 1 Escola Secundária na Huíla	Set-06	14 meses	Out-07	Concluído	
OP	Reabilitação da estrada - Quijingondo - Cuito - Uige - Ndjenge	Dez-05	30 meses	Jun-08	Ago-08
SAÚDE	Const. e apetrec. de 2 CS no Cangandala e Correia de Tiros-Malange	Ago-06	12 Meses	Jun-07	Concluído
	Const. e apetrec. de 1 HM em Caculama-Malange	Ago-06	15 Meses	Ago-07	Concluído
	Construção e Apetrechamento 1 Centro de Saúde em Cassequo II no Huambo	Ago-06	12 Meses	Ago-07	Concluído
	Reabilitação e Apetrechamento do Hospital de Benguela	Jun-06	15 Meses	Set-07	Ago-08
	Rehabil. e Apetr. de 1 Centro de Saúde no Kwanan Norte (Dondo)	Set-06	12 Meses	Set-07	Concluído
	Rehabil. e Apetr. de 1 Centro de Saúde no Kwanan Norte (Ndalatando)	Out-06	12 meses	Out-07	Concluído
	Reabilitação e Apetrechamento do Hospital Malange	Jun-06	18 Meses	Dez-07	Ago-08
	Construção e Apetrechamento do Hospital Regional do Lubango	Jul-06	18 Meses	Jan-08	Ago-08
	Construção do Hospital Central do Huambo	Ago-06	18 Meses	Fev-08	Ago-08
	Aquisição de 06 ambulâncias	Ago-06			Concluído
	Reabilitação e Apetrechamento de 1 Hospital Municipal (Kwanan Sul)	Nov-06	15 Meses	Fev-08	Concluído
	Construção e Apetrechamento 1 HM no NBE	Nov-06	15 Meses	Fev-08	Concluído
	Reabilitação e Apetrechamento de 1 Hospital Municipal (Kwanan Norte)	Nov-06	15 Meses	Fev-08	Concluído

Fonte: Ministério das Finanças.

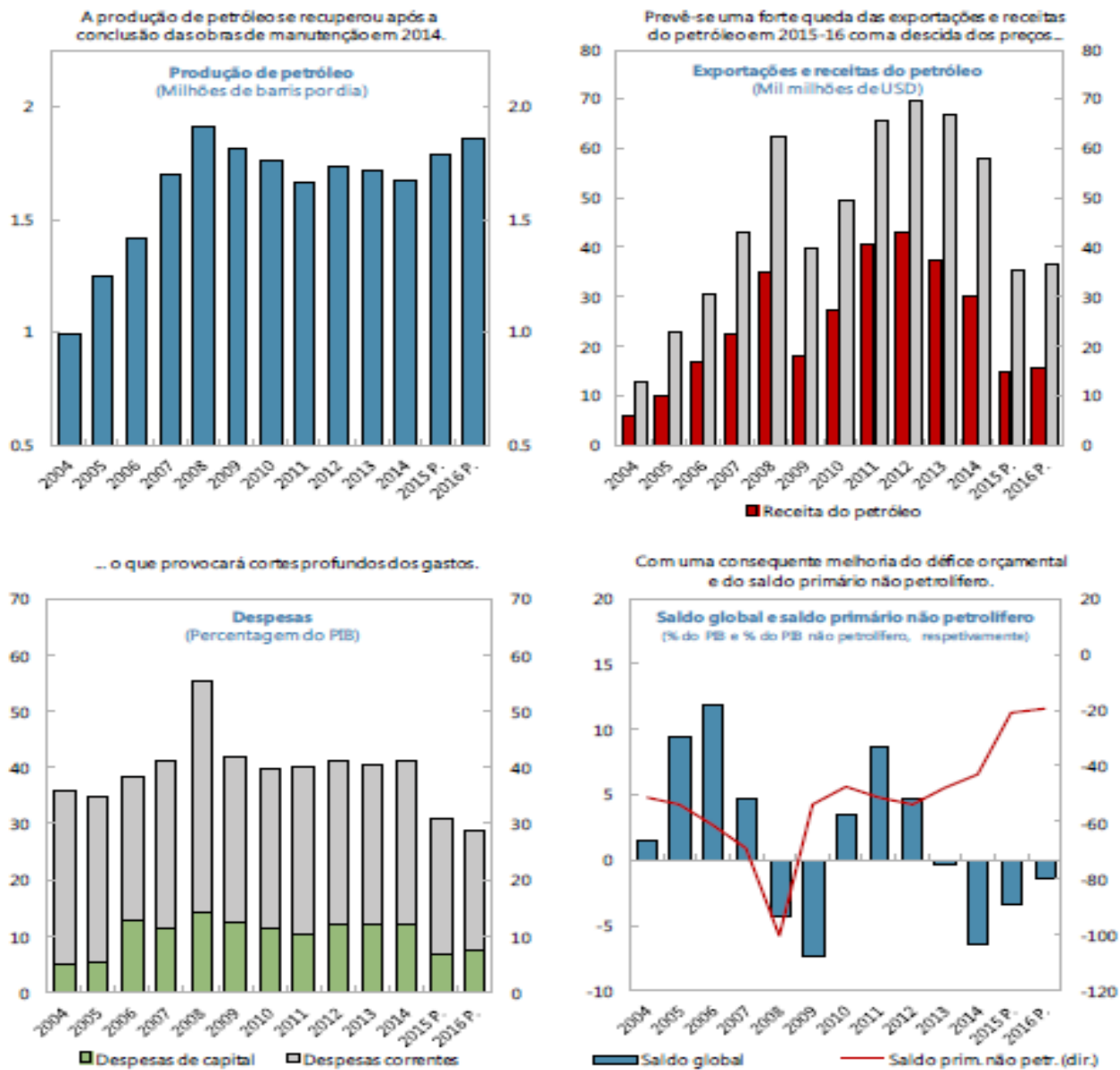
ANEXO 3 : Indicadores económicos em Angola (últimos 10 anos).



Fonte: FMI, 2015.

ANEXO 4 : Evolução do Petróleo nos últimos 10 anos

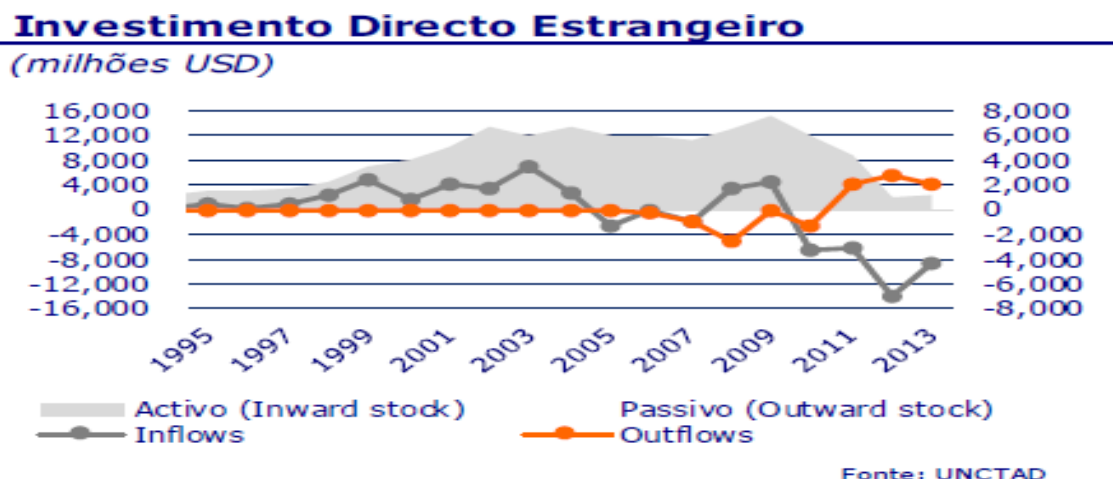
Angola: Evolução Orçamental, 2004-16



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas do corpo técnico do FMI

Fonte: FMI, 2015.

ANEXO 5 : Investimento Directo Estrangeiro em Angola



Fonte: UNCTAD

ANEXO 6: Transparência Governamental dos países

RANK	COUNTRY	2014 SCORE	2013 SCORE	2012 SCORE
159	Burundi	20	21	19
159	Syria	20	17	26
161	Angola	19	23	22
161	Guinea-Bissau	19	19	25
161	Haiti	19	19	19
161	Venezuela	19	20	19
161	Yemen	19	18	23
166	Eritrea	18	20	25
166	Libya	18	15	21
166	Uzbekistan	18	17	17
169	Turkmenistan	17	17	17
170	Iraq	16	16	18
171	South Sudan	15	14	#N/A
172	Afghanistan	12	8	8
173	Sudan	11	11	13
174	Korea (North)	8	8	8
174	Somalia	8	8	8

Fonte: FMI, a contagem é de (0-100). Angola continua na cauda no que toca a transparência, sendo assim um dos países mais corruptos no Mundo.

ANEXO 7: Pib, Custos de Vida em Angola, Balança Anual

PIB (Preços Correntes) Mil Milhões de Kwanzas	PERÍODO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	351,8	405,6	596,5	729,0	886,4	749,0
Pescas e Derivados	12,6	13,9	14,5	16,9	22,1	26,5
Diamantes e Outros	80,4	66,1	53,7	71,1	89,1	85,8
Petroleo	2.537,2	3.569,4	2.661,6	3.401,0	4.640,8	4.981,0
Indústria Transformadora	241,2	303,1	363,8	464,2	584,3	726,3
Construção	224,1	318,6	449,6	601,6	750,6	914,1
Energia	3,8	5,4	7,4	9,5	11,0	13,2
Serviços Mercantis	768,8	1.104,1	1.240,4	1.555,1	1.896,0	2.344,2
Outros	326,0	375,9	454,0	548,2	669,0	790,3
PIB a custos de factores	4.545,9	6.162,1	5.841,5	7.396,8	9.549,3	10.630,3
PIB a preços de mercado	4.636,8	6.316,2	5.988,7	7.584,6	9.780,1	10.876,0

Fonte: MINIPLAN

Fonte: MiniPlan

ANEXO 8: Indicadores Humanos por Sectores Regionais

Indicadores de Desenvolvimento Humano por Região e Área de Residência

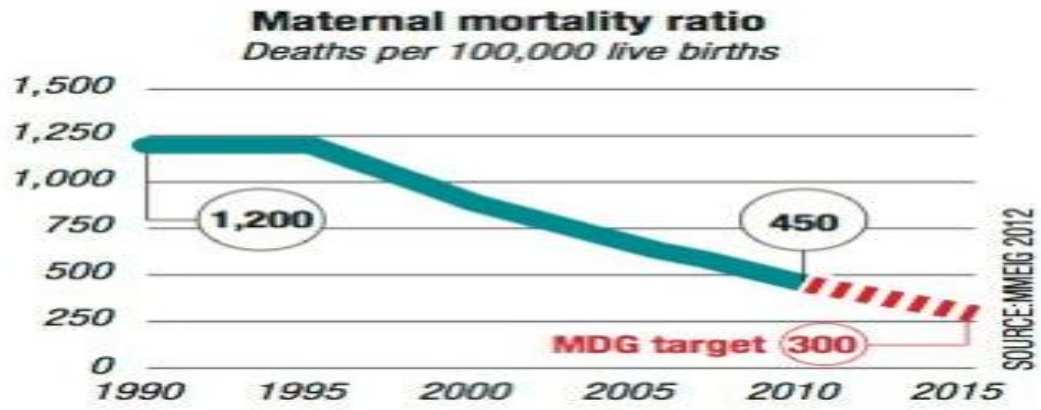
REGIÃO*	TAXA DE MORTALIDADE DE INFANTIL	TAXA DE MORTALIDADE INFANTO-JUVENIL	MULHERES QUE DESCONHECEM FORMAS DE PREVENÇÃO VIH/SIDA	TAXA DE ANALFABETISMO DE ADULTOS	TAXA LÍQUIDA ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA (1ª-4ª CLASSE)	ACESSO A ÁGUA POTÁVEL	SISTEMA DE SANEAMENTO
CAPITAL	150	250	43	21	63	63	77
NORTE	156	262	81	38	55	69	72
ESTE	135	217	74	45	44	40	51
OESTE	181	315	72	33	53	67	38
SUL	123	192	65	27	63	60	82
CENTRO-SUL	162	277	83	35	56	74	39
NACIONAL	150	250	70	33	56	62	59

Fonte: MICS 2001.

* Capital: inclui Luanda, Bengo, Kuanza Norte e Cabinda. Norte: Malange, Uíge e Zaire. Este: Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul. Oeste: Kuanza Sul e Benguela. Sul: Huíla, Cunene e Namibe. Centro-Sul: Bié, Huambo e Kuando Kubango.

Fonte: MICS 2001

ANEXO 9: Taxa da Mortalidade Infantil



Fonte: AFRICA NEWS

ANEXO 11: Crescimento do PIB e as taxas de Crescimento 2007-2012

Estrutura Percentual (%)	PERÍODO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	7,7	6,6	10,2	9,9	9,3	7,0
Pescas e Derivados	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Diamantes e Outros	1,8	1,1	0,9	1,0	0,8	0,8
Petroleo	55,8	57,9	45,6	46,0	48,6	46,9
Indústria Transformadora	5,3	4,9	6,2	6,3	6,1	6,8
Construção	4,9	5,2	7,7	8,1	7,9	8,6
Energia	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Serviços Mercantis	16,9	17,9	21,2	21,0	19,9	22,1
Outros	7,2	6,1	7,8	7,4	7,0	7,4
PIB a custos de factores	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PIB a preços de mercado	102,00	102,5	102,5	102,5	102,4	102,3

Fonte: MINIPLAN

Taxa de Crescimento do PIB Real (%)	PERÍODO					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura	27,4	1,8	29,0	6,0	9,2	-22,5
Pescas e Derivados	9,7	-2,4	-8,7	1,3	17,2	9,7
Diamantes e Outros	2,7	-8,2	4,6	-10,3	-0,7	0,3
Petroleo	20,4	12,3	-5,1	-2,9	-5,6	4,3
Indústria Transformadora	32,6	11,0	5,3	10,7	13,0	14,0
Construção	37,1	25,6	23,8	16,1	12,0	11,7
Energia	8,6	26,1	21,3	10,9	3,5	10,4
Serviços Mercantis	21,8	26,9	-1,5	8,7	9,5	13,4
Outros	4,5	1,9	5,9	4,7	9,6	8,3
PIB a preços de mercado	23,2	13,8	2,4	3,5	3,9	5,2

Fonte: MINIPLAN

Fonte: MINIPLAN

ANEXO 12: O Comportamento das contas chinesas nos últimos 3 anos

China's growth slows to 7% in Q1

TREND OF GDP GROWTH



Chinadaily.com.cn

Source: National Bureau of Statistics of China

China's economic growth slowed to a six-year low of 7 percent in the first quarter this year, down from 7.3 percent in the last quarter of 2014.

Fonte: CHINA DAILY

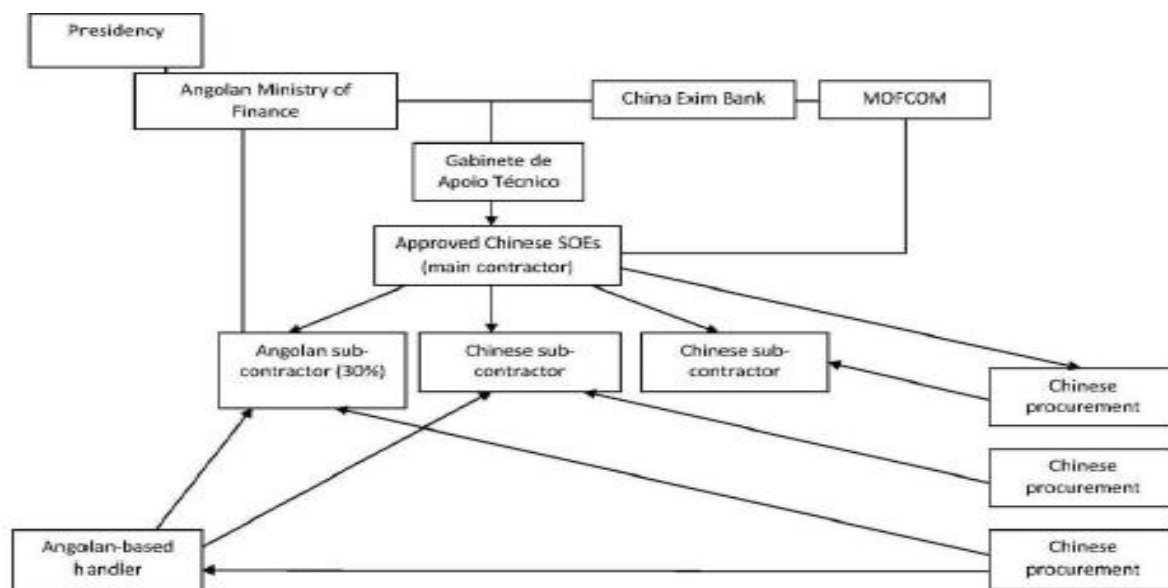
ANEXO 13: Os impactos dos empréstimos e investimentos chineses (países africanos).

Libye	103 286	2 692 288	103 286	1 740 740	0	951 548	-1	-12	31
Madagascar	109 267	940 344	93 574	783 411	15 693	156 933	21	16	50
Malawi	30 460	259 898	30 282	230 476	178	29 421	46	588	-11
Mali	21 774	335 241	19 577	242 763	2 198	92 477	-7	-10	-1
Maroc	275 516	39542	240 970	2 551 265	34 546	488 277	-3	-39	2
Mauritanie	157 218	1 365 257	78 427	679 127	78 791	686 130	-24	-3	-38
Mozambique	185 972	2 199 778	150 032	1 786 539	35 940	413 239	-33	39	-74
Namíbie	48 833	670 658	33 965	469 761	14 868	200 896	-12	-5	-24
Niger	11 443	292 117	8 138	166 820	3 305	125 297	3	-233	90
Nigéria	1 221 105	13 615 824	1 164 449	12 518 067	56 656	1 097 757	-17	-10	-56
Ouganda	61 449	588 912	55 306	507 033	6 143	81 879	9	16	-231
Rwanda	15 799	138 829	11 885	99 258	3 915	39 571	-27	-51	-539
Sahara occidental	576	927	576	927	0	0	193	200	0
Sao Tomé et Príncipe	1 116	6 004	1 093	5 971	23	33	8	8	16 508
Sénégal	225 596	2 090 649	217 046	1 980 558	8 549	110 091	37	332	160
Seychelles	5 480	52 979	5 480	52 912	0	67	28	28	-56
Sierra Leone	29 986	407 477	28 703	244 636	1 283	162 841	-76	71	-89
Somalie	30 700	291 614	27 763	270 416	2 938	21 198	37	46	-23
Soudan	168 123	2 837 459	163 963	2 199 207	4 150	638 263	-11	27	-555
Soudan du Sud	175 805	1 337 268	6 489	149 545	169 315	2 187 622	-44	159	-47
Swaziland	4 527	28 671	4 496	28 410	31	260	-60	13	-99
Tanzanie	433 834	4 245 589	406 454	3 880 620	27 380	364 968	10	13	-139
Tchad	9 704	180 721	9 242	119 938	463	60 783	-56	-60	-44
Togo	215 833	2 207 000	212 826	1 997 760	3 007	209 240	-9	-12	30
Tunisie	117 484	1 285 359	99 212	1 114 766	18 272	170 593	-2	-1	-13
Zambie	200 383	2 154 190	21 186	513 471	179 196	1 640 719	-39	-22	-42
Zimbabwe	67 868	1 254 410	51 210	505 347	16 658	749 063	8	386	-53
Autres pays d'Afrique	374	3 610	0	2 928	374	682	221	163	6 151

Notes : 1. Il s'agit des exportations de produits chinois vers l'Afrique et des importations de produits africains par la Chine, Le mot
2. Le total "Afrique" a été recalculé pour tenir compte des réalités politiques et douanières.

Fonte: CHINA PROJECT AFRICA

ANEXO 14: O Funcionamento das Relações Sino-Angolana⁴⁴

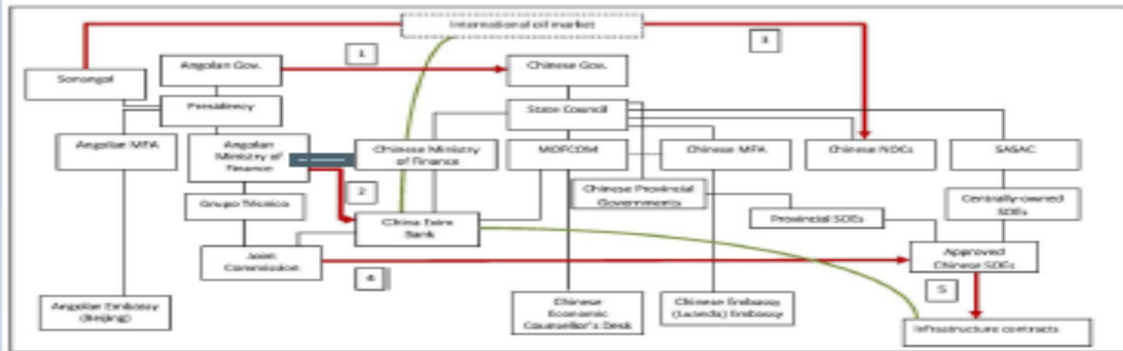


Fonte: INE, MINFIN, Governo de Angola.

ANEXO 15: As ligações da China Exibank em Angola

⁴⁴ 'Modo Angola' (ou 'recursos por infra-estruturas') é um mecanismo que consiste no abatimento de empréstimos para o desenvolvimento de infra-estruturas feito através recursos naturais

Decision-making chain of China Exim Bank-funded projects



The red lines indicate the steps taken for the Angolan government to acquire a loan from the Chinese government. The green lines indicate the flow of finance

Fonte: MinFin, ANIP.